

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ACADÊMICOS?

PRISCILLA DE CASSIA BESSI DE MATTOS

SÃO CARLOS
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS ACADÊMICOS?

Priscilla de Cassia Bessi de Mattos

Texto apresentado como requisito para a defesa de Mestrado em Educação.

Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Fundamentos da Educação, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Ester Buffa

São Carlos
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M444uf

Mattos, Priscilla de Cassia Bessi de.
Universidade: formação de intelectuais acadêmicos? /
Priscilla de Cassia Bessi de Mattos. -- São Carlos : UFSCar,
2006.
183 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2006.

1. Ensino superior. 2. Professores - formação. 3.
Intelectuais. I. Título.

CDD: 378 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ester Buffa

Profª Drª Marisa Bittar

Prof. Dr. José Vaidergorn

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini









Dedico este trabalho aos meus amados pais, Antonio e Marilene, à querida professora Ester e ao meu grande e inesquecível amigo Nilson.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus por esta oportunidade e por dar-me força ao longo desta caminhada.

Aos meus pais, Antonio e Marilene, que muito contribuíram para a conclusão deste trabalho e de muitos outros projetos já realizados, que estiveram presentes em minha vida em todos os momentos, “lutando” diariamente para que eu pudesse chegar até aqui.

À querida professora Ester, amiga e orientadora, no mais amplo sentido que estas palavras possuem, que sempre contribuiu com orientações riquíssimas para a realização deste trabalho e acolheu prontamente todas as idéias de uma iniciante pesquisadora.

Ao meu companheiro André Luís que, mesmo longe, compartilhou de minhas angústias e me incentivou na conclusão deste projeto.

À minha família, em especial minhas primas Joana e Weli, que além do incentivo, me ajudaram nos contatos com os entrevistados e nas transcrições de algumas das entrevistas e ao meu tio Jorge de quem eu gosto muito.

Aos amigos do trabalho, o time da EMEB Artur Natalino Deriggi que nestes dois anos aprendi a amar, em especial a Adriana, a Laís e o Osvaldo, que tiveram muita paciência comigo e seguraram as pontas firmemente nos momentos em que me ausentei, incentivando-me a continuar e compartilhando as alegrias e tristezas.

A todos os professores da pós-graduação em Educação que forneceram as “ferramentas”, isto é, o conhecimento necessário para que eu pudesse dar este primeiro passo em minha formação acadêmica e a todos os funcionários do PPGE que sempre me atenderam prontamente.

O Despertar de um Professor Universitário

Nilson voltava de São Carlos, local onde participara de uma banca de qualificação, dirigindo seu carro pela Rodovia Washington Luiz quando, de repente, adormeceu ao volante. Graças ao Bom Deus, por pouco tempo, pois quase que instantaneamente acordou ao passar com o carro no sonorizador. Exausto e muito assustado Nilson percebeu o quanto sua rotina de trabalho estava difícil.

Ele é um professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), atua na área de Ciências Sociais e afins. Tem 43 anos, casado, com duas filhas, morador da cidade de Araraquara interior de São Paulo. Trabalha há nove anos nesta profissão, ele sonhava ser um intelectual...

Formou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos no ano de 1990, concluiu o Mestrado em Ciências Políticas na UNESP em 1993 junto com a chegada de sua primeira filha. Que fase difícil esta, ter que se dividir entre a família e a academia. Durante o Doutorado, também em Ciências Políticas na mesma instituição, nasce sua segunda filha. Após o término do Doutorado, Nilson achou que, enfim, teria mais tempo para o lazer com suas filhas.

Ficou extremamente feliz ao conseguir a vaga como professor titular da FCLar-UNESP, que beleza, não teria que mudar de cidade e nem viajar toda semana como fazem a maioria dos docentes universitários, era mesmo muita sorte. No entanto, Nilson não imaginava a rotina e a responsabilidade que teria a partir deste momento. Foi aí que começaram as noites em claro preparando aulas para o curso de graduação sempre com salas numerosas e escassez de materiais, se precisasse de um retroprojeter ou de um data-show teria que agendar com, no mínimo, uma semana de antecedência, isso sem falar na falta de giz e organização da sala.

Além das classes numerosas e da falta de infra-estrutura, ele tinha que lidar com um público composto de diferentes faixas etárias e de diversas áreas. Mas não era só isso, ainda precisava ministrar aulas na pós-graduação, realizar pesquisas e atividades de extensão universitária, orientar seus alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, alguns deles, com trabalhos atrasados e pouca maturidade para tal empreendimento. Também tinha que participar de bancas, congressos, seminários, encontros, simpósios, realizar palestras, conquistar verbas para a pesquisa o que implicava em elaboração de inúmeros projetos e relatórios e, para completar, participar de comissões variadas de Departamentos, Centros e Universidades, enfim desenvolver diversas atividades burocráticas.

Nilson perguntava-se constantemente como seria possível produzir conhecimentos neste ambiente tão atribulado, sentia-se atropelado pelas máximas: participar, realizar, escrever e publicar dentro das exigências burocráticas e dos prazos cada vez mais curtos, isto sem pensar que não bastava publicar em qualquer revista, somente naquelas indexadas pelo QUALIS e ainda mais uma, atualizar freqüentemente seu Currículo Lattes.

Ele queria continuar sua formação, fazer um pós-doutorado, mas quando? Se lhe faltava tempo. A família então nem se fala e o lazer cada vez mais distante até mesmo pela falta de dinheiro. O seu sonho de ser um intelectual, isto é, de refletir sobre a realidade social e intervir nela por meio do pensamento autônomo, minucioso e crítico, parecia inatingível. Até que o incidente na Washington Luiz **o despertara**.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil assumido por professores universitários das áreas de ciências humanas pertencentes às Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), bem como suas opiniões e reações frente às aceleradas transformações sócio-econômicas, políticas e culturais ocorridas no país nas últimas décadas, cujas influências refletem incisivamente sobre as instituições universitárias e sobre o posicionamento destes com relação à sua própria condição de intelectual. De forma mais específica buscamos ao longo desta pesquisa responder a seguinte questão: “como os professores universitários concebem as suas funções e que tipo de intelectuais nossas universidades públicas estão formando?” É uma investigação de natureza qualitativa pautada em entrevistas abertas estruturadas por meio de um roteiro previamente elaborado a partir do problema de pesquisa. Além do desenvolvimento de entrevistas tornou-se necessário um estudo bibliográfico sobre intelectuais, cultura, universidade, professores universitários e sociedade, tendo como referencial teórico as abordagens clássicas sobre os temas elencados acima, em especial, a análise sobre o campo científico desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. A partir dos dados coletados pôde-se constatar que os professores universitários se vêem como responsáveis pela crítica e pela possível intervenção na sociedade, os intelectuais acadêmicos são apontados como aqueles que possuem a função de comprometer-se com certas práticas e tentar realizar mudanças específicas no ambiente no qual estão inseridos, seu trabalho é estar atento à sua própria posição e como isso afeta seus estudos. Ao descreverem suas funções e refletirem sobre o papel da universidade na sociedade contemporânea, estes protagonistas apontam para a ineficiência deste novo modelo de universidade, implantado após a Reforma Universitária de 1968, que privilegia o desenvolvimento científico e tecnológico, a fim de impulsionar o crescimento econômico do país, para a formação das novas gerações de intelectuais que, assoberbadas com a diminuição do tempo do trabalho intelectual e a intensa produção de relatórios burocráticos exigidos pelo Estado e pelas agências de fomento à pesquisa, especializam-se cada vez mais cedo, impossibilitando um trabalho intelectual, no sentido de crítico, reflexivo e político.

ABSTRACT

This work has as general objective to analyze the profile assumed for university professors from the areas of social science belonging to the São Paulo State Universities (USP, UNICAMP and UNESP), as well their opinions and reactions a respect of the fast social-economic, politic and cultural transformations occurred in the country in the last decades, whose influences reflect incisively on the university institutions and on the positioning of themselves with relation to their proper intellectual condition. In a more specific way we searched during this research to answer the following question: "How the university professors conceive their functions and what type of intellectuals our public universities are forming?" It is a qualitative inquiry based in structuralized open interviews by the way of a script previously elaborated using the research problem. Besides the development of the interviews has become necessary a bibliographical study about intellectuals, culture, university, university professors and society, having as theoretical referential the classic treatment on the elected subjects above, in special, the analysis about the scientific field developed by French sociologist Pierre Bourdieu. The collected data could evidenced that the university professors see themselves as responsible for the critical and for the possible intervention in the society, the academic intellectuals are pointed as those that possess the function to commit themselves to certain practices and try to realize specific changes in the environment in which they are inserted, their work is to be intent to their proper position and how this affects their studies. When describing their functions and reflecting on the university objective in the contemporary society, these protagonists point with respect to the inefficiency of this new model of university, implanted after the University Reformation in 1968, which gives privileges to the scientific and technological development, in order to stimulate the economic growth of the country, for the formation of new generations of intellectuals that, impressionable with the reduction of the time of the intellectual work and the intense production of bureaucratic reports demanded by the State and by the agencies of research promotion, specializes each time more early, disabling a intellectual work, in the sense of critic, reflexive and politician.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Ciência e Ensino Superior no Brasil.....	19
CAPÍTULO 2: Intelectuais, cultura e professores universitários.....	42
CAPÍTULO 3: Os professores universitários e a produção de conhecimentos.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS: ENTREVISTAS.....	99

Introdução

É inegável que a universidade pública constitui o maior foco de produção e disseminação da cultura, da ciência e da técnica, é o local do diálogo intelectual, do debate, da reflexão e da troca de experiências. Mas, de fato, que tipo de cultura esta universidade produz: uma cultura livre e desinteressada pautada em conhecimentos e práticas universais; uma cultura imediatista que atende a interesses particularistas de um Estado, de uma política, das classes hegemônicas; ou ambas, já que numa perspectiva dialética a Universidade não só reproduz e não só transforma.

Pensar sobre esta questão traz-nos grandes inquietações, pois além de revelar a ambigüidade do conhecimento científico que, deveria ter um núcleo universal, livre e rigoroso adquirido por meio dos métodos de análise consagrados, pode vir a se tornar ideologia quando submetido ao particularismo, também expõe o caráter quase utópico que, ao longo de nossa história, assumiu a autonomia universitária, sempre exposta ao controle das verbas, da orientação político-ideológica, das normas curriculares, das avaliações federais e outras, exercido pelo governo ou por grupos particulares.

A questão torna-se ainda mais angustiante quando pensamos nas características essenciais da sociedade capitalista contemporânea na qual estão inseridas nossas universidades, autodenominada sociedade da “informação” ou do “conhecimento”. Tal sociedade possui uma cultura pautada no conhecimento técnico-científico que se renova incessantemente e constitui a base para a delimitação das relações de poder.

O conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital que depende disso para sua acumulação e expansão. A informação prevalece sobre o conhecimento na medida em que, nos dias atuais, a hegemonia econômica depende do capital financeiro que opera a partir de riquezas puramente virtuais, cuja existência se reduz à própria informação. Aquele que possui a informação detém o poder econômico.

O filósofo José Arthur Giannotti, em seu livro **A Universidade em Ritmo de Barbárie**, afirma:

Vive-se então o seguinte paradoxo: a crescente necessidade de novos conhecimentos – a sociedade contemporânea se alimenta da inovação – é contrabalançada por um contexto em que o conhecimento morto molda de forma segura o conhecimento vivo. Agora quando o tempo histórico se torna rapidíssimo, quando os pormenores da vida cotidiana se transformam a cada instante, as inovações culturais sofrem do câncer duma rápida obsolescência, depressa a novidade mais retumbante mostra sua verdadeira face de velho personagem maquiado para o consumo. (GIANNOTTI, 1987, p. 21)

Também é inegável que, desde a Reforma Universitária de 1968, responsável por profundas mudanças na academia: a substituição da estrutura de cátedra pelos departamentos, a criação do sistema de crédito por disciplinas, a ampliação das vagas na Universidade, a implantação da pós-graduação com bolsas de estudo, o investimento em órgãos de fomento à pesquisa, a liberação de verbas para garantir aos professores salários razoáveis, dedicação exclusiva e oportunidade de pesquisa, enfim, a hegemonia do modelo norte-americano de universidade em substituição aos modelos clássicos alemão e francês que influenciaram nossas universidades até a década de 1960, o que vemos é uma crescente burocratização, racionalização e especialização das funções exercidas pelos docentes universitários.

Como afirma o historiador Carlos Guilherme Mota:

A maior parte do tempo dentro da universidade é gasta com burocracia, do pior tipo, sobretudo com atendimento a critérios de produção de uma tecnoburocracia vesga, que aplica no Brasil o que aprendeu – e aprendeu mal - nas agências de financiamento sediadas nos Estados Unidos. (MOTA, 2002)

Neste contexto, grande parte dos professores universitários é levada a produzir mais em menos tempo, segundo a lógica do mercado, persegue incessantemente os critérios do “rendimento”, da “produtividade” e da “eficácia”. A avaliação da produção docente segue critérios meramente quantitativos, contemplando apenas a produção publicada, sem levar em conta as outras atividades docentes como as aulas ministradas nos cursos de graduação, pós-graduação, orientação dos alunos e a extensão universitária.

Além disso, também não se leva em consideração a especificidade das diversas áreas do conhecimento, isto é, desconsidera-se o fato de que existem áreas em que se publica mais em um curto espaço de tempo, enquanto em outras, os trabalhos têm um longo período de desenvolvimento e conclusão. Mais do que isto, esta lógica racionalizadora parece provocar

uma concorrência entre professores universitários de diferentes áreas do conhecimento ou de uma mesma área, uma verdadeira disputa, pelo domínio das atividades e pelo monopólio do saber.

Se olharmos atentamente para esta categoria de intelectuais constataremos que a disputa pelo saber é ainda mais intensa do que pensamos e contribui intrinsecamente para o mal-estar presente em nossas universidades hoje. Para Giannotti:

[...] isolar o sabido. Por toda parte ele convive com o sábio...
Como todo mundo está procurando um lugar ao sol, geralmente a luta é de foice para entrar na lista de uma editora, cavar boas resenhas, um pequeno espaço na coluna dum jornal. Arma-se, pois, um jogo de influências, de reciprocidades, na base da troca de publicações, conferências, viagens etc. (GIANNOTTI, 1987, p. 50-51)

Maria de Fátima Paula, em seu artigo intitulado **O Processo de Modernização da Universidade – casos USP e UFRJ**, analisa a intensa transformação do perfil da inteligência universitária e a diluição da capacidade de resistência crítica, política e cultural.

A partir da década de 70, as universidades tornaram-se instituições complexas, na medida em que ampliaram consideravelmente o número de alunos, de docentes e de funcionários, multiplicaram o número de funções e cargos administrativos, assim como o número de instâncias e órgãos decisórios. Para atender às demandas sociais de expansão do ensino superior, surgiram equipes especializadas em administração e uma nova forma de racionalidade tomou conta da universidade: a burocrático – planificadora. (PAULA, 2002, p. 191)

Para a autora, a maioria dos docentes universitários aderiu aos pressupostos da modernização e buscou incessantemente tornar o trabalho científico cada vez mais eficaz, sem preocupar-se com sua criatividade, “*os professores universitários deixam de ser intelectuais críticos para transformarem-se em funcionários do capital que prestam serviços à sociedade de mercado*”. (PAULA, 2002, p.194)

O que vemos atualmente nas Universidades públicas são vultuosos financiamentos para estudos especializados, a transformação da vida intelectual do professor em emprego universitário e a diluição da Universidade enquanto locus de resistência crítica, política e social.

Até mesmo em universidades autárquicas e sólidas como a USP, hoje praticamente não há paz, ambientes e bibliotecas no câmpus para escrevermos um bom livro ou desenvolvermos uma pesquisa prolongada, se possível, inovadora. (MOTA, 2002)

Percebe-se também que estes processos de modernização e de inserção da Universidade pública na lógica racionalizadora do mercado contribuem para a despolitização dos professores universitários e para a transformação de seu papel crítico-social. A “intelligensia” universitária que lutava, em fins da década de 1970, por propostas de transformações sociais assumindo posturas universais e socializantes, como as lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, parece lutar agora apenas por interesses particularistas como, melhores salários e condições de trabalho que nem sempre estão em consonância com o interesse da academia, sobretudo com relação à melhoria do ensino e da pesquisa, assumindo assim posturas corporativistas.

Além disso, o professor universitário necessita de um *espaço público* onde possa por meio da comunicação interagir com seus interlocutores, sejam seus companheiros de profissão, sejam indivíduos ou grupos da sociedade civil. Para que isto ocorra, não basta que o professor intelectual se feche na academia onde sua produção, monografias e periódicos especializados, não tenha interlocutores sociais concretos. O professor intelectual deve expandir seus espaços públicos e, apesar de usar uma linguagem mais acessível, não se deve deixar influenciar pela linguagem do senso comum, caindo no reducionismo.

Gramsci afirma que “*seria útil possuir a lista completa das Academias e das outras organizações culturais hoje existentes, bem como dos assuntos tratados em seus trabalhos e publicados em seus anais: em grande parte trata-se de cemitérios da cultura*” (1989, p. 75). O autor completa a afirmação em outro momento dizendo que as academias são o símbolo da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo.

No contexto atual, no qual está inserida nossa universidade, cabe-nos então pensar sobre a seguinte questão: *“como os professores universitários concebem as suas funções e que tipo de intelectuais nossas universidades públicas estão formando?”*

Adorno em sua obra **Educação e Emancipação**, discute a importância da formação filosófica dos intelectuais acadêmicos, *“aqueles que são impelidos para além do empreendimento das ciências particulares para aquela autoconsciência do espírito, que afinal é a filosofia”* (1995, p. 53), podendo realmente ser reconhecidos como intelectuais capazes de refletir acerca de sua profissão e acerca de si mesmos e não meros profissionais. Trabalha com a idéia da importância da existência de um posicionamento livre e autônomo destes intelectuais frente a qualquer assunto.

A crença no factual do profissional especialista, que considera qualquer referência ao que não é o caso enquanto fato como sendo importuna, e até mesmo como sendo um atentado ao espírito científico, é complementar à crença nas palavras de prestígio e nas reviravoltas mágicas do repertório do jargão da autenticidade que atualmente perpassa todas as vias de comunicação da Alemanha. (ADORNO, 1995, p.62)

Gramsci também discute a importância do processo formativo dos intelectuais. Para o autor, os intelectuais devem ter inicialmente uma formação “omnilateral”, isto é, o desenvolvimento pleno e harmônico de todas as suas potencialidades para depois tornarem-se especialistas políticos. Não precisa necessariamente ser adepto de um partido ou assumir um cargo político, mas um intelectual capaz de produzir uma cultura “desinteressada”, isto é, uma cultura que não é imediata e individualmente utilizável, mas que é útil a muitos.

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres...Cada revolução foi precedida por um intenso

trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de idéias... (GRAMSCI, 1976, p. 83)

A formação dos professores universitários tem se desenvolvido de forma mais técnica do que política, a vida intelectual, que inclui livros, artigos, periódicos, conferências, discussões públicas, ensino e extensão universitária, obviamente encontra-se sujeita ao mercado e às forças políticas. Diante disto, torna-se relevante compreender como estes professores concebem a importância de sua profissão na formação de um novo perfil de intelectual e de sociedade.

A motivação para a elaboração deste trabalho iniciou-se a partir de três questões: *a primeira diz respeito à concepção que o intelectual acadêmico, o professor universitário, possui da sua função; a segunda refere-se à relação existente entre a diminuição do tempo intelectual e a produção científica e; a terceira relaciona-se à preocupação com a formação de novas gerações de professores universitários como intelectuais.*

Partindo dessas idéias principais surgiram algumas questões incômodas que abordamos no decorrer da pesquisa:

- Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação e quais são seus interlocutores?
- Como os professores universitários interpretam A Reforma Universitária após aproximadamente 40 anos de sua implantação?
- Quais são as opiniões e reações dos professores universitários frente às aceleradas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas em nosso país nas últimas décadas?
- Quais são, segundo os intelectuais acadêmicos, os principais problemas presentes na universidade pública?
 - Como se estabelecem as relações de poder no interior da universidade?
 - A visão referente à avaliação da produção científica empreendida pelo Estado e pelas agências de fomento à pesquisa;

Para tanto, a pesquisa pautou-se na realização de entrevistas com os professores universitários de mérito pertencentes às Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNICAMP

e UNESP) e, por isso, gostaria de explicitar o porquê da escolha destas instituições. Primeiro, por serem universidades consideradas social e cientificamente de prestígio, nas quais atuaram e atuam grandes intelectuais da área de humanas.

Segundo, por estarem localizadas no Estado de São Paulo, uma região em que o capital se encontra altamente desenvolvido caracterizando-a como o centro econômico do país e reflete mais incisivamente sobre a produção técnico-científica e cultural, o que nos permite analisar com maiores detalhes como estas transformações econômicas e sociais influenciam no perfil assumido pelos professores universitários.

Terceiro, porque apesar de estarmos vivenciando um intenso processo de “sucateamento” das universidades, isto é, falta de recursos físicos como prédios, laboratórios, bibliotecas etc...; de recursos materiais dos mais variados; de recursos financeiros expresso por meio da escassez de verbas para as pesquisas, baixos salários etc...; e de recursos humanos como, déficit no quadro de professores e funcionários; parece-nos que tal processo tem ocorrido de forma mais amena nas universidades estaduais paulistas.

Além destas justificativas acima elencadas, é importante ressaltar que dentre as universidades estaduais paulistas encontramos historicamente dois modelos distintos de universidade em sua gênese.

Dentre as universidades criadas na primeira metade do século XX, por volta dos anos de 1920 e 1930, pela reunião das faculdades isoladas, encontramos a Universidade de São Paulo (USP). Estas primeiras universidades seguindo os modelos “clássicos” francês e alemão, tinham o objetivo primordial de formar as lideranças político-culturais do país, os quadros necessários ao Estado e os profissionais liberais.

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é criada na segunda metade do século XX na década de 1960, a partir de um novo modelo, o norte-americano. Voltada principalmente para o desenvolvimento científico-tecnológico do país tem na pesquisa seu foco principal.

Com relação à Universidade Estadual Paulista (UNESP) identificamos um certo “hibridismo”. Formada a partir da Reforma Universitária de 1968, a UNESP absorve os Institutos Isolados já existentes.

É claro que os novos modelos de organização universitária atingiram as universidades já existentes, que passaram por transformações estruturais e pedagógicas. No entanto, tal conhecimento permite-nos compreender as diferentes concepções e posições assumidas por seus intelectuais.

No decorrer deste trabalho tentamos desenvolver metodologicamente um exame do perfil assumido pelos professores universitários pertencentes às instituições acima citadas, bem como, uma análise das condições sociais e culturais em que tais comportamentos foram desenvolvidos. Para tanto, além de um estudo bibliográfico sobre **intelectuais, cultura, universidade, professores universitários e sociedade**, tornou-se necessário realizar entrevistas abertas estruturadas por meio de um roteiro previamente elaborado a partir do problema de pesquisa ou a aplicação de questionários abertos via Internet. As entrevistas foram desenvolvidas com uma amostra composta por intelectuais de mérito de diferentes gerações.

Gostaríamos de explicitar o porquê da escolha de realizar entrevistas com intelectuais acadêmicos de mérito e não com professores universitários ainda em início de carreira. Nosso objetivo, neste momento, era o de estabelecer uma comparação quanto à produção de conhecimentos, à função do intelectual acadêmico e à formação das gerações intelectuais nos dois modelos de universidade acima descritos, já que a maioria dos professores entrevistados vivenciou de alguma forma este período de transição, principalmente no que diz respeito à sua formação inicial.

O referencial teórico constituiu-se principalmente dos estudos clássicos sobre intelectuais, cultura, universidade, professores universitários e sociedade, em especial o teórico Pierre Bourdieu.

Este trabalho é composto desta introdução, de 3 capítulos e das considerações finais. O capítulo 1 apresenta as características da sociedade capitalista contemporânea e suas políticas neoliberais para a educação, em especial, para o Ensino Superior. Posteriormente, aborda o papel essencial da ciência e da técnica nos dias atuais e a Universidade enquanto locus de produção científica no Brasil e no mundo.

O capítulo 2 contém uma apresentação das diferentes definições do conceito de intelectual e seu papel ao longo da história. Este passeio pelas várias definições de intelectual permite-nos compreender que cada uma delas refere-se a um tempo e um espaço específico. No entanto, optamos pelo conceito de intelectual acadêmico elaborado por Bourdieu, pois tal conceito é fecundo e apropriado para a compreensão da categoria dos intelectuais nos dias atuais.

Além disso, no capítulo 2 debruçamo-nos sobre a questão dos intelectuais acadêmicos e do campo científico.

O capítulo 3 refere-se à relação entre os professores universitários, a produção de conhecimentos e o tempo intelectual próprio da área de humanas. Tal relação é abordada a partir da apresentação dos dados coletados durante as entrevistas que revelam também outras questões importantes como:

- o papel do professor universitário na sociedade contemporânea;
- qual concepção os intelectuais acadêmicos possuem de espaço público de atuação e como estes o organizam;
- as opiniões referentes à Reforma Universitária de 1968 e seus desdobramentos nos dias atuais;
- os principais problemas presentes nas universidades públicas atualmente;
- a visão referente à avaliação da produção científica empreendida pelo Estado e pelas agências de fomento à pesquisa;
- os parâmetros das relações de poder no interior da academia;
- a formação das novas gerações de intelectuais.

Nas considerações finais tentamos retomar nosso objeto de análise e expor nossas opiniões acerca do assunto.

Capítulo 1

Ciência e Ensino Superior no Brasil

Neste momento, temos a intenção de definir claramente o que entendemos por categorias que de agora em diante ser-nos-ão essenciais ao longo de nosso trabalho. Torna-se necessário deixar claro, o que entendemos por **ciência, universidade, cultura, intelectuais e professores universitários**, uma vez que tais conceitos comportam vários significados. Neste primeiro capítulo trataremos das duas primeiras.

Seria uma ingenuidade de nossa parte pensarmos que tais categorias pudessem ser definidas sem antes realizarmos um preâmbulo sobre a sociedade capitalista contemporânea na qual estamos inseridos e, mais ainda, compreendermos as novas roupagens ou características que a linguagem assumiu neste novo contexto.

A sociedade capitalista contemporânea sob a égide do neoliberalismo possui como postulado essencial a idéia de que o mercado é a lei social soberana. Este ideário teve suas origens logo após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, regiões em que imperava o capitalismo, devido à grande crise econômica do pós-guerra resultante das baixas taxas de crescimento associadas às altas taxas de inflação, a chamada estagflação e surgiu como uma crítica ferrenha ao modelo econômico implantado pelo Estado de Bem-Estar Social, de estilo Keynesiano.

Uma análise histórica mostra-nos que a lei do livre mercado acarreta, de tempos em tempos, crises de concentração, de acumulação e de centralização do capital, já que este implica não apenas em explorar a mais-valia por meio da força de trabalho incorporando-a nas mercadorias, mas também na distribuição destas mercadorias por meio do processo de venda. As crises de 1914 e de 1929 também correspondem a crises de superprodução. É neste contexto, associado à expansão do ideário socialista a partir da Revolução de Outubro de 1917, que as idéias Keynesianas de fortalecimento dos Estados-Nação ganham força.

O Welfare State, pautado nas idéias de Keynes, tinha como princípios básicos: a criação de entidades semi-autônomas dentro do Estado visando unicamente o bem público; a distinção dos serviços que são tecnicamente sociais dos que são individuais, pois as grandes empresas de utilidade pública e outras que requerem um grande capital fixo ainda precisam

ser semi-socializadas; o controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central; publicidade de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer; necessidade de um ato coordenado da poupança e dos investimentos; uma política nacional relativa ao crescimento populacional e, liberdade à iniciativa e à empresa privada.

Enfim, um Estado interventor e regulador do mercado, gestor dos fundos públicos que opera a partir da idéia e da prática de planejamento econômico e da redistribuição da renda por meio de benefícios sociais, entre os quais podemos citar: investimentos em saúde pública, educação universal gratuita e obrigatória, programas habitacionais para famílias de baixa renda, previdência social, seguro-desemprego, subsídios para transporte e outros. Além disso, o Estado atua também em diversas formas de financiamento para a acumulação de capital, que inclui recursos para ciência e tecnologia, subsídios para a produção, toma a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, sustenta a agricultura e o mercado financeiro e de capitais.

O marco histórico da adoção das idéias neoliberais em sua plenitude e da implementação econômica, política e social destas, corresponde ao início da década de 1970, período marcado pelo acirramento da crise do capitalismo avançado e, de maneira não tão simultânea, pelo colapso do socialismo real. Neste momento, o que temos é um retorno aos princípios do liberalismo clássico baseado na idéia de um Estado mínimo de ação limitada, no individualismo, no fortalecimento da razão e do homem prático¹, na livre concorrência econômica e na meritocracia, isto é, progresso dos mais aptos, pois *“é raro encontrar independência de espírito ou força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço”* (HAYEK, 1990, p. 123). Ainda de acordo com Hayek:

Segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr os seus esforços. (HAYEK, 1990, p. 86)

¹ Weber utiliza este termo em seu livro **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Afirma que o desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática, ignorando as forças mágicas e religiosas e as idéias de dever nelas baseadas.

A tese neoliberal surgiu como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de Bem-Estar, uma crítica ardente aos gastos públicos deste modelo econômico, alegando que sua ultrafiscalização podia ter chegado a limites que ameaçassem a acumulação de capital, tolhendo as possibilidades de crescimento. Para os grandes clássicos da teoria neoliberal, Friedrich Hayek e Milton Friedman, o Estado intervencionista é incompatível com a preservação de uma sociedade livre, pois seu planejamento econômico conduz indubitavelmente ao totalitarismo.

A característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como Estado de Direito... isso significa que todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento. (HAYEK, 1990, p.86)

Segundo Hayek, o Estado de Direito não faz referência a tempo e lugar, nem a indivíduos em particular, baseia-se no grande princípio das normas formais. No que diz respeito às questões econômicas, o Estado deve apenas estabelecer normas gerais deixando os indivíduos livres. Não que o Estado esteja impossibilitado de agir, pelo contrário, tem que agir e toda ação implica intervir nisto ou naquilo, mas o importante é saber se os indivíduos podem prever a ação do Estado e utilizar estes conhecimentos na elaboração de seus planos individuais.

Para um liberal, o governo possui funções claramente limitadas, tais como:

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista. (FRIEDMAN, 1988, p.39)

A fim de compreendermos melhor o modelo neoliberal, faremos uma breve exposição de suas características mais marcantes. A concepção neoliberal possui como eixo central, a filosofia do individualismo, na qual os indivíduos constituem as “moléculas sociais”² do modelo econômico, isto é, os objetivos individuais são soberanos e os fins sociais limitam-se às coincidências que se possam estabelecer entre estes; as instituições sociais aparecem como conciliadoras dos interesses pessoais e reafirmam a importância das tradições para a continuidade e evolução desta sociedade; o Estado é definido como uma instância de mediação entre os homens, pois todos são iguais perante o mercado, possuem os mesmos potenciais, o êxito ou o fracasso dependem dos méritos e da sorte de cada um, o Estado, entendido como sociedade política, possui a função de estabelecer normas aplicáveis a situações gerais, deixando as pessoas livres para atuarem de acordo com seus interesses; e há dentro da ideologia neoliberal o receio ao exercício democrático, já que a vontade da maioria pode influir sobre a continuidade histórica, por isso, tal ideário assume neste aspecto um tom conservador.

Este novo modelo econômico, o neoliberalismo, pautado na extinção de qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado e tendo em vista a deflação, a desmontagem dos serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento do capital sem escrúpulos, o aumento das desigualdades sociais e a exclusão das maiorias, transformou a acumulação do capital, hoje denominada “acumulação flexível do capital” que incentiva a especulação financeira em vez dos investimentos na produção, subordina os Estados nacionais e as empresas, estabelecendo como donos do Mundo, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial... Enfim a economia se transnacionalizou, o mercado mundial assume proporções gigantescas e paralelo ao monopólio econômico-financeiro corresponde o monopólio da ciência e da técnica essenciais ao processo produtivo.

A propagação das idéias neoliberais na América Latina corresponde à década de 1970, período marcado pelos regimes totalitários e por uma grande crise do modelo econômico vigente. No decorrer deste período o que tivemos foi o estabelecimento de uma aliança entre a proposta liberal e o poder monopolizado pela força, poder este essencial à contenção dos conflitos sociais e ao combate do socialismo emergente.

É sabida a relação desigual e de dependência estabelecida entre os países latino-americanos e os países desenvolvidos representados pela Europa e pelos Estados Unidos da América. Nos países periféricos o controle político do Estado foi fundamental para a

² Termo utilizado por BIANCHETTI, R. G. em seu livro **Modelo Neoliberal e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1999, pág. 71.

consolidação dos projetos econômicos e políticos estabelecidos pelos blocos hegemônicos e não implicou em momento algum em elevação dos níveis de vida da população, mas em uma maior concentração de renda por parte da burguesia.

Segundo Francisco Oliveira, o processo de dilapidação do Estado brasileiro teve início não de forma diferente dos demais países da América Latina, foi a ditadura que fertilizou o terreno para a implantação da ideologia neoliberal, apesar de encontrar resistência da sociedade civil que em alguns setores e lugares deu respostas à desorganização e à destruição do Estado, esta se legitimou a partir da candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso e os objetivos foram os mesmos, os de destruir a esperança e as organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tentaram responder ao neoliberalismo e a toda sua ideologia.

Sintetizando a exposição que Chauí faz em livro **Escritos sobre a Universidade** (2001, ps 18-21), o que vemos em nosso país é o seguinte quadro:

- O aumento da exclusão por meio do desemprego estrutural provocado pelo processo de automação que torna rapidamente a mão-de-obra desqualificada;
- O poderio do capital financeiro em detrimento da valorização do trabalho produtivo;
- A transformação do setor de serviços em algo estrutural e transnacional que opera a partir da fragmentação do trabalho e da dispersão da classe operária pelo planeta, o que reduz drasticamente sua consciência de classe e seu potencial de luta;
- O crescente monopólio do conhecimento e da informação proporcionado pela transformação da ciência e tecnologia em forças produtivas;
- A privatização de empresas e de serviços públicos, associada à destruição dos direitos sociais;
- A transnacionalização da economia e a transformação do Estado em um órgão de negociação e barganha;
- A coexistência em um país de bolsões absolutos de riqueza e de miséria.

Políticas neoliberais e educação

Extremamente influenciada pelo ideário neoliberal, a educação tende a constituir um veículo de transmissão das idéias relativas às excelências do livre mercado e da livre

iniciativa, assume o papel primordial de preparação para a competitividade no local de trabalho, seja ele nacional ou internacional. Pautada no conceito de qualidade total, a educação atualmente passa por um movimento de desnacionalização, isto é, sua retirada da esfera pública, sua transformação em um objeto de consumo individual e não de discussão pública e coletiva, na qual escola e educação aparecem como mercado, o educando e seus pais como consumidores e o direito a esta como mercadoria.

O discurso neoliberal afirma que o caos em que se encontra a educação institucionalizada sob tutela do Estado, a situação desesperadora enfrentada cotidianamente por professores e estudantes, decorre da má gestão e desperdício dos recursos públicos, da falta de produtividade e esforço dos profissionais desta área, dos métodos atrasados e ineficientes e dos currículos inadequados e anacrônicos e aponta, como solução técnica, a privatização enquanto propulsora da qualidade total. Em nenhum momento tal discurso discute que o deplorável estado da educação pública não se encontra essencialmente na má gestão dos recursos e demais argumentos listados acima, mas na falta total de recursos e de poder.

É importante ressaltar que o objetivo da proposta neoliberal não se restringe apenas à privatização, corresponde também em fazer a educação pública funcionar à semelhança do mercado. Segundo Friedman:

O tipo de solução que parece o mais adequado e justificado por estas considerações – pelo menos para os níveis primário e secundário - seria a combinação de escolas públicas e particulares. Os pais que quiserem mandar os filhos para escolas privadas receberiam uma importância igual ao custo estimado de educar uma criança numa escola pública, desde que tal importância fosse utilizada em educação numa escola aprovada. Essa solução satisfaria as partes válidas do argumento do monopólio técnico. E também resolveria o problema das justas reclamações dos pais quando dizem que, se mandarem os filhos para escolas privadas, pagam duas vezes pela educação – uma vez sob a forma de impostos e outra diretamente. Tal solução também permitiria o surgimento de uma sadia competição entre as escolas... E ainda ofereceria o benefício adicional de tornar os salários dos professores sensíveis à demanda de mercado. (FRIEDMAN, 1988, p. 87)³

A idéia de bônus estatal presente na visão neoliberal promove o processo de mercantilização da educação e apresenta como termos-chave as palavras “mercado”, “escolha”, “direitos do consumidor” e “competitividade” e para propagar tais conceitos

³ É importante ressaltar que o bônus estatal não é algo teórico na história, mas real consolidado no Chile durante a ditadura de Pinochet.

utiliza-se dos meios de comunicação em massa como uma forma de fabricação da representação e de envolvimento afetivo do espectador e do consumidor.

Gaudêncio Frigotto em seu texto **Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**, realiza uma exposição sobre a perspectiva básica dos homens de negócio no campo educativo e de formação humana e no plano teórico-histórico expõe o significado da tese da sociedade do conhecimento, qualidade total, formação flexível, polivalente e educação geral abstrata. Buscando compreender melhor estes conceitos e utilizá-los de forma significativa na elaboração deste trabalho, faremos uma breve retomada destes.

É inegável que estamos passando por um momento de transição e todo momento como este implica em uma crise de paradigmas. Diante da crise, como afirma Gramsci, o que temos é o irracionalismo, isto é, o surgimento de teses que prevalecem nos dias atuais como as idéias de fim da história, extinção das classes, sobretudo, do proletariado e o surgimento da sociedade do conhecimento que transforma esta classe em “cognitariado”.

Grandes transformações ocorreram no mundo a partir do desenvolvimento da microeletrônica, alguns teóricos afirmam que passamos por uma Terceira Revolução Industrial, a primeira com a invenção da máquina a vapor, a segunda com o descobrimento da eletricidade e a terceira, a era da informação, pautada na convergência explosiva do computador e das telecomunicações. Segundo estes teóricos, o fantástico progresso técnico possibilitou um processo de globalização, a era da comunicação global por satélite, em que as informações são compartilhadas em todo planeta impondo o fim das distâncias e o encurtamento do tempo, no qual o principal recurso seria o conhecimento que não teria limites e estaria ao alcance de todos. No entanto, o que vemos é uma sociedade projetada por e para uns poucos, pois o progresso técnico-científico permanece sob a lógica férrea do lucro privado representado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BM (Banco Mundial), ampliando ainda mais a exclusão social por meio do desemprego estrutural, do emprego precário, da contratação de serviços e do enfraquecimento do poder sindical.

Segundo Frigotto, vivenciamos um novo padrão de reprodução do capital no qual entram em jogo novas formas de sociabilidade capitalista pautadas nos jargões amplamente difundidos pelos homens de negócio, seus assessores e consultores: globalização, integração, flexibilidade, qualidade total, competitividade, formação polivalente, ciclos de controle. Estes novos conceitos expressam-se concretamente mediante métodos de otimização do tempo,

espaço, energia, materiais e trabalho vivo que implicam no aumento da produtividade, qualidade, competitividade e taxa de lucro.

Perante este monopólio técnico-científico, as perspectivas de educação e formação humana postuladas pelos homens de negócio baseiam-se na qualificação e requalificação da força de trabalho, um ajuste puro e simples dos sistemas educativos ao sistema produtivo, a fim de que os torne competitivos no embate da concorrência capitalista. Neste contexto, os critérios empresariais de eficiência, qualidade total e competitividade adentram a educação geral básica que surge como um elemento essencial à nova estratégia industrial. Com o intuito de implantar e verificar estes, o discurso neoliberal defende a idéia de avaliação contínua das escolas públicas e privadas e alega que os problemas educacionais das escolas públicas estão no mau gerenciamento, na falta de acompanhamento e avaliação destas.

O Brasil apresenta-se, em sua origem, como um país escravocrata, oligárquico, paternalista e clientelista, no qual as forças conservadoras opunham-se de forma ferrenha à universalização da educação enquanto escolas públicas, laicas e unitárias. Atualmente, o baixo nível de escolaridade constitui um obstáculo ao emprego de novas tecnologias de base da microeletrônica e da informática, há a necessidade de se investir mais recursos na formação do capital humano, pois as novas tecnologias diminuem a necessidade quantitativa do trabalho vivo, no entanto, aumentam a necessidade qualitativa do mesmo.

É interessante observar como mesmo diante desta necessidade, a escola pública sofre com seu desmantelamento e em seu lugar surgem propostas alternativas como as escolas privadas e as cooperativas de professores, nas quais estes aparecem como donos da escola, remunerados de acordo com sua produtividade. No entanto, é importante ressaltar que há cooperativas de pais que assumem uma conotação diferente, pois possuem como objetivo primordial o ensino de qualidade a preço justo, formadas por pais descontentes com a precariedade do ensino público e sem condições de bancar uma boa escola privada encontraram no cooperativismo a solução para a educação dos filhos e fazem a “própria escola”.

A ciência e seu papel na sociedade contemporânea

Pensar a educação na sociedade contemporânea permite-nos compreender melhor nosso foco de análise: o trabalho dos intelectuais acadêmicos nos dias atuais e a instituição na qual estão inseridos, pois são visíveis as conseqüências das políticas neoliberais no campo

universitário. Para tanto, também é necessário conhecermos o processo de nascimento da ciência moderna que se tornou um elemento essencial para a sociedade na qual vivemos.

A ciência moderna que corresponde a uma interpretação racional do mundo, surgiu durante o Renascimento e consolidou-se no século XVIII com o projeto iluminista, defendido por intelectuais que acreditavam que o domínio científico da natureza proporcionaria a emancipação humana e o enriquecimento da vida diária a partir da libertação das irracionalidades do mito⁴, da religião, da superstição e do uso arbitrário do poder, conferindo ao homem controle e, em alguns casos, até extinção da escassez e das catástrofes naturais. Enfim, a ciência nasceu com o objetivo de retirar o véu que ofuscava a visão humana e de proporcionar ao homem a qualidade de vida tão almejada. Para Weber, a intelectualização e a racionalização:

Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização. (WEBER, 1996, p. 30-31)

A ciência moderna pautada na experimentação racional e na validade das regras da lógica e da metodologia previa a desmistificação e a dessacralização do mundo, o conhecimento do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições, a extinção das doenças epidêmicas e a felicidade humana, libertando os homens de seus grilhões. Weber refere-se à ciência como um processo de desencantamento do mundo e elenca suas contribuições positivas como: a disposição de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida por meio da previsão, o fornecimento de métodos de pensamento e a contribuição para a clareza.

O tempo comprovou não ser bem assim, na verdade os frutos da ciência e da tecnologia não trouxeram qualidade de vida a todos os homens, as desigualdades sócio-econômicas, políticas e culturais continuam a existir, assim como, a injustiça presente nas

⁴ Entendemos por mito as histórias de deuses passadas de geração a geração que tinham por objetivo explicar a origem da vida e dos fenômenos naturais.

instituições sociais, a imoralidade, a corrupção no campo político, a não contenção das epidemias e o surgimento de novas doenças. Ainda no século XXI, vemos uma grande maioria da população dos países denominados em vias de desenvolvimento sem direito a atender suas necessidades básicas como: alimentar-se adequadamente, morar de forma digna, ter acesso ao saneamento básico como rede de água e esgoto, obter educação básica e saúde pública de qualidade. Isto sem falarmos no acesso à arte, cultura, informação e ao trabalho digno.

Com relação às catástrofes naturais então, o problema é ainda mais grave: constantemente as camadas populares sofrem com enchentes, furacões, vendavais, terremotos, desmoronamentos, mudanças climáticas, degelo das calotas polares, acúmulo de resíduos sólidos, freqüentes erupções vulcânicas e destruição dos recursos naturais, isto é, contaminação e extinção da água potável, desmatamento, queimadas, eliminação da biodiversidade – fauna e flora.

Já no século XX, como afirma Harvey em seu livro “**A condição pós-moderna**”, o projeto iluminista deitou por terra esse otimismo com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e as duas grandes guerras mundiais e sua ameaça nuclear presente nas experiências de Hiroshima e Nagasaki. Horkheimer e Adorno em *The dialectic of Enlightenment* (1972), escrevendo sob a sombra da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stálin, desvelam a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista, uma lógica da dominação e opressão: na ânsia que os homens tinham de dominar a natureza, dominaram a si próprios.

Diante deste contexto, fica claro o domínio privado da ciência e da tecnologia por parte do Estado muitas vezes representado pelas forças armadas e por uma parcela da população detentora dos meios de capital. No entanto, também não podemos negar as facilidades que ambas proporcionaram para a vida moderna, os grandes inventos humanos como, o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, a criação dos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a conquista do espaço, o progresso dos meios de produção rural e urbano e da microeletrônica, a descoberta de vacinas e a erradicação de algumas doenças, o avanço da medicina, a previsão de alguns fenômenos naturais, comprovam o quanto o conhecimento produzido tornou-se tão importante nos dias atuais.

A Universidade enquanto locus de produção científica

As Universidades constituem grandes centros de produção científica, artística e cultural, que reúnem em seus interiores as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As primeiras universidades surgiram no século XII a partir das corporações de mestres e alunos.

Com o desenvolvimento urbano e cultural europeu propiciado pelo crescimento populacional, as cidades caracterizavam-se por oferecer a seus habitantes condições sociais, políticas e econômicas bem diversas das existentes nas antigas vilas senhoriais. Nelas presenciamos a gênese da divisão do trabalho, da liberdade, dos ofícios comerciais e artesanais e, acima de tudo, das corporações formadas por aqueles que exerciam as mesmas atividades, corporações estas denominadas *universitas*. Dentre estas corporações havia a dos mestres e estudantes que unidos adquiriam força para lutar por sua autonomia diante dos poderes religioso e civil, pautada no pressuposto do ensino aberto a todos, clérigos e leigos, e tendo o *studium* como local de estudo, deram origem as primeiras universidades.

Segundo Nosella, em seu texto **A Universidade, Ontem e Hoje:**

Etimológica e historicamente, o termo universidade não se refere imediatamente ao conceito de universalidade da ciência. O termo refere-se própria e diretamente à universidade medieval e significa lugar de estudos aberto a todos, não só portanto aos clérigos, mas também aos leigos... Em outras palavras: o primeiro sentido do termo “universidade” refere-se ao corpo discente e docente, ou seja, à corporação universitária. (NOSELLA, 1999, p. 2)

Se o primeiro sentido do termo “universidade” se referia à corporação dos alunos “Scholarium”, o segundo sentido que logo em seguida e espontaneamente veio se agregando refere-se justamente aos diferentes campos do saber, isto é, “Universitas Studiorum” ou “Studia Generalia”. (NOSELLA, 1999, p. 2-3)

As universidades medievais do século XIII eram caracterizadas pelas péssimas acomodações com salas frias e mal iluminadas, alojadas num canto da casa do mestre para os alunos de várias idades e diferentes nacionalidades que mantinham atenção constante na profusão dos conhecimentos realizada em Latim e pautada na repetição, na memória, na classificação e distinção, já que tais instituições não contavam com bibliotecas.

No fragmento abaixo poderemos compreender os conteúdos que compunham o currículo das universidades medievais e os métodos utilizados pelos mestres:

O conteúdo de ensino da faculdade de Artes, como depois veio a ser chamada, baseava-se na herança greco-romana e o “*curriculum*” era composto pelas artes liberais: o **trivium** que compreendia a gramática, a retórica e a dialética e o **quadrivium** que abrangia a aritmética, a geometria, a música e a astronomia. Sem se importar com a nacionalidade de seus alunos, o mestre lia e discursava sem intervalos. Era o momento da **expositio**, quando o mestre expunha o conteúdo selecionado dos livros a serem estudados. [...]. A seguir, iniciava-se a fase das **questiones**, mais estimulante, já que consistia na exposição dos argumentos favoráveis e desfavoráveis referentes a uma proposição lógica para, depois apresentar uma proposição própria. Finalmente, o momento mais emocionante, a **disputatio**, em que mestres e estudantes discutiam, aberta e fervorosamente, o assunto do expositio. (BUFFA; PINTO, 2005, p.10)

No século XV, final da Idade Média, as universidades caracterizaram-se pelos processos de aristocratização de sua clientela, de segregação dos estudantes, já que aos mais pobres destinavam-se somente os cursos curtos e pela transformação de sua estrutura arquitetônica pautada no gosto pelo luxo e ostentação relativa ao vestuário, cerimônias universitárias, prédios e atividades pedagógicas. Com prédios próprios para aulas, reuniões e bibliotecas, o ensino tornou-se uma cerimônia de valorização do aparato discursivo no qual o saber era encarado como posse e tesouro pertencente ao patrimônio familiar.

No século XVIII, marcado pela Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa, surge a universidade contemporânea, na qual agregam-se aos departamentos de ciências humanas, de medicina e biologia, os departamentos de engenharia, de mecânica e tecnologia. Em suma, ao saber teórico é incorporado o saber prático. Neste caso, as universidades americanas são mais receptivas a esta mudança do que as universidades européias.

Atualmente, segundo Luiz Eduardo Wanderley no livro **O que é universidade**, podemos identificar quatro concepções distintas de Universidade. Há os que enxergam como uma instituição social de relativa autonomia que satisfaz os requisitos fixados pela sociedade por meio da criação e difusão do saber, formando os profissionais de que os sistemas necessitam. Há outros que a vêem como um aparelho ideológico capitalista de manutenção do *status quo* responsável pela reprodução das condições materiais e da divisão social do trabalho em intelectual e manual.

Outra tendência aponta a Educação Universitária como a mola propulsora da transformação social: pautada no otimismo pedagógico, tal instituição seria responsável pela

formação dos “intelectuais orgânicos”⁵ das classes subalternas que podem colaborar na conquista da hegemonia da sociedade civil por estas classes. Por fim, aqueles que a encaram como um sistema inoperante, ultrapassado, obsoleto, que precisa ser urgentemente reformulado ou extinto.

Caio Navarro de Toledo em seu livro **Universidade, Intelectuais e Pensamento Crítico**, propõe a seguinte definição de Universidade:

Uma Universidade se constitui quando se concentra nas atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Quanto ao ensino, seja na graduação e nos cursos de pós-graduação, supõe a existência de amplas bases curriculares com a presença obrigatória das ciências duras (exatas, biológicas e tecnológicas). Supõe também a existência de uma ampla diversidade nos campos da Cultura, das Artes e das Ciências Humanas. Nenhuma Universidade moderna pode ser concebida sem a presença de um sólido conjunto de centros de pesquisas nas diferentes áreas da Ciência e da Cultura. (TOLEDO, 2002, p. 15-16)

O Decreto nº 2.306/97 que regulamentou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) refere-se às Universidades como instituições pluridisciplinares de formação de quadros de profissionais de nível superior, caracterizadas pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão que, no caso das instituições públicas, gozariam de um estatuto jurídico próprio.

Desde sua fundação, a universidade teve por finalidade cultivar e transmitir o saber humano acumulado historicamente e na maioria dos países é nela que se pode ter contato sistemático com a cultura universal. A pesquisa é uma forma privilegiada de ampliar os conhecimentos e produzir novos saberes. Inicialmente, pautada na pesquisa desinteressada, sem cuidado com os resultados e com quem poderia utilizá-los, com o tempo e a expansão das forças produtivas ela é completada pela pesquisa aplicada. Ensino e pesquisa completam-se e articulam-se à medida que um diz respeito ao cultivo e difusão de conhecimentos que são ampliados e descobertos por outro. A extensão universitária tem sua origem na tomada de consciência progressiva de professores, estudantes e setores da sociedade em geral, de que os recursos intelectuais acumulados na academia deveriam ser estendidos ao maior número de pessoas possível.

⁵ Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos nascem no bojo de determinadas classes sociais essenciais ao mundo da produção econômica, a fim de dar-lhes homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

No entanto, “há críticas aos caminhos históricos que passaram pelo assistencialismo da extensão universitária e, hoje, pela submissão ao mercado, entre as mais marcantes” (FARIA, 2001, p.10). A extensão é o ensino e é a pesquisa, neste sentido, torna-se impossível concebê-los como atividades separadas. O termo extensão teve sua origem no mosteiro de Alcaçaba, em Portugal, por volta de 1296, apresentava caráter religioso expresso pelo sentido de missão ou ação filantrópica, uma ação educativa que visava atender aos mais pobres. É importante ressaltar que a universidade medieval surgiu para resolver o embate educacional de uma sociedade em crise em que os sacerdotes e, mesmo os dirigentes religiosos, eram pouco informados para compreender as necessidades do mundo em questão.

Na América Latina a história da extensão universitária tem seu ponto marcante no movimento estudantil de Córdoba, província da Argentina em 1918, com a criação das Universidades Populares. Roberto Mauro Gurgel Rocha no texto **A Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina** afirma que:

Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades em que estudavam. Para eles, educação era um ato de amor, um amor engajado que implicava luta por uma sociedade mais justa. [...] As Universidades Populares foram nascedouros de movimentos políticos de grande envergadura. [...] As Universidades Populares, nessa concepção, a partir do assumir do movimento estudantil, mesmo passando a ser difundidas na grande maioria dos países de língua espanhola, somente chegaram ao Brasil nos anos 40. (ROCHA, 2001, p. 19)

Por fim, entendemos a Universidade como uma instituição social pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão que reúne em seu interior interesses conflitantes não muito distintos das contradições e divisões da sociedade como um todo. As Universidades são centros de produção e disseminação do saber científico, artístico e cultural que possuem ordenamentos, regras, normas e valores reconhecidos e legitimados em seu interior e por toda sociedade, legitimidade respaldada pela autonomia do saber frente à religião e ao Estado, conhecimento guiado por sua própria lógica tanto do ponto de vista de sua invenção, descoberta ou transmissão, isto é, uma ampla autonomia para cumprir suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Possuem editoras próprias, promovem sistematicamente reuniões científicas (debates, seminários, conferências, encontros etc.) de âmbito nacional e internacional, realizam simpósios para debater temas e questões de

relevância social, econômica e política para o país e abrigam diversas áreas do conhecimento que deveriam manter constante o debate entre si, um intenso intercâmbio entre cientistas, técnicos, professores e estudantes.

Esta é a Universidade almejada por todos, no entanto, devido à carência de recursos materiais, humanos, espaços físicos adequados e a intensa aplicação das políticas neoliberais no meio acadêmico, comprova-se uma enorme distância entre o almejado e o realizado. Além disso, por ser uma instituição social, a Universidade sofre mudanças em seu interior provocadas pelas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no contexto no qual está inserida e, neste sentido, sua relação com o Estado não pode ser encarada como relação de exterioridade, pois “a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático” (CHAUÍ, 2003, p. 02).

Concordando com tais afirmações não significa que acreditamos ser a universidade apenas um reflexo da sociedade e do Estado, é exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que esta pode relacionar-se de forma conflituosa com tais instâncias, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à democracia e à igualdade social.

No interior da academia vislumbramos dois amplos projetos: os **tecnocráticos**, que defendem as reformas internas (modernizar carreiras, métodos, currículos, aumentar vagas e instalações etc.) em prol da formação de recursos humanos para a produção econômica e para a administração pública e privada, valorizando as ciências exatas em detrimento das ciências humanas, tendo em vista somente o apoio ao Estado; e os **autonomistas**, que defendem reformas externas, vêem as Universidades em sua missão de crítica, de formação da liderança e da ciência apropriadas à Nação, querem uma ciência militante, uma Universidade politizada, totalmente participativa e autônoma.

É importante ressaltar que com a supervalorização das ciências tecnológicas, nas últimas décadas, as ciências humanas e sociais passaram a ser minimizadas e até desconsideradas e com isto presenciemos, paulatinamente, o processo de extinção da crítica à sociedade, papel primordial da Universidade.

A questão da autonomia universitária

Autonomia universitária:

[...] pode ser entendida como o direito de autogoverno exercido democraticamente pelos segmentos universitários nos planos didático, administrativo, financeiro, técnico-científico e político, ainda que admitam interferências externas em questões muito amplas de política geral do país. A autonomia é sempre tensa e tem de ser conquistada permanentemente, caso a caso. (WANDERLEY, 1999, p. 70-71)

A questão da autonomia universitária entendida nas cinco dimensões acima descritas é extremamente delicada principalmente nos países latino-americanos em que o controle das verbas, das pesquisas, do ideário político-ideológico, das normas curriculares, exercido pelos governos e grupos privados transformou a autonomia em quase utopia.

Além disso, a lei que a instituiu, a Constituição Federal no artigo 207, a define de forma bastante genérica:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (Constituição Federal de 1988)

Julga a ANDES que sua aplicabilidade sem uma regulamentação jurídica cabível e necessária pode levar a um esfacelamento do sistema nacional de Ensino Superior, no qual valerá a lei do mais forte, não só isso, a lei permite a confusão entre autonomia dos órgãos estatais de administração direta e autonomia universitária, o que reduziria as universidades à condição de autarquias, portanto sem independência com relação ao poder executivo.

A origem grega da palavra autonomia significa ser autor do *nomos*, ser autor da norma, da regra e da lei.

[...] buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Numa palavra, a autonomia possuía sentido sóciopolítico e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação. (CHAUÍ, 2001, p.204)

Tomando como base a LDB verificamos que o conceito de autonomia assumiu outra conotação: atualmente, refere-se apenas à gestão eficaz de receitas e despesas, em conformidade com os contratos de gestão assinados pelas universidades com o Estado.

A Universidade no Brasil

Para Cunha, as primeiras universidades brasileiras surgiram tardiamente na terceira década do século XX caracterizadas pela mera reunião das faculdades isoladas existentes neste período, uma pseudo-universidade, de acordo com Florestan Fernandes. Até então, o que tínhamos eram instituições isoladas de Ensino Superior para a formação de profissionais: as faculdades de medicina, engenharia e direito criadas durante o império e que se multiplicaram e dominaram, por muito tempo, o panorama do ensino superior no Brasil.

Este modelo fragmentado de ensino superior vigente desde o império que se modificou muito pouco ou quase nada com a criação das “pseudo-universidades” tornou-se alvo de diversas críticas realizadas por professores universitários, estudantes, funcionários e sociedade em geral que defendiam a idéia de modernização e democratização do Ensino Superior no Brasil. A situação tornava-se cada vez mais crítica à medida que as contradições internas desta instituição começaram a intervir sobre sua ação sócio-pedagógica e também à medida que se acirrava a crítica de si própria e da sociedade como um todo.

A reforma universitária de 1968, Lei nº 5.540 empreendida pelo governo militar, promoveu a modernização de nossas universidades rumo ao modelo norte-americano. Ela consistia em várias mudanças: extinção da cátedra vitalícia e criação dos Institutos Básicos e dos Departamentos, surgimento das disciplinas e dos créditos presentes no currículo, expansão e modernização da pós-graduação e da pesquisa, gênese do vestibular classificatório, criação de cursos de curta duração, regimes de tempo integral e dedicação exclusiva de professores (1/3 do corpo docente em regime integral, mínimo de 8 horas de aula por semana no caso das instituições públicas, 40 horas semanais de trabalho docente para o Sistema Federal de Ensino Superior na mesma instituição, sendo-lhe reservado 20 horas semanais para estudos e trabalhos práticos) a chamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão etc.

Foi neste período que as universidades públicas brasileiras cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação,

adquiram bons prédios, montaram laboratórios e bibliotecas e investiram nos salários de docentes e funcionários técnicos e administrativos.

No entanto, cresceram ainda mais suas amarras burocráticas e a subordinação da universidade à empresa capitalista. Esta subordinação se expressa por meio: a) da organização e avaliação da universidade em função da produtividade, uma produtividade pautada na quantidade do que é produzido em detrimento, muitas vezes, da qualidade; b) do estabelecimento da “organização racional do trabalho”; c) da intensa especialização da ciência e do docente universitário.

Assim exposto por Cunha:

Sabia que a modernização do ensino superior empreendida pela reforma universitária de 1968 destinava-se a colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada “multinacional”. Sabia, também, que essa modernização visava criar condições racionais (melhor diria tayloristas) para o atendimento da crescente demanda do ensino superior pelos jovens das camadas médias, demanda essa induzida pelo processo de monopolização. Ciente dessa conexão, no período pós 68, foi possível percebê-la no período 1945/64, quando ela não era tão nítida, mascarada que estava pelo populismo, pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo, todos a borrar os traços ainda confusos desses processos. (CUNHA, 1989, p.12)

Não podemos nos esquecer do papel desempenhado pela militância política estudantil dos anos 1960 e 1970, a primeira a levantar a bandeira da democratização universitária. É inegável que houve exageros e equívocos neste movimento, assim como houve populismo e superficialidade na resposta as suas reivindicações. No Brasil, os governos militares atenderam às demandas dos movimentos estudantis por meio de três iniciativas legais: a) profissionalização compulsória do ensino médio, com o intuito de reter boa parte das massas estudantis neste nível escolar; b) ampliação das redes federais de ensino superior; c) facilitação do credenciamento oficial das instituições privadas de ensino superior.

Podemos afirmar que destas iniciativas a que teve maior êxito, a que chegou mais próxima de “solucionar” o problema do acesso ao ensino superior foi a terceira, isto é, a ampliação das redes privadas de ensino superior, “diplomas para todos, qualidade para poucos”.

Também é notável que em nossa tradição universitária sempre houve o predomínio dos modelos⁶ e soluções importados, na maioria das vezes, inadequados a nossa realidade, isto é, a introdução de idéias mais ou menos avançadas sem real correspondência com as condições econômicas, políticas e culturais existentes em nosso país. Tais transposições implicam em avanços e recuos, progressos e retrocessos, ora conservando o que já existe, ora transformando.

De acordo com Chauí, atualmente, a partir da reforma estatal realizada pelo governo da República representado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a Universidade deixou de ser uma instituição social e passou a ser uma organização social, à medida que foi designada, assim como a saúde e a cultura, setor de serviços não exclusivo do Estado. Tal localização da educação significou que esta deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço não necessariamente público que pode ser privado ou privatizado.

A passagem da universidade da condição de instituição social à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma de capital. [...] Numa primeira etapa, tornou-se a universidade funcional; na segunda, universidade de resultados, e na terceira, operacional. No caso do Brasil, essa sucessão de etapas correspondeu ao 'milagre econômico' dos anos 70, ao processo conservador de abertura política dos anos 80 e ao neoliberalismo dos anos 90. Em outras palavras, correspondeu às várias reformas do ensino destinadas a adequar a universidade ao mercado. (CHAUÍ, 2001, págs. 219-220)

Existe uma enorme diferença entre uma organização social e uma instituição social. A primeira refere-se a um conjunto de meios administrativos particulares que visam unicamente objetivos particulares, pautada nas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle, eficácia e sucesso, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos tende a olhar a si mesma o tempo todo. A segunda refere-se a ações articuladas às idéias de reconhecimento e legitimidade externas e internas, compete-lhe discutir e questionar sua própria existência, sua função, por que, para que e onde existe, tem a sociedade como seu princípio, como referência normativa e valorativa, aspira à universalidade.

⁶ Inicialmente europeu e após a reforma de 68 a implantação do modelo americano.

A universidade brasileira passa, atualmente, por tempos sombrios. As conseqüências das políticas neoliberais no campo acadêmico, segundo os estudiosos que compõem as referências bibliográficas deste trabalho, são inúmeras, dentre as quais podemos citar:

- Impacto sobre os conhecimentos produzidos: informa-se muito, conhece-se pouco.
- Novas tendências à privatização a partir da expansão do acesso ao nível superior marcada pela proliferação de instituições privadas de baixa qualidade e a precarização do trabalho docente.
- Ameaça à autonomia universitária estimulada pela luta para obter financiamentos para pesquisa, edifícios e equipamentos que levaram a universidade a se adaptar cada vez mais às prioridades das empresas, das fundações, do governo e de empresas privadas, investindo muito mais na pesquisa aplicada do que na pesquisa desinteressada.
- Capitalismo acadêmico caracterizado pela crescente pressão para que os objetivos da indústria e do livre comércio tornem-se os objetivos essenciais da educação.
- Implantação de programas de competência docente e discente respaldados pela avaliação universitária, avaliação esta pautada em critérios puramente quantitativos, valorização da titulação e das publicações com total descaso pela docência, realizada constantemente pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado.
- Despolitização do corpo docente que tende à luta sob a forma corporativa em defesa da categoria profissional, isto é, os professores universitários lutam por empregos, cargos e melhores salários, deixando ao encargo das direções universitárias às questões relativas à docência, à pesquisa, aos financiamentos e à avaliação universitária.
- Separação entre ensino e pesquisa, graduação e pós-graduação.
- Transformação da graduação em um segundo grau avançado, a fim de formar mão-de-obra barata com diploma universitário. Em contrapartida, aumento do processo seletivo tanto para docentes quanto estudantes nos cursos de pós-graduação.

- Cortes nos financiamentos tidos como “improdutivos” alicerçados na aceitação do critério de distribuição dos recursos públicos para a pesquisa a partir da idéia de “linhas de pesquisa”, que funciona perfeitamente para as áreas de maiores prestígios que ostentam grandes laboratórios e grandes equipes de pesquisadores, o que não é o caso das áreas de humanidades.
- Falta de recursos humanos, materiais e físicos, principalmente nas universidades federais.
- Papel de extrema relevância assumido pelas agências de fomento à pesquisa que passaram a fixar prazos para dissertações e teses e a estabelecer os parâmetros de avaliação da produção universitária.

O acesso à universidade pública e gratuita

O acesso à universidade pública brasileira é uma questão bastante delicada. Inicialmente, destinada aos filhos da aristocracia agrária (classe dirigente), por volta das décadas de 1920, 1930 e 1940 com as transformações decisivas nos planos econômico, social, político e cultural passou a atender os filhos das classes médias que se tornaram a elite burocrática representada pelos técnicos especializados e os administradores dos setores público e privado.

Na esfera econômica presenciamos a crise do setor agrícola voltado para exportação, a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, a crescente intervenção do Estado na economia etc... No âmbito social vivenciamos a consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais e a expansão das profissões de nível superior.

No campo político, assistimos ao declínio da oligarquia agrária, às revoltas militares, ao surgimento de novos partidos, à expansão dos aparelhos do Estado etc... Já no plano cultural tivemos a criação de novos cursos superiores, o surto editorial e o crescimento da rede de instituições culturais públicas.

Atualmente, com a destruição da escola pública de primeiro e segundo graus realizada por meio da diminuição estrondosa dos salários dos professores e a intensa precarização de suas condições de trabalho associadas: à extinção da Escola Normal na formação dos professores de primeiro grau; à Licenciatura Curta estabelecida a partir da Lei 4024/68 baseada nos cursos

graduados das universidades norte-americanas; à alteração das grades curriculares; à invenção dos cursos profissionalizantes; à intensa diminuição dos recursos para manutenção e à ampliação das escolas; e ao aumento do assistencialismo desenvolvido pelas instituições públicas de ensino; os alunos provenientes das classes menos abastadas que freqüentaram esta escola não conseguem, em sua grande maioria, enfrentar os vestibulares das universidades públicas e a eles cabe apenas o acesso às universidades particulares que, para lucrarem o máximo possível, oferecem um ensino de baixíssima qualidade.

Em outros casos, quando conseguem adentrar neste “santuário”, foi porque ao invés de optar pela carreira desejada decidiram seguir um caminho menos doloroso, isto é, escolheram um curso de pouca concorrência. Em contrapartida, os filhos da classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares de primeiro e segundo graus, constituem a principal clientela das universidades públicas gratuitas.

É pautado neste discurso, o de uma universidade pública elitista e capenga e de um Estado brasileiro pesado e ineficiente na aplicação de seus recursos orçamentários, que as políticas neoliberais engrossam o caldo da privatização do ensino em todos os níveis, principalmente no que diz respeito ao ensino superior.

De acordo com Toledo:

O crescimento e expansão da rede particular tem sido possível graças à política do MEC que incentiva e facilita a criação de instituições e faculdades privadas, além de recursos públicos estarem sendo desviados para as empresas privadas de ensino. (TOLEDO, 2002, p. 14)

E mais ainda:

As escolas privadas, ao contrário, recebem empréstimos a juros negativos do BNDES para a construção de instalações modernas e bem equipadas em termos de informática, recebem vultuosos recursos governamentais a título de crédito educativo, têm liberdade para abrir e fechar cursos e fixar o valor da mensalidade dos estudantes sem qualquer controle por parte do MEC. Fazem extensa publicidade nas rádios, na TV, nos jornais, em *outdoors* e têm seus defensores na mídia e *lobbies* plantados dentro do parlamento e junto ao governo. É só abrir os olhos para perceber a extensão e o crescimento das empresas privadas de ensino no Brasil contemporâneo. (TOLEDO, 2002, p. 15)

O exemplo mais recente do incentivo dado às instituições privadas é o PROUNI (Programa Universidade para Todos) instituído pela medida provisória publicada no Diário Oficial da União no dia 13 de setembro de 2005.

O programa tem por objetivo reservar vagas nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior para alunos de baixa renda na forma de bolsas de estudo integrais destinadas aos estudantes que comprovarem renda per capita familiar não superior a um salário mínimo e meio e parciais (meia bolsa) àqueles que apresentarem uma renda per capita familiar de até três salários mínimos.

Outro exemplo recente e bastante discutido no âmbito universitário, por se tratar de uma questão polêmica, a qual não pretendemos nos aprofundar já que não é este o objetivo deste trabalho, diz respeito à questão das cotas para etnias. Com o intuito de diminuir a discriminação racial e as desigualdades sociais presentes em nosso país, expressas em dados do último Censo de 2000 e Síntese de Indicadores Sociais 2002, recentemente divulgados pelo IBGE, que revelam um cenário preocupante no que diz respeito à escolaridade dos afro-brasileiros, principalmente no que se refere ao acesso e conclusão do ensino superior, o atual governo federal instituiu o programa de cotas, isto é, reserva de vagas para estudantes afrodescendentes na universidade pública.

Mais uma vez na história brasileira as políticas públicas para a educação revelam seu reducionismo adotando medidas paliativas que estão muito distantes de “resolver” ou “amenizar” o problema da desigualdade racial e social no Brasil. Talvez a via mais eficaz seja o investimento no ensino público fundamental, médio e superior, não somente com relação à democratização deste, mas também com relação à permanência dos alunos. Precisamos de uma escola pública de qualidade que ofereça a todos àqueles que queiram ser intelectuais, independente da raça à qual pertençam, as mesmas condições de concorrência e não facilidades para um ou outro grupo.

No interior da academia encontramos intelectuais que se posicionam a favor e outros que se posicionam contra tais políticas. No próximo capítulo tentaremos esmiuçar o que entendemos por intelectuais, principalmente no que se refere à categoria dos professores universitários.

Capítulo 2

Intelectuais, Cultura e Professores Universitários

Definir o que é um intelectual e seu papel na sociedade em que está inserido torna-se algo bastante complexo, pois ao longo do tempo encontramos diversas posturas intelectuais marcadas por contextos históricos específicos. O que podemos afirmar com clareza é que o intelectual corresponde à mais frágil ação que se desenvolve na sociedade na medida que expressa suas contradições, desvenda a culpa pelo afastamento do senso comum, exprime o desejo de abolir as fontes de coerção ou de perpetuá-las e alega possuir as categorias conceituais para pensar um novo mundo ou para fortalecer o marco cultural existente.

Faremos uma breve exposição inspirada na obra **O que são intelectuais**, escrita por Gonzáles, referente às posturas intelectuais presentes ao longo da história, isto é, das diversas formas que os intelectuais escolheram para dar sentido a sua compreensão e a seus laços com a realidade. Iniciaremos pelo denominado **intelectual maldito**, testemunha de um tempo em desordem, desvenda a verdade num momento inesperado, estabelece uma relação de desencontro com a sociedade, pretendendo traduzir nos produtos mais “elevados” da cultura sua contestação ao movimento progressivo da história, agindo, na maioria das vezes, dentro da ordem estabelecida; é um grande delator da verdade, mas que se exime de qualquer responsabilidade para com tal.

O **intelectual precursor** corresponde a um pensador que busca novas bases conceituais, rompendo com os marcos ideológicos anteriores, desobedece a história e por meio da linguagem vai desvendando as armadilhas da realidade e das formas de dominação. Procura as conseqüências coletivas de suas descobertas, tornando-se um ativista que focaliza a relação do conhecimento com as bases sociais. Considerado um filósofo, à medida que vê as coisas sempre pela primeira vez sem se distanciar do homem prático, efetivo da realidade, o intelectual precursor formula problemas que estavam no “ar” e para os quais parecia que ainda não havia resposta social; é o início dessa resposta. Pode sentir-se desobrigado de qualquer ação prática, no entanto, não pode deixar de expor publicamente sua obra, defendendo-a e enriquecendo-a. É um debatedor público, defensor de novos paradigmas.

Por **intelectual revolucionário** entendemos aquele portador de três habilidades específicas: organização, propaganda e agitação, é um tipo de intelectual que apanha a realidade em sua totalidade, interpretando todas as tendências culturais e sociais, todos os fenômenos políticos e cotidianos, como dimensões de uma sociedade permeada pela luta de classes, não sente a urgência de defender suas idéias publicamente e no auge de suas forças deixará pairar dúvidas sobre sua eficácia.

Encontramos também a categoria dos **intelectuais populistas**, os “*literati*” e “artesanal”, que defendem as formas embrionárias pré-capitalistas como mais justas e melhor organizadas, negam a sociedade como uma totalidade de relações contraditórias, realizam a apologia da consciência ingênua como forma de sabedoria e vivem de pleno utopismo. Encontram-se nos meios de comunicação de massa e em movimentos denominados “populistas”, acomodando-se à ordem estabelecida.

O **intelectual do círculo do poder** pensa sua atividade como uma vocação que só tem sentido ao redor de um núcleo irradiador de força e de poder, está sempre ligado ao Estado, a um Partido, ao Exército ou a uma sociedade literária.

Por fim encontramos as categorias de **intelectuais cosmopolitas, nacionais-populares, tradicionais e orgânicos**, conceitos gramscianos pensados especificamente para a Itália da década de 1920, dividida entre o sul agrário atrasado e o norte industrial, sobre as quais faremos uma exposição mais cautelosa, a fim de vencermos os reducionismos presentes nas expressões tradicional-antigo e orgânico-moderno.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, já que não existe atividade humana da qual se possa separar o homo faber do homo sapiens. No entanto, nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectual. Historicamente, formam-se categorias especializadas para a função intelectual em conexão com os grupos sociais, em especial com os grupos sociais mais importantes.

Quais são os limites “máximos” da acepção de “intelectual”? [...] O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 1989, p. 38)

Daí decorre a pergunta: os intelectuais constituem um grupo social independente que paira sobre a sociedade ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? No intuito de respondê-la, Gramsci define duas categorias importantes de intelectuais: a dos intelectuais orgânicos e a dos intelectuais tradicionais.

Os intelectuais orgânicos surgem no bojo de determinadas classes sociais essenciais ao mundo da produção econômica, a fim de proporcionar-lhes homogeneidade e consciência da própria função nos campos social, econômico e político. São considerados construtores e organizadores de uma cultura ligada à dominação de grupos sociais emergentes forjados a partir do crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas.

Para Gramsci, o partido político constitui, para alguns grupos sociais, o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, transformando-os em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política, além de proporcionar a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo e os intelectuais tradicionais.

Os intelectuais tradicionais pautados na idéia de sua ininterrupta continuidade histórica colocam-se como independentes e desvinculados do grupo social dominante. Isto porque:

[...] cada grupo social “essencial”, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior..., encontrou, ... categorias sociais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos... organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados á propriedade. (GRAMSCI, 1989, p.36)

A gênese dos intelectuais tradicionais está ligada a um problema histórico interessante. Diz respeito à escravidão do mundo clássico e à posição dos libertos de origem grega e oriental na organização social do Império Romano. A separação entre as massas de intelectuais e a classe dominante do Império Romano deu-se após a queda deste entre guerreiros germânicos e intelectuais de origem romana pertencentes à categoria dos libertos. Junto a este fenômeno misturou-se o nascimento e desenvolvimento do catolicismo e da

organização eclesiástica que aglutinaram a maior parte das atividades intelectuais e exerceram o monopólio cultural durante séculos.

Tanto os intelectuais orgânicos quanto os tradicionais realizam funções conectivas, já os cosmopolitas e os nacionais-populares são indivíduos dotados para a vida intelectual. Os cosmopolitas concebem a vida cultural como uma forma de comunicação acima das particularidades nacionais, regionais ou locais e defendem a idéia de que as fronteiras nacionais e “heranças culturais”⁷ específicas devem ser superadas sistematicamente. Os nacionais-populares buscam a valorização da cultura popular, inspiram suas obras no chão cultural de origem. Os intelectuais, para Gramsci, são os atores destinados a transmitir e traduzir o cerne da unidade cultural que se expressa de diferentes formas, a fim de assegurar a relação de dominação e hegemonia entre as classes, isto é, a manutenção do poder e da disciplina por meio do consenso e não da punição explícita. Isto porque, uma das características mais marcantes de todo grupo social que se desenvolve está na luta pela assimilação e pela conquista ideológica.

Jean Paul Sartre, em seu livro **Em Defesa dos Intelectuais**, define intelectual como todo técnico do saber que possui consciência de sua própria contradição, isto é, que sabe do combate permanente entre sua técnica universalista e a ideologia dominante e que por meio de sua história pessoal conseguiu desfazer em si mesmo a tensão que o caracteriza. Sua função:

Por sua própria contradição ele se torna o guardião da democracia: contesta o caráter abstrato dos direitos da “democracia” burguesa não porque queira suprimi-los, mas porque quer completá-los com os direitos concretos da democracia socialista, conservando, em toda democracia, a verdade funcional da liberdade. (SARTRE, 1994, p. 53)

Julien Benda, filósofo e escritor francês, (1927, p. 66), define os intelectuais como: “[...] todos aqueles cuja atividade, na sua essência, não perseguem fins práticos, mas que, procurando satisfação no exercício da arte ou da ciência, ou da especulação metafísica, enfim, na aquisição de um bem não temporal, dizem, de certo modo: ‘Meu reino não é deste mundo’”. O movimento destes intelectuais é uma oposição ao realismo das multidões expressa de duas formas: primeiro, o apego à atividade puramente desinteressada, tendo nesta

⁷ As heranças culturais são formas de consciência que podem permanecer até certo ponto imunes e inabaladas através das diferentes épocas e das diferentes estruturas de dominação.

forma de existir, a crença do seu valor supremo; a segunda, o afinco na construção de princípios morais, abstratos, superiores e diretamente opostos às paixões do espírito humano.

Segundo o autor, o fim do século XIX trouxe consigo uma mudança radical: a traição dos intelectuais que a partir de então adotam paixões políticas, as incluem em sua atividade e realizam o jogo destas paixões por meio de suas doutrinas. Isto implica em uma tendência à ação, sede pelo resultado imediato, a preocupação restrita com o alcance do objetivo, desprezo pelo argumento, excesso de ódio e idéia fixa.

Ao trair sua função o intelectual macula o caráter abstrato de seu ofício e deixa de ser o farol das consciências; a inteligência desinteressada cede espaço ao realismo político. Também os críticos são seduzidos pelo universo temporal abdicando de sua função de oferecer ao mundo o espetáculo de uma atividade intelectual isenta em favor de uma atividade pragmática.

Fichte, ao discursar sobre a missão do erudito, afirma que os intelectuais correspondem a todos aqueles que fizeram da ciência a principal ocupação de suas vidas, que mesmo não sendo capazes de abarcar a totalidade do conhecimento humano, o que seria impossível devido à grandiosidade do empreendimento, ao escolherem uma parcela do todo aplicaram os três modos de conhecimento pensados em conjunto: **o conhecimento filosófico, o filosófico-histórico e o meramente histórico.**

Todo homem possui um impulso cognitivo, uma vontade de querer saber o que lhe falta, no entanto, o mero conhecimento das disposições e necessidades do homem sem a ciência de como desenvolvê-las e satisfazê-las seria inútil. Neste sentido:

O conhecimento das necessidades deve forçosamente estar vinculado ao conhecimento dos meios pelos quais elas podem ser satisfeitas [...] O conhecimento do primeiro gênero se fundamenta em princípios da razão e é, por isso, filosófico; o segundo tipo de conhecimento baseia-se em parte na experiência e é, neste sentido, filosófico-histórico (não apenas histórico, já que é preciso relacionar os fins, que exigem discernimento filosófico, com os objetos dados pela experiência, para avaliar se os últimos são adequados para atingir os primeiros) [...] é preciso analisar acontecimentos do passado com um olhar purificado pela reflexão filosófica; é preciso, outrossim, dirigir os nossos olhos ao mundo à nossa volta e observar os nossos contemporâneos. Essa última parte do conhecimento necessário à sociedade é, por conseguinte, histórica [...] Ora, aquele que dedica a sua vida à aquisição de tal conhecimento chama-se “erudito” ou “intelectual”. (FICHTE, 1999, p. 46-47)

Todo erudito deve empenhar-se em promover o progresso da humanidade que está intrinsecamente ligado ao progresso da ciência. O intelectual existe para a sociedade, através desta e em função dela. Para tal, torna-se necessário manter a mente aberta e estimular o interesse e a capacidade de expressão, o estudo é o meio mais eficiente para se chegar à verdade em detrimento da reflexão e dedução a priori, o diálogo também é essencial, pois permite conhecer opiniões alheias e formas de exposição divergentes da sua. “Ninguém é tão instruído a ponto de não precisar ampliar seus conhecimentos e, por vezes, precisa disso com urgência” (FICHTE, 1999, p. 50).

O erudito, para Fichte, é o professor da humanidade à medida que ao esclarecer as necessidades humanas e a forma de satisfazê-las leva em consideração os meios específicos para atingir os objetivos no presente e no futuro, a fim de que a humanidade não trilhe caminhos que a levem à estagnação ou ao retrocesso. Acima de tudo, está submetido aos princípios éticos e à coerência consigo mesmo, devendo demonstrar por seu exemplo qual é a melhor maneira de se agir. “O erudito jamais usará a força ou a coação para persuadir os homens [...] deve ser, em última análise, o homem eticamente mais convincente de sua época” (FICHTE, 1999, p.52-53).

Walquíria Domingues Leão Rêgo em seu artigo: **Ética, Ciência e Política: do intelectual reformador ao administrador existente** (2000, p. 69-83), problematiza por meio do pensamento moderno a questão dos intelectuais, seu papel na sociedade e suas relações com a política. Para tanto, examina as formulações clássicas sobre o problema, o percurso histórico, as transformações e os contornos que assumiu atualmente.

Segundo a autora, tanto as formulações clássicas elaboradas por Fichte como por Julien Benda revelam um sentido de **missão** aos intelectuais que só poderia ser cumprida se lhes fossem mantidas a independência e a autonomia em relação aos poderes instituídos. Estes estariam ligados ao programa humanista da ilustração e ao longo do século XX sua sacralidade pautada em sua capacidade cognoscente de investigar e interpretar os elementos essenciais das causas do sofrimento humano.

Gestada no ventre da sociedade moderna, caracterizada pela consolidação da razão e superação dos cânones políticos e intelectuais da Idade média responsáveis pela opressão eclesiástica ocidental, a figura do novo intelectual comporta a mais ampla e irrestrita liberação da imaginação e sensibilidade. Para tanto: “[...] liberdade de pesquisa e conhecimento representam simultaneamente independência e autonomia do sujeito cognoscente em relação aos poderes constituídos, assim como forte compromisso com a elevação moral e intelectual dos homens.” (RÊGO,2000, p. 71)

O intelectual surge como o personagem central da difusão das luzes e sua relação com a política implica em encará-la como uma atividade pública pautada em conteúdos universalistas e não particularistas. Exige dos intelectuais uma responsabilidade cívica diante de seus concidadãos, a ética da responsabilidade que deverá submeter a lógica da política à atividade reflexiva da razão, a fim de contribuir para a desfeticização das instituições.

O “partido da inteligência” no século XX retoma a questão nacional para a qual a comunidade política, recoberta pelo princípio da nacionalidade, não poderia abrigar tirania e desigualdade entre os seus componentes. Neste contexto, o envolvimento dos intelectuais, como homens dotados de razão na luta pela construção de uma nação mais democrática despida de seus preconceitos, implica em exercer o papel essencial de construtor da memória pública, os intelectuais são os responsáveis pelos critérios de seleção da memória coletiva, em outras palavras, decidem o que um povo deve esquecer de seu passado ou recordar incessantemente.

É, neste ponto, que se apresenta de maneira crucial a questão da responsabilidade dos intelectuais, pois não há imparcialidade e inocência possíveis na construção do quadro interpretativo sobre a experiência passada e presente de uma sociedade. Um exemplo disto, está na dificuldade de se construir no Brasil uma memória coletiva que sustentasse um país calcado numa cidadania democrática, o que presenciamos foi a transformação de toda e qualquer coisa pública em relações privadas marcada pela dominação e exploração sociais.

Pensar a relação entre os intelectuais e a política na sociedade contemporânea é algo bastante complexo, pois implica considerar os aspectos relevantes desta sociedade caracterizada pela consolidação e radicalização do processo de “desencantamento do mundo”. Vivemos uma época de intensa especialização, intelectualização e profissionalização, em que entraram em cena o cálculo criterioso, as carreiras bem planejadas, o pragmatismo institucional, o respeito aos cânones e ritos burocráticos.

Marco Aurélio Nogueira em seu artigo **Inventores do Futuro: notas sobre os intelectuais, a política e a vida**, aponta caminhos, a fim de que os intelectuais não sejam condenados a uma só opção: ou refugiar-se na torre de marfim em nome dos valores e das convicções ou converter-se em operadores tecno-políticos. Na verdade, é possível e necessária a existência do intelectual público, “aquele que se dedica a reunir (dialeticamente se se quiser) o ideólogo e o experto, o técnico e o humanista, o protagonista da *societas hominum* e o protagonista da *societas rerum*” (NOGUEIRA, p. 07). Isso significa, que o intelectual, aquele que faz da relação com as idéias, as imagens e as palavras a sua própria razão de ser como

cidadãos e profissionais, só se realiza na política entendida enquanto campo onde se disputam as idéias a respeito do viver coletivo.

O desenvolvimento e a relevância dos intelectuais em diferentes contextos históricos

Sintetizando as idéias de Antonio Gramsci presentes no caderno 12 intitulado: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura** faremos uma breve apresentação dos diferentes tipos de formação da categoria dos intelectuais e de suas relações com as forças nacionais acrescentando à sua análise específica sobre a Alemanha as idéias de Nobeit Elias.

Segundo Gramsci, na Alemanha os intelectuais exerciam inicialmente uma função internacional ou cosmopolita, causa e efeito da desagregação territorial. O desenvolvimento industrial ocorreu sob o invólucro semifeudal e os junkers, semelhantes a uma casta sacerdotal-militar, detinham a supremacia político-intelectual e possuíam, ao mesmo tempo, uma base econômica própria independente do grupo econômico dominante. Além disto, constituíam a oficialidade de um grande exército permanente.

Em sua análise referente à antítese entre os termos “*Kultur*” e “*Zivilisation*”, Nobeit Elias expõe a importância dos intelectuais nos contextos alemão do século XVIII e do pós Primeira Guerra Mundial.

O conceito civilização (*zivilisation*) expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, principalmente a Inglaterra e a França, uma consciência nacional que se julga superior às sociedades mais antigas ou sociedades contemporâneas caracterizadas como mais primitivas, revela o orgulho que tais nações possuem de seu nível de tecnologia, natureza de suas maneiras, do desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo. O termo em questão refere-se a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais que minimizam as diferenças nacionais entre os povos, manifestam autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade foram plenamente estabelecidas e que há muito expandiram seus territórios conquistando novas terras.

O termo *Kultur*, de origem alemã, enfatiza em especial as diferenças nacionais e a identidade particular de grupos, reflete a consciência de uma nação que equacionou tardiamente as questões de sua unificação, fronteira e identidade. Tal conceito refere-se apenas a fatos intelectuais, artísticos, religiosos e às realizações humanas, é a expressão da individualidade de um povo.

Logo após a Guerra dos Trinta Anos houve um despovoamento e uma pavorosa devastação econômica do país, a burguesia alemã era pobre em comparação aos padrões franceses e ingleses, o comércio interno e externo estava em ruínas com a queda das grandes casas comerciais, mudanças na rota de comércio com a descoberta de novas terras e o caos deixado pela guerra. A Alemanha estava dividida entre a nobreza que falava francês e decidia a política e a intelligentsia de língua alemã que nenhuma influência exercia sobre a política e o povo. Neste contexto, os intelectuais buscavam incessantemente estabelecer uma unidade nacional.

Essa antítese encontra sua gênese na relação da burguesia alemã de classe média em contraste com a nobreza cortesã que se considerava civilizada segundo o padrão francês. Por algum tempo esta contraposição permaneceu resignada, mas em meados do século XVIII inicia-se uma busca de legitimação pela virtude e realizações, tornando mais explícita a polêmica entre o autêntico e o superficial. Logo depois é agregado ao termo Kultur, o termo bildung, caracterizando a formação intelectual do indivíduo, principalmente por meio da leitura, trabalhos de erudição, religião, arte; situando essa intelligentsia para além da economia e da política, no plano puramente espiritual. Kultur e bildung são lemas característicos de um restrito estrato intermediário que nasceu do povo, porém, um tanto afastado dos estratos da nobreza quanto do povo e da burguesia comercial em ascensão. O marco da retomada do conceito Kultur para os alemães foi o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a *civilização*, o outro lado da guerra, impôs penalidades à Alemanha derrotada.

Na França, por exemplo, já no século XVIII, não havia mais qualquer grande distinção relativa aos costumes entre os principais grupos burgueses e a aristocracia de corte. Eram a mesma língua, os mesmos livros e praticamente as mesmas maneiras de comportamento social. Com a queda do antigo regime feudal, muitos hábitos e procedimentos continuaram presentes na vida francesa, adquirindo um aspecto de caráter nacional francês.

Essa convivência entre a intelligentsia e a corte francesa nos temas políticos, administrativos e econômicos propiciou o debate sobre a condução da nação sob o absolutismo político, por um lado, e o protecionismo (mercantilismo) econômico, por outro. Desse debate floresceu a fisiocracia francesa reformista que mais tarde produziria o liberalismo econômico inglês.

Gramsci afirma que a França apresentou um desenvolvimento harmônico das categorias intelectuais. Quando em 1789, surge politicamente um novo grupo social que não firma nenhum compromisso com as velhas classes, pelo contrário, subordina-as, também, muito precocemente, surgem as lutas entre a Igreja e o Estado. Esta formação intelectual

explica a função de irradiação da cultura francesa nos séculos XVIII e XIX e de expansão imperialista e hegemônica de modo orgânico.

Na Inglaterra, o novo grupo social nascido sobre a base do industrialismo moderno apresentou um surpreendente desenvolvimento econômico-corporativo, no entanto, engatinhava no campo intelectual-político, isto é, nas esferas mais elevadas prevalecia o domínio da velha classe territorial e é assimilada como “intelectuais tradicionais” e como camada dirigente pelo novo grupo que ocupa o poder.

Na Itália, desde a queda do Império Romano até 1870, permanece o estado de desagregação territorial e os intelectuais caracterizam-se por suas funções internacionais ou cosmopolitas.

Gramsci explica que na Rússia, por diversas questões históricas, as forças nacionais são inertes, passivas e receptivas e, por isso, assimilam completamente as influências estrangeiras russificando-as. No período histórico mais recente, ocorre o fenômeno inverso: uma elite de pessoas empreendedoras e ativas emigra para o exterior, assimila a cultura de países mais desenvolvidos do ocidente, realizando sua aprendizagem intelectual e retorna ao país obrigando o povo a um despertar forçado.

Nos Estados Unidos, em condições bem diversas de tempo e espaço, o fenômeno russo pode ser comparado ao nascimento da nação americana, na qual os emigrantes anglo-saxões são também uma elite intelectual, mas particularmente moral. Estes trazem para América um certo grau de civilização que transplantada para o solo virgem americano continua a desenvolver-se num ritmo bem mais rápido do que na velha Europa.

Com relação à América do sul e América Central, Gramsci identifica em suas bases de desenvolvimento, as civilizações espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e o parasitismo militar. Neste sentido, as cristalizações existentes nestas regiões são: o clero e a casta militar, categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas. O desenvolvimento industrial é restrito e a maior parte dos intelectuais é do tipo rural, tais intelectuais estão ligados ao clero e aos grandes proprietários.

Prevalece na América Central e do Sul uma situação na qual os interesses e a influência clerical e militarista ainda não se submeteu ao elemento laico e burguês do Estado Moderno

Gramsci apresenta outros tipos de formação da categoria dos intelectuais e de suas relações com as forças nacionais como na Índia, China e Japão.

No Japão, temos uma formação do tipo inglês e alemão, isto é, uma civilização industrial que se desenvolve dentro de um invólucro feudal-burocrático, com inconfundíveis características próprias.

Na China, existe o fenômeno da escritura, expressão da completa separação entre os intelectuais e o povo. Na Índia e na China, a enorme distância entre os intelectuais e o povo manifesta-se, ademais, no campo religioso. (GRAMSCI, 1989, P.59-60)

Os intelectuais brasileiros e seus posicionamentos a partir da visão de diversos autores.

No Brasil, principalmente no campo da historiografia, de acordo com Carlos Guilherme Mota, os intelectuais tiveram papel preponderante na superação dos vínculos externos, a chamada importação cultural, ou ainda, na passagem da concepção aristocrática de cultura para a cultura de massa e na elaboração da cultura brasileira, entendida como um conjunto de produções mais ou menos articuladas num determinado contexto histórico. Inicialmente, a historiografia brasileira era altamente elitizante, liderada por um segmento social muito restrito baseava-se exclusivamente na importância das oligarquias agrárias e suas ações políticas. Nem mesmo a criação das universidades na década de 1930 contribuiu, neste primeiro momento, para a renovação dos estudos de História do Brasil.

O autor, em sua obra intitulada **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**, define cinco períodos significativos nos quais a intelectualidade brasileira debruça-se sobre si mesma para auto-avaliação e sobre seu objeto de estudo, a fim de defini-lo de acordo com o contexto vivido.

O primeiro deles entendido como **O Redescobrimento do Brasil (1933-1937)** revela uma contestação radical à historiografia da elite oligárquica pautada nos feitos dos heróis da raça branca, até então, uma visão mitológica da explicação histórica dominante na qual se alicerçava a Historiografia Oficial. Neste período, os autores de grande destaque foram: Gilberto Freyre com sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933) pautada na valorização dos traços mestiços da população brasileira; Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil* (1936) que trazia em seu bojo a crítica ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas sempre presentes nas interpretações do Brasil; Roberto Simonsen autor do livro *História Econômica do Brasil* (1937), um marco na história da Historiografia Econômica; e Caio Prado Júnior, *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), compreendido como um balanço do período colonial, analisando o sentido da colonização e os componentes do sistema colonial.

O segundo período denominado pelo autor como **Primeiros Frutos da Universidade (1948-1951)** demonstra uma produção significativa da Universidade, principalmente com a vinda de mestres franceses, italianos etc. Neste momento, o modelo francês voltou a ser utilizado de maneira metódica e o grande debate reunia-se em torno da contradição entre o processo de implantação da modernização e as estruturas de um Brasil “rural”, “arcaico”, “tradicional”.

A Era de Ampliação e Revisão Reformista (1957-1964) corresponde a um período de grande ebulição dos estudos referentes às mudanças sociais e políticas no país. Há pesquisadores preocupados com as peculiaridades da implantação do capitalismo no Brasil, outros com a crise do regime escravocrata e a inserção dos homens livres na nova ordem social, outros ainda, com o papel do empresariado e do proletariado nos quadros do subdesenvolvimento dentro da economia mundial.

O quarto período descrito como **Revisões Radicais (1964-1969)** apresenta como temática central o estudo da dependência nos planos econômico, cultural e intelectual. Como último período caracterizado pelo termo **Impasses da Dependência (1969-1974)**, a intelectualidade alega existir uma série de impasses na reflexão historiográfica no Brasil, alguns negaram o papel das Faculdades de Filosofia e outros indicaram a necessidade de maior cooperação interdisciplinar. A temática central gira em torno da dependência vinculada aos desenvolvimentos do capitalismo monopolista e à emergência de regimes totalitários na América Latina.

A partir do exposto acima fica claro detectar que Carlos Guilherme Mota estabelece como centro de interesse dos intelectuais brasileiros as “ideologias” culturais que mascaravam as ciladas da sociedade de classes e a busca incessante de uma cultura de “caráter nacional”.

Por outro lado, Sérgio Miceli em sua obra: **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil**, constrói uma história da intelectualidade brasileira em que se levantam as relações entre os intelectuais e o Estado Novo – supondo que a maioria deles são “parentes pobres e estigmatizados” das classes dirigentes e, exatamente por isso, sua autonomia criativa também estaria comprometida. Analisa as relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil e as estratégias de que os primeiros lançaram mão para adquirirem posições criadas nos setores públicos e privados do mercado entre 1920 e 1945. No prefácio do livro, Antônio Cândido afirma: “[...] grande e lamentável família dos intelectuais, todos mais ou menos mandarins quando se relacionam com as instituições, sobretudo públicas; e inoperantes se não o fazem (MICELI, 1979, p. IX) e, mais ainda, [...] sinto falta de distinção mais categórica, e sobretudo

teoricamente fundamentada, entre os intelectuais que ‘servem’ e os que ‘vendem.’” (MICELI, 1979, p. XI)

Luciano Martins, ao analisar a gênese de uma **intelligentsia** brasileira afirma que tal conceito pressupõe a existência específica de um certo grupo de intelectuais que se distinguem de seus pares exatamente pela relação que estabelecem com a política, cuja emergência diz respeito a certas condições sociais, políticas e culturais, no entanto, “não existe a relação necessária entre condição de intelectual e a de ator político.” (MARTINS, 1987, p. 65)

Até os anos de 1920, a efervescência da vida intelectual concentrava-se no Rio de Janeiro, capital da República, centro financeiro, político e cultural do país. O surgimento do “movimento modernista” representado por um número reduzido de intelectuais, escritores e artistas, constitui apenas uma pequena parcela da **intelligentsia**; contudo é deles que vem a força motriz da renovação. Em nome da construção de uma identidade social e cultural para o Brasil, estes jovens intelectuais criativos dos anos de 1920 realizaram uma crítica ferrenha ao modelo padrão europeu de cultura adotado e à separação até então existente entre o erudito e o popular; a proposta era a de “ir ao povo”.

Os intelectuais dos anos 1920-1930 que compartilharam dos mesmos ideais, logo tomaram consciência dos limites de suas ações e tomados pelos sentimentos de isolamento e impotência diante do “atraso” do país e a estreiteza dos espíritos, já que a grande maioria do povo era analfabeta, vivia em grande miséria e submissão, não perderam a esperança, pois não falavam em nome de uma nação, mas para uma nação.

Neste sentido, a “reforma” da sociedade poderia vir por meio da reforma do ensino, isto implicava em reformular as concepções e práticas pedagógicas do ensino primário, secundário e profissional e, também, criar uma verdadeira “universidade” sob a égide de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que teria por objetivo primordial “produzir a reflexão e a pesquisa de alto nível: o saber. Mas um saber, como se verá, ao qual se atribui também, uma função política explícita: a de orientar a Nação.” (MARTINS, 1987, p.79)

Os intelectuais acadêmicos

O que realmente nos importa neste momento é analisarmos a categoria dos intelectuais universitários, não daqueles que em especial e por motivos diversos estabeleceram relação

direta com a política, tornando-se atores políticos e que passaram a compor a intelligentsia brasileira, mas aqueles que permanecendo no mundo acadêmico:

[...] detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. (BOURDIEU, 1990, p. 176)

Especialmente os intelectuais que não colocam esse poder a serviço dos dominantes, mas aqueles que, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo do poder, colocam-no a serviço dos dominados no campo social como um todo, aqueles que ao invés de adotarem posturas individualistas comprometendo-se apenas com suas carreiras profissionais e interesses privados, em busca da ascensão social, se debruçaram em defesa da universidade pública, gratuita, laica, universalista e de qualidade denunciando, através dos tempos, o terrorismo do Estado respaldado em políticas neoliberais.

Cabe-nos investigar quais são os limites impostos pela sociedade contemporânea com relação à ação destes intelectuais que dotados de um **capital cultural** transmitido de forma doméstica por meio do investimento familiar ou adquirido através do estudo, do debate aberto com os pares, do crivo sistemático da comunidade científica e também do caráter solitário da reflexão e pesquisa acadêmica, que implicam na capacidade da dúvida metódica e sistemática, na ousadia de desafiar verdades até então consagradas. Como advertia Marx: “é árdua, pedregosa e, por vezes, árida a estrada da ciência; aqui não existem rotas e caminhos seguros a serem seguidos. Quem se propõe a chegar aos cumes luminosos da ciência, dizia ele, deve estar disposto a escalar a montanha por escarpas abruptas.”⁸

Partimos do pressuposto de que os intelectuais acadêmicos são indivíduos possuidores de um poder simbólico que deriva da posse de um capital cultural e social que os distinguem dos demais indivíduos da sociedade e, por este motivo, são reconhecidos socialmente e entre seus pares como intelectuais.

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o capital cultural pode existir sobre três formas: no **estado incorporado**, no **estado objetivado** e no estado **institucionalizado**. O

⁸ Prefácio à 1ª edição francesa de O Capital.

primeiro deles (**estado incorporado**), pode funcionar como capital simbólico, pois ao mesmo tempo em que pode ser reconhecido, também pode não sê-lo, ele age de forma encoberta e dissimulada, já que diz respeito ao que existe no íntimo dos indivíduos, sob a forma de atitudes, gostos, preferências e comportamentos. Em seu estado fundamental está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação por meio de um trabalho de inculcação e assimilação que implica em tempo de investimento pessoal, isto é, “sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do ‘sujeito’ sobre si mesmo.” (BOURDIEU, 1979, p. 74). Esse capital não pode ser transmitido instantaneamente, seu tempo de acumulação engloba a totalidade do tempo de socialização, isto é, seu início dá-se pelos membros da família e estende-se por toda vida.

É óbvio que não é necessário possuir uma galeria de arte ou um monte de diplomas para ser considerado culto e é perfeitamente possível possuir uma vasta quantidade de bens culturais e um ou dois diplomas e, ainda assim, ser considerado vulgar, grosseiro e desagradável. A posse de bens ou qualificações é um modo de possuir capital cultural, mas há uma outra maneira de possuí-lo, simplesmente pelo ato de ser culto. (STEVENS, 2003, p. 77)

O capital cultural no seu **estado objetivado** implica em bens culturais caracterizados por sua materialidade: quadros, livros, máquinas, instrumentos..., sua transmissão é jurídica e específica e não necessariamente implica em sua apropriação efetiva. Neste sentido:

[...] os bens culturais podem ser objetos de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica que pressupõe o capital cultural. Por consequência, o proprietário dos instrumentos de produção deve encontrar meios para se apropriar ou do capital incorporado que é a condição da apropriação específica, ou dos serviços dos detentores desse capital. (BOURDIEU, 1979, p. 77)

No **estado institucionalizado** a objetivação do capital cultural dá-se sob a forma do diploma, a certidão de competência cultural que possui autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, permitindo a comparação

entre os diplomados, a permuta entre eles, isto é, a substituição de uns por outros e o valor econômico de cada um.

À medida que o campo econômico desenvolve-se e torna-se complexo, a escola tende a ocupar um lugar cada vez mais importante nas esferas sócio-econômica, não só por sua função de reprodução da força de trabalho qualificada para operar um grande volume de capital incorporado nas máquinas e nos produtores que as fazem funcionar, mas também, por exercer funções de reprodução da posição dos agentes e de seu grupo na estrutura social.

De acordo com Bourdieu, o diploma dotado de um valor **universal** que independe da moeda e confere a seu possuidor competências e direitos garantidos em todos os mercados e, em grande medida, **intemporal**, pois atribui propriedades aos indivíduos de uma só vez que o acompanham durante toda sua vida, garante aos indivíduos uma competência de direito que pode ou não corresponder a uma competência de fato, neste sentido, os vendedores da força de trabalho possuem maiores oportunidades quanto maior for seu capital escolar expresso por meio dos títulos.

[...] no universo hierarquizado do certificado escolar, de modo que o efeito de naturalização e de eternização das classificações que ele tende a produzir em razão de sua inércia estende-se, progressivamente, a toda estrutura social. Assim a luta de classificações é uma dimensão – mas, sem dúvida, a mais bem oculta – da luta de classes. (BOURDIEU, 1975, p. 144)

Analisando o campo acadêmico, percebemos que associado ao capital cultural, principalmente sob os estados incorporado e institucionalizado, temos o **capital social** presente entre os professores universitários, que corresponde à condição destes à vinculação a um grupo, não apenas por serem agentes dotados de propriedades comuns, mas também, por serem unidos por ligações permanentes e úteis, relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento. O volume de capital social que cada professor possui depende da extensão da rede de relações que este efetivamente consegue mobilizar a partir de seu capital cultural. Também não nos podemos esquecer da concorrência existente no interior deste grupo devido à distribuição desigual de capital social entre todos os membros.

Bourdieu afirma ser comum no meio acadêmico, além da concorrência entre os professores por capital social, a disputa por objetos de estudo mais privilegiados em

determinadas épocas. Esta escolha depende das disposições hierárquicas das disciplinas científicas que afastam ou aproximam os estudiosos dos gêneros, objetos, métodos ou teorias e definem os investimentos intelectuais em busca do lucro material e simbólico.

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso. (BOURDIEU, 1975, p. 35)

Em sua análise sobre o campo científico, Bourdieu afirma que este é um campo social como outro qualquer revestido por relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros, constitui o “locus” da luta concorrencial pelo monopólio da autoridade e competência científicas compreendidas enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade.

O campo científico apresenta-se como espaço estruturado de posições, um espaço de lutas entre: os professores universitários iniciantes que estão entrando na academia e que tentam forçar o direito de entrada e os professores consagrados que tentam defender o monopólio e excluir a concorrência. O campo científico define-se, entre outras coisas, por meio da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos, isto é, é preciso que haja objetos de disputas e indivíduos, conhecedores das regras, prontos para disputar o jogo, sem que estes tenham consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro. Eles têm o lucro de se verem e serem vistos como desinteressados.

Os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão “vencer os dominantes em seu próprio jogo” se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda lógica do sistema. (BOURDIEU, 1994, p. 138)

As relações de força no campo científico e as lutas que visam conservá-las ou transformá-las possuem por princípio uma espécie muito particular de capital, que é, ao mesmo tempo, o instrumento e o alvo das lutas concorrenciais no interior do campo, “*a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e estratégias específicas.*” (BOURDIEU, 1983, p. 170)

Sob este prisma, o reconhecimento de um estudante ou um pesquisador está permeado pelo conhecimento da posição que este ocupa nas hierarquias constituídas, neste sentido, “*não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação... que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares concorrentes.*” (BOURDIEU, 1994, p.126)

A especificidade do campo científico está no fato de que os próprios concorrentes são os únicos consumidores, isto é, o grupo que confere esse reconhecimento tende, cada vez mais, à medida que a autonomia do campo se amplia, a reduzir-se ao conjunto dos cientistas, pois só eles possuem o meio de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos. “*Acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador...*” (BOURDIEU, 1994, p. 132). A seleção social e acadêmica dos pesquisadores baseia-se na formação destes expressa pela obtenção de títulos, no acesso aos instrumentos de pesquisa e de publicação.

A disputa no interior da academia vai além da concorrência entre as idéias, as práticas científicas compreendidas por muitos como desinteressadas e o ideário de uma ciência neutra permitem passar despercebidas uma visão dominante do mundo.

Com efeito, uma sociologia científica da ciência... só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias. (BOURDIEU, 1994, p.154)

De acordo com Bourdieu, os intelectuais acadêmicos são uma fração dominada dentro da classe dominante. Dominantes por serem detentores de um capital cultural que lhes proporciona poder e privilégios e mesmo, no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural necessário para exercer um certo poder sobre o próprio capital cultural; dominados nas suas relações com os detentores do capital político e econômico.

Os intelectuais acadêmicos e a produção de conhecimentos

Kant em seu texto: **Kant e a resposta: o que é esclarecimento?**, discute brilhantemente a condição de tutela à qual os homens são submetidos e defende incessantemente a saída do homem de sua menoridade em prol de um pensamento livre, autônomo e crítico, ao mesmo tempo em que explicita quais são os limites do esclarecimento.

Para o autor, o esclarecimento é a saída do indivíduo de sua menoridade compreendida como incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem direção de outrem, é a tomada de consciência de sua própria condição de tutelado e a direção de si mesmo. Para tanto, é preciso coragem, iniciativa e liberdade, pois, na maioria das vezes, o esclarecimento apresenta-se como algo difícil e perigoso, implica numa transformação do próprio espírito.

É importante ressaltar que Kant escreve este texto numa época de defesa do iluminismo, uma época caracterizada pela ascensão da burguesia e por seu ideário de fraternidade, igualdade e liberdade na qual a Igreja se apresentava como a principal instituição responsável pela tutela dos indivíduos e contra a qual se devia lutar. Cabe-nos perguntar quais seriam as limitações práticas que impedem o esclarecimento e quais não os impede e até propicia o seu desenvolvimento.

Segundo Kant, o uso público da razão, aquele que o sábio faz dela dirigindo-se ao grande público do mundo letrado por meio de obras escritas, deve ser sempre livre e só ele pode profanar o esclarecimento entre os homens; já o uso privado da razão, aquele que o homem sábio faz em um certo cargo público ou função a ele confiada, é limitado, no entanto, não impede o progresso do esclarecimento.

Na tentativa de estabelecer um paralelo entre os dois usos da razão acima explicitados e a função dos intelectuais acadêmicos penso que o professor universitário enquanto empregado faz uso privado de sua razão, por isso, não é livre, deve obedecer todas as regras burocráticas presentes no âmbito universitário. Já enquanto sábio que por meio de suas obras

faz uso público de sua razão e fala para o mundo, em especial para os próprios pares, goza de extrema liberdade.

Gramsci define a universidade como local em que se desenvolve o trabalho criador, autônomo e independente, na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas. Assim:

[...] escola criativa não significa escola de “inventores e descobridores”; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, onde o professor exerce apenas a função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo a verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha, e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nelas que serão escolhidas as indicações orgânicas para a orientação profissional. (GRAMSCI, 1989, p.72-73)

Giroux afirma que:

[...] os professores enquanto intelectuais precisarão reconsiderar e, possivelmente, transformar a natureza fundamental das condições em que trabalham. Isto é, os professores devem ser capazes de moldar os modos nos quais, o tempo, espaço, atividade e conhecimento organizam o cotidiano nas escolas. Mais especificamente, a fim de atuarem como intelectuais, os professores devem criar a ideologia e condições estruturais necessárias para escreverem, pesquisarem e trabalharem uns com os outros [...] Enquanto intelectuais, combinarão reflexão e ação... (GIROUX, 1997, p. 29)

É inegável a intensificação da especialização e da burocracia na academia, ambos resultados de uma sociedade neoliberal cada vez mais reificada que transforma de forma lenta e inexorável o professor universitário em vendedor de conhecimentos e funciona como um entrave ao pensamento criador. Em um mundo em que prevalece a ciência mediante rituais: formação acadêmica, ocupação de cargos como professor ou pesquisador em instituições de prestígio, participação em ambientes reconhecidos de produção e circulação acadêmicas e publicação em periódicos nacionais e internacionais de alto teor científico; a Filosofia

enquanto potencial de resistência por meio do próprio pensamento cede espaço ao imediatismo científico.

Russel Jacoby, em seu livro **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**, afirma que com a reestruturação das cidades a partir do desenvolvimento industrial e a deteriorização urbana, o desaparecimento da boemia e a expansão das universidades, os intelectuais não-acadêmicos estão cada vez mais ameaçados. Durante as últimas décadas quase todos os intelectuais são professores:

Os campi são os seus lares; os colegas, sua audiência; as monografias e os periódicos especializados, seu meio de comunicação. Ao contrário dos intelectuais do passado, eles se situam dentro de especialidades e disciplinas – por uma boa razão. Seus empregos, carreiras e salários dependem da avaliação de especialistas, e esta dependência afeta as questões levantadas e a linguagem empregada. (JACOBY, 1990, p. 19)

No entanto, diante deste contexto encontramos intelectuais capazes de alçarem vôos para além das ciências particulares para aquela autoconsciência do espírito, que afinal é a Filosofia, intelectuais capazes de desenvolver uma reflexão acerca de sua própria profissão e de si mesmos. Indivíduos dotados de uma formação cultural (BILDUNG)⁹ adquirida mediante esforço espontâneo e interesse, necessária a um formador capaz de construir o nexo entre objeto e reflexão.

Intelectuais criadores, para usar uma terminologia bourdiana, que promovem uma autêntica revolução simbólica, na medida em que transformam profundamente a visão de mundo a partir da criação de novas categorias de percepção e apreciação do mundo natural e social, trazendo a tona o que estava implícito. “*Representar, trazer à luz, produzir, isso não é pouca coisa. E então é possível, nesse sentido, falar em criação.*” (BOURDIEU, 1990, p. 180)

⁹ Termo utilizado por ADORNO, T. W. In **Educação e Emancipação**; Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, pgs. 63 e 64.

Capítulo 3

Os Professores Universitários e a Produção de Conhecimentos

Neste capítulo temos a intenção de apresentar os dados coletados durante as entrevistas realizadas entre os meses de dezembro de 2005 e maio de 2006. Como só foi possível realizar onze entrevistas, nosso intuito não é o de generalizar os dados obtidos para todo corpo docente da área de humanas das Universidades Estaduais Paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), pois isso seria inadequado, mas realizar uma análise qualitativa destes dados e, posteriormente, relacioná-los ao referencial teórico adotado. No entanto, antes de prosseguirmos com a apresentação, gostaria de dividir, com os possíveis leitores deste trabalho, os caminhos percorridos até chegar às entrevistas.

Inicialmente, com os mecanismos que temos hoje e levando em consideração as avaliações que são feitas, visitamos os sites das universidades que compunham o objeto de estudo desta pesquisa com o intuito de encontrarmos, nos mais diversos departamentos da área de humanas, os nomes de professores reconhecidos academicamente por meio de seus currículos e produções. Posteriormente, enviamos uma mensagem via e-mail para alguns professores, lembrando que há outros que são também reconhecidos academicamente e não estão na lista abaixo:

USP

Afrânio Catani

Fernanda Áreas Peixoto

Gabriel Cohn

Heitor Frúgoli

Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci

Maria Cristina Oliveira Bruno

Marilena Chauí

Marta Marandino

Marta Teresa da Silva Arretche

Nicolau Sevcenko

Sérgio Miceli Pessoa de Barros
Vítor Henrique Paro

UNICAMP

Ana Lúcia Goulart de Faria
Caio Navarro Toledo
Demerval Saviani
Heloísa André Pontes
José Claudinei Lombardi
José Luís Sanfelice
Marcelo Siqueira Ridenti
Maria da Glória Gohn
Ricardo Luiz Coltro Antunes
Rubem Azevedo Alves

UNESP

Ângela Viana Machado Fernandes
Carlos Roberto da Silva Monarcha
João Augusto Gentilini
José Luís Vieira de Almeida
Marco Aurélio Nogueira
Milton Lahuerta
Ricardo Ribeiro
Rosa Fátima de Souza
Vanderlei Rodrigues Gregolin

Mensagem enviada por e-mail

Prezado (a) professor (a), meu nome é Priscilla de Cassia Bessi de Mattos, sou mestranda do curso de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de São Carlos, orientanda da Professora Ester Buffa. Gostaria de solicitar-lhe uma entrevista para meu trabalho de dissertação intitulado: “**Universidade: formação de intelectuais acadêmicos?**”, que tem por objetivo analisar o perfil assumido por professores universitários das áreas de

Ciências Humanas pertencentes às Universidades Estaduais Paulistas, bem como suas opiniões e reações frente às aceleradas transformações sócio-econômicas, políticas e culturais ocorridas no país nas últimas décadas, cujas influências refletiram e refletem incisivamente sobre as instituições universitárias e sobre o posicionamento destes com relação a sua própria condição de intelectual.

A entrevista poderá ser feita pessoalmente em data marcada segundo a agenda do (a) professor (a) ou poderei mandar o roteiro da entrevista via e-mail, a fim de que possa respondê-lo.

Sem mais agradeço a atenção e aguardo ansiosamente sua resposta.

Obrigada!!!

Priscilla.

Dos professores que receberam a mensagem, onze se dispuseram a participar da entrevista, três deles (Carlos Roberto da Silva Monarcha, João Augusto Gentilini e José Luís Sanfelice) responderam o roteiro de entrevista por e-mail que passou então a ser denominado um questionário aberto. Os demais (Ângela Viana Machado de Almeida, Maria Cristina Oliveira Bruno, José Luís Vieira de Almeida, Marcelo Siqueira Ridenti, Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci, Maria da Glória Marcondes Gohn, Nicolau Sevckenko e Ricardo Ribeiro) escreveram-me marcando o dia, horário e local mais apropriados às realizações das entrevistas.

Roteiro de entrevista utilizado

1) O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

2) Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ou indivíduos e grupos da sociedade civil?

3) Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

4) Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

5) Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

6) Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

7) Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

8) A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

9) Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Após a realização das entrevistas, as respostas foram analisadas de acordo com as seguintes categorias:

- Concepção e função do intelectual acadêmico;
- Organização dos espaços públicos de atuação;
- Um balanço referente à Reforma Universitária de 1968;
- Problemas presentes na universidade pública hoje;
- Relação entre diminuição do tempo intelectual e a produção científica;
- Visão referente à avaliação da produção universitária;
- As relações de poder no interior da academia;
- Formação das novas gerações de intelectuais.

Gostaríamos de ressaltar que as entrevistas realizadas constituem um material riquíssimo sobre a universidade pública no Brasil hoje e o papel do professor universitário como intelectual acadêmico, por isso, não foi possível dar conta de tudo. Tendo consciência disto, as transcrições em sua íntegra estarão presentes no anexo da dissertação.

Breve perfil dos entrevistados

1 – Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci (USP)

Em 1976, formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – Brasil. Em seguida, fez Mestrado e Doutorado na USP (São Paulo) em Arquitetura e Urbanismo, dentro das seguintes áreas de conhecimento: História da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, Patrimônio Cultural, História da Arquitetura e Urbanismo e Teoria da Arquitetura. O primeiro, terminou em 1983 sob orientação Luís Gastão de Castro Lima e, o segundo, concluiu em 1991 tendo sido orientada por Carlos Alberto Cerqueira Lemes.

2 – Maria Cristina Oliveira Bruno (USP)

Formou-se em 1975 em História na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Em 1976, realizou Especialização em Pré-História na USP; em 1980, concluiu o curso de Especialização em Museologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Fez Mestrado em História Social na USP em 1984 sob orientação de José Afonso de Moraes Bueno Passos. Terminou o Doutorado em Arqueologia no ano de 1995 na USP tendo sido orientada por José Luiz de Moraes.

Em 1997, realizou Pós-Doutorado no Musée de Bretagne, MB, França. Em 1999, concluiu o Pós-Doutorado no Musée Dauphinois Grenoble, MD, França; Musée de L'Homme, MH, França; Pós-Doutorado na USP.

Em 2000, fez Pós-Doutorado no Museu Histórico de Londrina, MHL, Brasil e em 2001 obteve o título de Livre Docente em Ciências Sociais Aplicadas na USP, área de Museologia.

3 – Nicolau Sevcenko (USP)

Concluiu a graduação em História na USP (São Paulo) no ano de 1975. Em 1981, terminou o Doutorado em História Social também na USP sob orientação de Maria Odila Leite da Silva Dias. Em 1990, realizou o Pós-Doutorado na University of London (UL), Londres – Inglaterra. Já em 1992, obteve o título de Livre Docente pela USP.

4 – Marcelo Siqueira Ridenti (UNICAMP)

Formou-se Bacharel em Ciências Sociais (USP, 1982) e em Direito (USP, 1983). No ano de 1989 concluiu o Doutorado em Sociologia na USP sob orientação de Heloísa

Rodrigues Fernandes. Em 1999, obteve o título de Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

5 – Maria da Glória Marcondes Gohn (UNICAMP)

Em 1970, formou-se em Sociologia na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Concluiu o Mestrado em Sociologia sob orientação de Leôncio Martins Rodrigues (USP, 1979) e em 1983, terminou o Doutorado em Ciências Políticas na USP também sob orientação de Leôncio Martins Rodrigues.

Em 1987, recebeu o título de Livre Docente (USP). Concluiu a Especialização em Planificação e Gestão da Educação em 1989 (UNESCO – Chile). O curso de Pós- Doutorado foi desenvolvido nos Estados Unidos na New School for Social Research – New York.

6 – José Luís Sanfelice (UNICAMP)

Formou-se em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, 1971). Fez Mestrado e Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade também na PUC. O primeiro concluiu em 1978 sob orientação de Moacir Gadotti e, o segundo, terminou em 1985 tendo sido orientado por Evaldo Amaro Vieira. Obteve o título de Livre Docente em 2001 pela UNICAMP na área de História da Educação.

7 – Ângela Viana Machado Fernandes (UNESP)

Fez Graduação em Pedagogia na FE – UNICAMP em 1979. Concluiu o Mestrado e Doutorado em Educação na FE – UNICAMP. O primeiro em 1990, sob orientação de José Dias Sobrinho e, o segundo, em 1995 tendo sido orientada por Maria da Glória Marcondes Gohn.

8 – Carlos Roberto da Silva Monarcha (UNESP)

Fez Graduação em Ciências Sociais na FFLCH da USP em 1976. Concluiu Mestrado e Doutorado em Educação na PUC (Pontifícia Universidade Católica). O primeiro em 1987 e, o segundo, em 1994. Obteve o título de Livre Docente em História da Educação em 2001 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.

9 – João Augusto Gentilini (UNESP)

Concluiu os cursos de graduação: Licenciatura em Filosofia pela FFCL – AME – Poços de Caldas (MG) em 1974 e Estudos Sociais pela FFCL da Fundação Educacional de

Machado em 1978. Especializou-se em Teorias e Práticas em Administração Escolar pela Faculdade de Educação da UNICAMP de Campinas em 1987. Fez Mestrado(1993) e Doutorado (1999) em Educação na área de Administração e Supervisão Educacional na Faculdade de Educação da UNICAMP de Campinas.

10 – José Luís Vieira de Almeida (UNESP)

Em 1980, fez Graduação em Serviço Social na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Concluiu o Mestrado em Educação na FE – UNICAMP, em 1988, sob orientação de Evaldo Amaro Vieira e o Doutorado em Educação na USP em 1997 tendo sido orientado também por Evaldo Amaro Vieira.

11 – Ricardo Ribeiro (UNESP)

Concluiu em 1984 Graduação em Ciências Sociais e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Em 1996, formou-se Doutor em Didática e História da Educação na Faculdade de Educação da USP.

Apresentação dos dados coletados

❖ Concepção e função dos intelectuais acadêmicos

Dentre os professores universitários entrevistados podemos identificar um consenso, caracterizado por pequenas nuances, relativo à concepção do papel do intelectual acadêmico na sociedade contemporânea. Todos, de forma explícita ou implícita, acreditam que a universidade é, no Brasil, o mais importante “locus” de produção do conhecimento científico, dimensão intelectual, que reúne em seu interior procedimentos, regras que nos permitem pensar, refletir, ver as categorias básicas necessárias à compreensão dos fenômenos sociais.

Neste sentido, principalmente na área de humanas, para a maioria dos entrevistados, o papel do professor universitário é o de olhar reflexivamente a realidade e intervir nela, acionando as inteligências compreensiva e crítica essenciais a uma postura política de contestação ou manutenção do sistema vigente. No quadro abaixo podemos identificar nas falas dos professores tais posicionamentos:

<p style="text-align: center;">Maria Cristina Oliveira Bruno USP</p>	<p>“...aqueles profissionais que optam por ter um trabalho acadêmico, eu acho que eles ainda têm um papel e um papel que seja justamente de argumentação, é um papel de questionamento e é um papel de ensino. Eu acho que os profissionais que nas suas carreiras trilham os caminhos da universidade, que eu acho que é um dos caminhos justamente para que a gente possa trabalhar esta dimensão intelectual de diferentes campos de trabalho, eu acho que eles têm, eu diria até uma obrigação, eles têm que estar sempre argumentando em relação à realidade, ao que acontece e têm que estar sempre ensinando, pressupondo que tanto esta argumentação e este ensino vislumbram uma transformação...”</p>
<p style="text-align: center;">Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“...é todo um trabalho nesse sentido que a gente tem que estar se preocupando, não só em dar conhecimento, mas tentando formar uma nova mentalidade, uma nova consciência...”</p>
<p style="text-align: center;">Nicolau Sevcenko USP</p>	<p>“...é fundamental que haja uma capacidade de reflexão sobre este processo que permita ao mesmo tempo a compreensão do que está acontecendo e algum planejamento em relação às perspectivas e tendências futuras, dos desdobramentos, dos processos em curso, de forma que toda inteligência compreensiva, toda inteligência crítica há de vir em primeiro lugar recebida com grande sentido prático..., refletir criticamente e tentar interagir de uma maneira que intensifique a idéia do controle, da vigilância, a fiscalização destes processos para que eles não signifiquem uma queda das práticas da cidadania e das garantias sociais econômicas de que a população depende para manter uma sociedade equilibrada.”</p>
<p style="text-align: center;">Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>“...inclusive para os segmentos intelectualizados acadêmicos na universidade que, eventualmente possam ser críticos, até porque toda sociedade para se renovar precisa de crítica. É, então, aí está a palavra um pouco chave do que eu acho que é o lugar do intelectual, é uma tentativa, no caso especialmente dos intelectuais das humanidades, de pensar a sociedade, de pensar as transformações sociais, de pensar os problemas desta sociedade, embora você possa ter várias possibilidades: desde uma transformação dentro da ordem como gostava de dizer Florestan Fernandes, até uma revolução contra a ordem...”</p>

<p style="text-align: center;">Ângela Viana Machado Fernandes UNESP</p>	<p>“Ser um intelectual acadêmico nos dias atuais fica além de você estar refletindo sobre o conhecimento. É você estar possibilitando que essa reflexão se passe também não só no âmbito da universidade, mas no âmbito externo, eu acho que não tem sentido um trabalho acadêmico voltado só para os seus pares... um olhar sobre a realidade, mas se você não se propõe a interferir nesta realidade, para mim, o papel do intelectual se fecha, não vale só você buscar na bibliografia, nos livros, subsídios para você pensar a história sem estar se apropriando desta história para estar reconstruindo.”</p>
<p style="text-align: center;">Ricardo Ribeiro UNESP</p>	<p>“...o trabalho na área de humanas e o meu trabalho, pessoalmente, é o seguinte: o meu compromisso é o de transformar, por exemplo, eu formo professores, é de formar, na verdade, protagonistas, para que o professor não seja aquele sujeito resignado a uma idéia de que há uma conspiração contra ele, do Estado perverso representando o demônio que vai sempre conspirar contra o bom trabalho. Eu acho que a vida, a ação de um educador é uma ação essencialmente política, um embate permanente, a vida é um campo de lutas, isso aqui não é uma situação de acordo, de paz e de serenidade permanente... você tem que fazer prevalecer as suas idéias se você acredita nelas, você tem que ser protagonista neste processo, especialmente o educador...”</p>

Alguns deles caracterizam a sociedade contemporânea por um processo de transformação ultra-acelerado, desencadeado pelo desenvolvimento da microeletrônica que torna cada vez mais rápido o acesso à informação e faz as coisas parecerem confusas, caóticas e superficiais. Por isso, a necessidade do papel significativo e crítico do intelectual, capaz de refletir criticamente e tentar interagir de maneira efetiva neste contexto.

Há dentre os entrevistados aqueles que não estabelecem essa relação direta entre a produção de conhecimentos e a transformação social, isto é, **tematizar**¹⁰ a realidade e **intervir** nela, no entanto, admitem que o intelectual acadêmico possui um papel preponderante na análise crítica reflexiva e minuciosa da sociedade, da ciência, da universidade e da própria atuação.

¹⁰ O termo tematizar deve ser entendido enquanto objeto de reflexão.

Os professores universitários entrevistados, ao responderem a esta questão, implicitamente posicionam-se como intelectuais e definem suas funções. O intelectual acadêmico é apontado como aquele responsável pela crítica e pela possível intervenção na sociedade, assim como, para Bourdieu o intelectual exige engajamento, isto é, comprometer-se com certas práticas e tentar realizar mudanças específicas na sociedade. Seu trabalho é reflexivo, é estar constantemente atento à sua própria posição e como isso afeta seus estudos.

❖ **Organização dos espaços públicos de atuação**

Com relação à organização dos espaços públicos de atuação especificamente voltada para como os professores universitários estabelecem uma comunicação com seus pares e/ou indivíduos e grupos da sociedade civil, não identificamos um consenso entre os entrevistados. Na verdade, estes apresentam três posicionamentos distintos pautados em seu cotidiano, isto é, de acordo com a instituição, o departamento e a área a qual pertencem e, acima de tudo, a concepção que se tem de espaço público e comunicação.

Há um grupo que afirma existir uma relação efetiva entre os pares expressa por meio dos sindicatos, associações, fóruns, simpósios, colóquios, seminários etc..., no entanto, admitem que o intercâmbio com a sociedade civil dentro das ciências humanas é frágil, pontual e pouco significativo.

<p style="text-align: center;">Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>“...existem as associações digamos sindicais de representação dos professores... Mas eu diria que esta não é a única, nem talvez a principal forma dos professores atuarem no espaço público. Nós temos as associações, no caso da Sociologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Antropologia, no caso da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), tem a SBPC, há várias entidades digamos que são mais acadêmicas e pouco ou nada sindicais que também, de alguma maneira, organizam o trabalho intelectual e a comunicação com os pares... mas que me parece que nem sempre a universidade se dá conta da necessidade dessa vinculação mais forte com a sociedade mais abrangente que no fundo a sustenta, então me parece que isto é um ponto a ser debatido e melhorado.”</p>
---	--

<p>Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“...isto é feito de todas as formas possíveis, através de associações de classe, de instituições, de encontros que se tornam tradicionais naquela área, que você sabe que vai encontrar sempre os colegas para trocar informações e, em relação à sociedade civil, acho que este é o lado um pouquinho mais deficiente, pelo menos na nossa área, na área em que eu atuo, em algumas outras áreas de conhecimento talvez seja mais fácil, mas a gente sente um pouco a falta de um retorno mais evidente com a sociedade.”</p>
<p>Nicolau Sevcenko USP</p>	<p>“Os professores universitários têm as suas associações de caráter corporativo, os professores de Sociais têm a associação de pós-graduação, a ANPOCS, os historiadores têm a ANPUH e, assim por diante, então eles têm seus canais de agremiação, seus órgãos de participação que tem também uma reflexão com o poder público, porque fazem manifestos, fazem posicionamentos e isso tem repercussão pela imprensa etc...”</p>
<p>Carlos Roberto da Silva Monarcha UNESP</p>	<p>“Os espaços públicos de atuação assim como os de comunicação são organizados com vistas a publicização e legitimação do conhecimento academicamente produzido e organizado. Portanto, eles se referem prioritariamente aos eventos acadêmicos de área.”</p>

Outra concepção é a de que não existe uma comunicação ou intercâmbio efetivo entre os professores universitários e muito menos destes com a sociedade civil.

<p>Ângela Viana Machado Fernandes UNESP</p>	<p>“dentro da universidade é raríssimo isso acontecer... isso não se dá, eu não sei muito porque, eu não entendo qual é o processo interior das pessoas que elas são arredias , eu estou há vinte anos na universidade e assim mesmo encontro dificuldades para estar discutindo aqui dentro... tem grupos que são especificamente teóricos, estão dentro da universidade para discutir textos teóricos e não se articulam com a sociedade.”</p>
<p>José Luís Vieira de Almeida UNESP</p>	<p>“O único espaço público que eu vejo que a universidade ainda preserva é a aula... Os congressos também não são espaços públicos, só vão aos congressos aqueles que estão trabalhando numa determinada área, com determinadas temáticas. Onde se vai arranjar espaço público</p>

	para discutir temáticas que não tem o mínimo interesse para a sociedade. A própria sociedade não abre espaço para gente, porque a gente discute temática que não tem nada a ver com ela.”
Ricardo Ribeiro UNESP	“... não há uma relação ideal, não há uma relação boa, nem da universidade com a sociedade de um modo geral e nem entre os pares. O trabalho é mais solitário, eu acho que há, em algumas situações, algumas ilhas de conforto em que você constrói uma relação boa, camarada com alguns colegas e o trabalho começa acontecer até de uma forma mais interessante; de um modo geral, não vejo assim a universidade.”

O terceiro grupo apresenta a idéia de há efetivamente uma comunicação entre os intelectuais acadêmicos com seus pares e a sociedade em geral e explicita como isso acontece.

Maria Cristina Oliveira Bruno USP	“a minha profissão como museóloga, a área da Museologia, sobretudo, aqui na universidade, ela sempre atuou nesta interface entre o lado interno acadêmico e o lado externo, da extroversão, porque justamente os museus na universidade têm este papel de fazer um elo entre o conhecimento, a pesquisa e o público. Então eu diria que talvez, neste sentido, fui privilegiada, porque sempre enxerguei dos dois lados, a minha própria profissão me obrigou a procurar estabelecer um diálogo interno, mas, ao mesmo tempo, eu sempre tive esse diálogo externo pela minha profissão.”
José Luís Sanfelice UNICAMP	“Professores universitários possuem sindicatos, associações, encontram-se em fóruns, simpósios, congressos, colóquios, seminários etc... Realizam intercâmbios interinstitucionais de caráter nacional ou internacional. Costumam se apresentar a diferentes públicos com palestras, conferências e podem ocupar espaços da mídia para expor opiniões ou sugerir análises. As publicações destes profissionais costumam ser dirigidas ao público acadêmico, mas também podem buscar outros públicos. Há profissionais engajados em movimentos específicos da sociedade, nos governos, nas empresas, nos partidos políticos e uma infinidade de outras participações.”

<p style="text-align: center;">Maria da Glória Marcondes Gohn UNICAMP</p>	<p>“...essa comunicação normalmente é estabelecida nos grupos de pesquisa, nos diferentes congressos, nos diferentes fóruns, jornais. Então, neste sentido, a tal sociedade do conhecimento e da informação, nos últimos tempos, tem ampliado estes fóruns e este espaços... Outra forma é quando ele vai para o congresso, de uma certa forma ele está também publicizando, o termo eu acho que seria este, o resultado de uma pesquisa e, outra forma, é quando ele se articula efetivamente a uma assessoria, a um determinado grupo, a uma determinada ONG, a um determinado movimento, a um determinado programa de capacitação, a uma determinada secretaria de Estado. Então, acho que hoje nós temos um leque grande desta articulação do professor com a sociedade civil e política...”</p>
<p style="text-align: center;">João Augusto Gentilini UNESP</p>	<p>“Numa escala não seqüencial de prioridade, eu diria que os espaços públicos preferenciais nos quais atuam ou nos quais se vinculam para uma atuação extra-acadêmica são as entidades corporativas (sindicatos), as entidades que os congregam ou que os recebem como associados enquanto docentes, especialistas ou pesquisadores, as instituições ou movimentos da sociedade civil organizada, as entidades que os congregam enquanto especialistas em uma área específica de conhecimento. No interior da universidade, a comunicação com seus pares é feita, prioritariamente, através do meio eletrônico, nas reuniões departamentais ou de grupos acadêmicos ou através dos serviços de suporte administrativo e de comunicação da universidade.”</p>

Bourdieu afirma que ser socialmente reconhecido implica em saber que o grupo que confere este reconhecimento tende, cada vez mais, a reduzir-se ao conjunto dos cientistas, à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, simultaneamente, a autonomia do campo, pois somente estes detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos. Neste sentido, a comunicação com os pares tende a ser valorizada em detrimento da comunicação com indivíduos e/ou grupos da sociedade civil. Talvez esta explicação venha complementar a justificativa de três posições tão distintas dentre os entrevistados.

[...] aquele que faz apelo a uma autoridade exterior ao campo só pode atrair sobre si o descrédito...Fred Reif lembra que aqueles que, preocupados em ver seus trabalhos publicados o mais rápido possível, recorrem à imprensa cotidiana, atraem a reprovação de seus pares concorrentes, em nome da distinção entre publicação e publicidade. (BOURDIEU, 1994, p. 127)

❖ Um balanço referente à Reforma Universitária de 1968

De modo geral, ao realizarem uma análise da reforma universitária de 1968 e seu projeto de modernização para o Ensino Superior no Brasil, os professores entrevistados expressam, por meio de um olhar mais minucioso ou menos minucioso, um certo consenso e se completam, proporcionando-nos uma visão do que significou essa reforma naquele contexto e seus desdobramentos nos dias atuais.

Na década de 1960, o país passava por transformações econômicas radicais com a extinção das oligarquias agrárias e o crescimento industrial, havia uma busca incessante pelo progresso do país, da ciência e da tecnologia. No âmbito político, havia a ditadura comprometida com o projeto de desenvolvimento do país que visava integrá-lo à nova ordem mundial, negando o que era local, as especificidades de nossa formação histórica e cultural, pois o almejado era o mundo branco e americano.

É nesse contexto que se dá a Reforma Universitária de 1968, uma reforma caracterizada por uma modernização conservadora concebida por uma ditadura que atendia as reivindicações de professores e estudantes da época, por meio da extinção da cátedra e criação da estrutura departamental, dedicação exclusiva dos docentes, criação do sistema de pós-graduação etc..., enfim, um transplante do modelo americano de universidade para o Brasil, mas que, no entanto, cerceava qualquer forma de expressão verbal ou escrita relacionada a um projeto de reconstrução de uma sociedade democrática.

É interessante observar que os professores, ao pintarem em conjunto este quadro, revelam dois aspectos importantes. Um deles, diz respeito ao processo paradoxal de modernização empreendida, isto é, ao investir na ciência, principalmente nas ciências humanas, a ditadura criou os seus próprios limites, exemplificados nos inúmeros movimentos de contestação à repressão e de reconstrução de uma sociedade democrática. O outro, diz respeito aos desdobramentos que esta reforma assumiu nos dias atuais, por exemplo, a extinção da cátedra era solicitada por docentes e alunos na tentativa de se construir um sistema mais horizontal, menos hierárquico que permitisse o acesso das novas gerações de professores à academia. No entanto, ao longo deste período, com a “*endogamia do professor*

e à tendência ao *colegiado longo*”, como afirma Nicolau Sevcenko, os departamentos tornaram-se ossificados e o conhecimento cada vez mais compartimentalizado.

<p style="text-align: center;">Maria Cristina Oliveira Bruno USP</p>	<p>“...naquele momento eu acho que foi um progresso, a questão da cátedra, da transformação dos departamentos, a dedicação exclusiva, entendo que foi um ganho... a problemática do departamento é que, na verdade, ele engessou os campos de conhecimento. O departamento impede a transdisciplinaridade, muitas vezes impede de uma forma burocrática e isso prejudica o conhecimento, prejudica o ensino...”</p>
<p style="text-align: center;">Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“Bom, eu acho que nós poderíamos estar colocando bem claramente o seguinte, antes de 1968 a gente tinha um vínculo acadêmico muito mais forte com a Europa e a partir da reforma, isso passa a ser estabelecido com os Estados Unidos, trazendo toda uma transformação muito forte para o ensino. É, em poucas palavras, por exemplo, eu acho que um dano, eu vejo isso até como dano, mais sério foi em relação a quebrar o próprio sentido de turma... o interesse era exatamente este, você dispersar não ter o companheirismo”</p>
<p style="text-align: center;">José Luís Sanfelice UNICAMP</p>	<p>“Foi feita com base numa racionalidade técnica e de economia de recursos. Hoje, superestima os fins quantitativos e não qualifica os meios. Os sujeitos do processo tiveram diminuído o seu poder de decisão e trabalham sob demandas, prazos e resultados. Todo o processo universitário hoje está mais desumanizado. A modernização não veio acompanhada de democracia ou de deselitização das instituições públicas. As ciências humanas são muitíssimo inferiorizadas.”</p>
<p style="text-align: center;">Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>“Isso é uma coisa muito ambígua, porque essa Reforma foi feita durante a ditadura, dentro de um processo de modernização da sociedade brasileira que a gente pode dizer uma modernização conservadora. O que é ambíguo aí, é que essa Reforma de alguma maneira atendeu algumas reivindicações que eram próprias dos estudantes, dos professores especialmente: fim da cátedra, organização em departamentos. Só que isso foi feito sob uma ditadura, com uma visão muito tecnocrática, mas é uma coisa um pouco paradoxal, porque embora a ditadura fosse uma ditadura, fosse repressiva, inclusive na área intelectual, ela tinha um compromisso com o desenvolvimento do país, da ciência, ainda que uma ciência supostamente neutra, uma ótica</p>

	<p>muito positivista da ordem e progresso, mas ao desenvolver o país, ao desenvolver a própria universidade, a ditadura de alguma maneira criou condições para que ela mesma não tivesse mais lugar, como é que você vai desenvolver a ciência particularmente, as ciências humanas, e manter a ditadura, são coisas um pouco que contraditórias...”</p>
<p style="text-align: center;">João Augusto Gentilini UNESP</p>	<p>“A universidade submeteu-se às tendências tecnocráticas e racionalizadoras da época em que a Reforma foi implantada, já se adequando às relações de mercado que vão se tornando hegemônicas, consolidando-se nos dias atuais, embora procurado preservar, na medida do possível, o sistema meritocrático e o ideal iluminista que estão nas raízes de sua formação histórica.”</p>

Relacionando estes posicionamentos ao referencial teórico, verificamos que a Reforma Universitária de 1968 representou uma definição de ciência pautada na utilização de serviços burocráticos, provida de créditos, de equipamentos científicos poderosos e de uma mão-de-obra abundante. Representou a vitória daqueles que, no campo científico, estavam à frente das grandes burocracias e que estabeleciam como metodologia a prática de sondagens com amplas amostras, as operações de análises estatísticas dos dados e formulação dos resultados.

❖ **Problemas presentes na universidade pública hoje**

No que diz respeito aos maiores problemas enfrentados pela universidade pública nos dias atuais os professores revelam uma certa unanimidade quanto:

- à existência de uma universidade elitista com número reduzido de vagas destinadas àqueles que já possuem um certo capital cultural, pensada para formar quadros de intelectuais;
- à escassez de recursos financeiros expressa no rebaixamento dos salários dos docentes e funcionários, no quadro reduzido de pessoal qualificado, na redução das bolsas de estudo e financiamentos para a pesquisa, principalmente na área de humanas;
- à falta de infra-estrutura física e material;
- à incorporação pela universidade das regras de mercado, isto é, produzir mais em menos tempo, processo estimulado pela avaliação empreendida pelo Estado e agências de

fomento à pesquisa que supervalorizam critérios quantitativos em detrimento dos qualitativos, instaurando no âmbito acadêmico uma “*produção em linha de montagem*” (Sevcenko);

- e à burocracia administrativa dispendiosa e morosa que dificulta uma utilização adequada das verbas destinadas ao Ensino Superior.

A partir das palavras de Sanfelice podemos resumir o quadro desolador no qual se encontram nossas universidades públicas :

“Dentre os muitos problemas vividos pela universidade pública hoje, vejo a despolitização dos seus quadros (professores, alunos e funcionários) como um dos mais importantes. A naturalização do processo de privatização do público pelo interesse privado, tornou-se uma constante. O atrelamento da universidade, cada vez maior, aos interesses da produção material, torna-a manca. Por outro lado, temos também os problemas dos grupos internos que se especializam em controlar os destinos da universidade. Não querem largar nunca o poder e viciam a universidade. Para aquém destas questões filosóficas e políticas, os problemas são conhecidos. Salários em queda, precarização material, ampliação crescente do número de alunos por sala de aula, formação desqualificada de docentes e ainda: a elitização de sempre.”

JLS

Não nos podemos esquecer que tal quadro pode tornar-se ainda mais difícil quando analisamos a diferenciação entre as universidades públicas estaduais paulistas, as de outras regiões do país e as federais, pois as realidades são muito diferentes, como afirma Maria da Glória Marcondes Gohn:

[...] eu faço palestras em universidades em várias partes do Brasil, semana que vem, por exemplo, estou indo para Manaus, na outra estou indo para Belém e quando se vai principalmente nessas universidades norte e nordeste, a pobreza de infra-estrutura, de más condições, aliás não é só norte e nordeste, porque eu estive há cerca de um mês atrás no Rio de Janeiro também e fui participar de um concurso público de uma unidade que se localiza no prédio da própria reitoria lá da UFRJ, lá no Fundão e, por exemplo, o banheiro feminino não tinha pia para lavar a mão, porque quebrou, as duas pias quebraram, eles tiraram as pias. Antigamente, falava-se: ‘não tem nem papel higiênico’, hoje não é só o papel, o papel você ainda pode levar, mas se a pia não tiver e a água, você não vai levar, então estados lamentáveis de infra-estrutura, de falta...

❖ **Relação entre diminuição do tempo intelectual e a produção universitária**

Nesta categoria encontramos dois grupos dentre os entrevistados. Aqueles que admitem que a diminuição do tempo do trabalho intelectual e científico nos cursos de pós-graduação afeta de forma nefasta a produção de um trabalho reflexivo, minucioso e crítico, provocando um processo de reprodução ao invés de criação pautada na originalidade e apontam que os novos mestres e doutores, muitas vezes, não têm clareza das categorias de análise com as quais trabalham ou quando as conhecem não sabem operacionalizá-las.

Além disso, identificam que o professor universitário engajado, atualmente, em múltiplas frentes de trabalho: ensino, pesquisa, extensão e atividades operacionais, em sua maioria, tendo que responder a prazos, não tem tempo de se dedicar exclusivamente à orientação de seus mestrandos e doutorandos, a fim de formar intelectuais e ensiná-los a orientar.

<p style="text-align: center;">Ângela Viana Machado Fernandes UNESP</p>	<p>“A qualidade caiu muito, muito dos trabalhos e não é feita a crítica...muitas vezes você vê trabalhos de Doutorado que seriam trabalhos de Mestrado e, ao mesmo tempo, você vê o que este aluno produziu no Mestrado seria um trabalho até monográfico... a expectativa diminuiu tanto em relação ao trabalho de Mestrado e de Doutorado que ficou muito frágil, não existe a crítica, o que existe é um apanhado de temas que trataram do assunto, é uma recopilação de temas... não existe essa reflexão.”</p>
<p style="text-align: center;">Carlos Roberto da Silva Monarcha UNESP</p>	<p>“Todavia, no que diz respeito à titulação de futuros pesquisadores entendo que os prazos estreitos para a elaboração de dissertações de Mestrado e teses de doutoramento implicam em perda de profundidade e abrangência no que diz respeito aos conhecimentos produzidos nestes níveis de formação, o que vale dizer, há mais rotinização do que inovação.”</p>
<p style="text-align: center;">João Augusto Gentilini UNESP</p>	<p>“A redução do tempo de trabalho intelectual e científico na pós-graduação, tem ocasionado, para os docentes, uma desarticulação entre a pesquisa e a docência neste nível de formação e para os alunos, uma formação instrumentalizada com graves prejuízos para a sua formação científica geral que não pode ser aligeirada se queremos formar futuros pesquisadores e bons professores nas instituições de ensino superior.”</p>

<p style="text-align: center;">José Luís Vieira de Almeida UNESP</p>	<p>“Não existe produção, existe reprodução. O que na universidade brasileira você produz de original? Você usa determinados autores, estrangeiros de preferência, gasta estes autores, depois que eles tiverem gastos como, mais ou menos, uma laranja depois de chupada, você joga aqueles no lixo e pega outros... Os tempos cada vez menores da pós-graduação são extremamente nefastos, porque na pós-graduação, além de formar o intelectual, eu tenho que ensiná-lo a orientar.”</p>
<p style="text-align: center;">José Luís Sanfelice UNICAMP</p>	<p>“Os prazos mais curtos de formação da pós-graduação, no caso das ciências humanas, tem levado a uma produtividade improdutiva. Veicula-se por demais a mesmice e poucos trabalhos são realmente avanços de alguma relevância.” “Não, não e não. A crítica e a reflexão, hoje, são pérolas no deserto.”</p>

Outros afirmam que não há uma relação direta entre diminuição do tempo nos cursos de pós-graduação e a produção de conhecimentos, já que vivemos em um contexto distinto da década de 1970,1980, marcado por barreiras lingüísticas e uma produção infinitamente menor. Hoje, o acesso ao conhecimento por meio de textos, eventos, Internet etc..., é muito mais fácil, neste sentido, o importante é não perder tempo, delimitando desde o início o objeto de estudo (recorte pontual), os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada e saber selecionar as leituras neste amplo universo de informações.

No entanto, Ridenti orienta-nos para os perigos da especialização, principalmente na área de humanas, em que o professor universitário necessita de uma visão de conjunto, uma cultura geral: *“você tem um direcionamento muito forte para a especialização desde muito cedo na carreira, então pode correr o risco de perder um pouco a visão de conjunto, uma certa formação na Sociologia, na Antropologia, nas Ciências Políticas ou na Filosofia, enfim nas ciências humanas, você precisa ter uma visão de conjunto da sociedade, uma certa cultura geral que, às vezes, com a excessiva profissionalização e especialização fica prejudicada...”*

<p style="text-align: center;">Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“Você tem que ter um recorte melhor do problema, sem dúvida nenhuma é isso que está faltando. Professor orientador e aluno devem estabelecer um recorte bastante preciso para que se possa produzir um trabalho que assegure qualidade ainda, que preencha todos os requisitos</p>
--	---

	de pesquisa, que vai desde uma metodologia bastante clara, um levantamento de dados consistente e saber que você tem um tempo para analisar isso ainda, ter um tempo de digerir este material, então se você fica com temas amplos isso vai ser impossível.”
<p style="text-align: center;">Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>“Olha, eu acho isso mais ou menos relativo, se você pega a situação há quinze, vinte anos atrás a produtividade acadêmica era infinitamente menor e as condições melhores. Então você tinha professores bem pagos, estudantes com bolsas, se você pega, por exemplo, os dados estatísticos aqui do nosso Mestrado em Sociologia você vai ver que em momentos que você tinha muitos estudantes financiados, professores ganhando muito bem, a produção do programa de Mestrado era mínima, muita gente não terminava o curso, mesmo tendo sido financiado com verba pública. Isso hoje cada vez acontece menos, as bolsas são menores, tem muito mais concorrência para ganhar essas bolsas, as atividades dos professores são maiores, no entanto, há uma produção de livros, de artigos dos professores e mesmo dos alunos e o cumprimento de tarefas.”</p>
<p style="text-align: center;">Maria da Glória Marcondes Gohn UNICAMP</p>	<p>“Eu não acho que o que se produz hoje, de um modo geral, tenha uma qualidade melhor ou pior do que no passado. As pessoas quando entram num programa, se não tiver muito bem delimitado qual seu problema, objetivos, roteiro metodológico etc..., a pessoa pode perder tempo em ficar fazendo inúmeras leituras, hoje em dia não perder tempo acabou sendo uma máxima, tem que se ter consciência disso e, portanto, saber selecionar informação é uma questão chave, para que justamente essa tal produção, como se diz hoje, do tempo do trabalho científico se realize nesse período”</p>

Fica claro que a diminuição do tempo do trabalho intelectual afeta de uma forma ou outra a produção de conhecimentos, isto porque, “o que conta na construção do objeto de pesquisa é a capacidade de reconstruir os grandes objetos socialmente importantes apreendendo-os de um ângulo imprevisto” (BOURDIEU, 1989, p.20), além de estabelecer uma interação constante entre o teórico, o metodológico e o empírico.

❖ **Visão referente à avaliação da produção científica**

Os professores defendem a importância da avaliação empreendida pelo Estado e pelas agências de fomento à pesquisa para a manutenção da qualidade do trabalho desenvolvido e a eficiência dos programas de pós-graduação. Reconhecem o papel fundamental que as agências de fomento à pesquisa possuem no Brasil com relação ao apoio dado aos programas e eventos, no entanto, criticam ardentemente os critérios adotados por essa avaliação, critérios pautados unicamente na mensuração, na valorização da quantidade do que é produzido e não na qualidade.

Revelam que o tempo do trabalho intelectual na área de humanas é completamente distinto do tempo de trabalho intelectual na área de exatas. Entretanto, os critérios utilizados para avaliar áreas completamente distintas são os mesmos, *“é uma avaliação burra, porque ela, enfim, não tem essa sutileza qualitativa de perceber que está tendo o mesmo critério para coisas completamente diferentes.”* (Sevcenko)

O que importa são os números, número de artigos e livros publicados em quais periódicos e em quais editoras, número de eventos dos quais se participou, número de dissertações e teses concluídas. Em nenhum momento, há uma preocupação com o teor dos trabalhos desenvolvidos, isto é, se tratam de temas realmente originais, relevantes, significativos e quais foram os procedimentos utilizados. Paira no ar uma certa superficialidade que impede a universidade de responder socialmente a sua função, *“vivemos correndo atrás do rabo... A sociedade pensa que nós somos um bando de privilegiados.”* (Almeida)

<p>Maria Ângela de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“sem dúvida nenhuma não há porque não reconhecer o papel importante das agências de fomento, por exemplo, eu estou pensando no caso da FAPESP, é a agência que a gente está mais vinculada aqui no Estado de São Paulo, a forma como eles gerenciam todo o acompanhamento do projeto de pesquisa, da iniciação científica ou da bolsa de Doutorado e Mestrado, este controle que eles fazem de relatório é fundamental, é uma diferença muito grande você ter um aluno, um orientando que tem bolsa de Mestrado, por exemplo, no caso da FAPESP e o que está vindo sem a bolsa.”</p>
--	---

<p style="text-align: center;">José Luís Sanfelice UNICAMP</p>	<p>“Em geral não passa de uma avaliação quantitativa. São poucas as chances de avaliações qualitativas. Sabe-se que aumenta o número de mestres e doutores, mas não se sabe muito sobre as dissertações e teses que realizaram. As análises comparativas também não vão muito longe: costumam comparar coisas muito desiguais.”</p>
<p style="text-align: center;">Nicolau Sevcenko USP</p>	<p>“os tais relatórios de produtividade, eles já existiam, mas dar a eles uma nova dinâmica toda ela quantitativa e reduzir as universidades, as unidades, os departamentos a essa metrificação quantitativa, estritamente quantitativa em que tudo tinha que ser reduzido a números, o que importava, portanto, eram os números, quais são os números da pós-graduação, quais são os números das defesas de término, quais são os números dos artigos publicados, quais tipos de periódicos e em quanto tempo e, assim por diante. É claro, é evidente, que é fundamental que haja simultaneamente uma avaliação constante da produção da universidade coletiva, por unidade, por departamento, mas, por setor, individual, por cada pesquisador nas suas atividades básicas ligadas ao ensino, pesquisa, extensão de serviços à comunidade e auxílio das práticas administrativas internas. O essencial é claro: que essa avaliação tenha uma dupla dimensão, de um lado quantitativa, de outro lado necessariamente qualitativa.”</p>
<p style="text-align: center;">José Luís Vieira de Almeida UNESP</p>	<p>“Eu acho que não há uma avaliação, o que há é uma mensuração. A avaliação teria que ter uma parte da mensuração, quer dizer você medir o que foi produzido e depois de medir, examinar a qualidade do que foi produzido, mas só pára na mensuração.”</p>
<p style="text-align: center;">Ricardo Ribeiro UNESP</p>	<p>“Se você faz uma coisa chamada internacional, uma coisa sem a mínima expressão vale muito, porque é internacional. Mesmo que você faça um seminário de alto nível, não vai valer nada, mas aquele internacional, você sabe que tem vários eventos que chamam internacional só no nome...”</p>

❖ **As relações de poder no interior da academia**

De modo geral, os professores apontam vários parâmetros para o estabelecimento das relações de poder dentro da universidade:

- a obtenção de capital social expresso a partir do nível de articulação que o intelectual acadêmico possui dentro da universidade, isto é, a extensão da rede de relações por ele estabelecidas;
- a obtenção de capital cultural associada à legitimação pautada na meritocracia e na titulação, isto é, a inserção como referência numa determinada área do conhecimento, quem sabe mais e produz mais, possui mais voz ativa;
- a burocracia essencial à gestão e à eficiência da coisa pública que atribui poder não necessariamente pautado na meritocracia, mas no jogo político interno vigente no interior da academia;
- o jogo político existente entre universidade e sociedade, a partir do qual os grupos no interior da academia que estão mais afinados com os partidos políticos no poder estatal galgam estruturas de poder burocrático-administrativas sem necessariamente apresentarem mérito para isso;
- o nexos entre determinadas áreas do conhecimento com interesses econômicos externos (empresas) que ao possibilitar recursos para o financiamento das pesquisas são sempre bem vistas pelo poder vigente na instituição, pois desafogam a escassez de verbas.

<p style="text-align: center;">Carlos Roberto da Silva Monarcha UNESP</p>	<p>“Creio que essas relações se estabelecem a partir de dois parâmetros, a saber: competitividade entre pares e representatividade acadêmica. Obviamente tal dinâmica não agrada, mas é o estágio atual da crítica universitária.”</p>
<p style="text-align: center;">João Augusto Gentilini UNESP</p>	<p>“A questão do poder ou das relações de poder dentro das universidades, têm como parâmetros o “poder de fogo” ou o “cacife” de que dispõe um docente ou seu grupo em termos de acesso às fontes de financiamento ou de fomento ou capacidade de fazer valer seus interesses individuais, ou de seu grupo, no acirrado processo de competição pelas decisões de quem ocupa cargos ou funções estratégicas para o manejo de recursos para projetos e pesquisas.”</p>
<p style="text-align: center;">José Luís de Almeida Vieira UNESP</p>	<p>“O reconhecimento acadêmico é pautado no nível de articulação que ele tem dentro da universidade, não tem nada a ver com a produção dele e com a repercussão da produção dele fora da universidade. A universidade, pelo menos a UNESP onde eu trabalho, é formada por feudos, tem sempre o cara que é dono do feudo.”</p>

<p style="text-align: center;">José Luí Sanfelice UNICAMP</p>	<p>"Vários parâmetros. As áreas que conseguem atrair maiores recursos para o interior da academia são mais poderosas na prática, uma vez que definem políticas. As relações de poder também passam pelas interferências dos partidos políticos no poder e na universidade. Há ainda o poder que emana dos sujeitos que, por razões diferentes, aglutinam grupos de acadêmicos e atuam com objetivos deliberados. Por fim, vale também o prestígio científico do próprio acadêmico."</p>
<p style="text-align: center;">Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>"...você tem desde uma legitimação acadêmica no sentido mais estrito que é o fato da meritocracia, isto é, quem sabe mais, produz mais tem algum poder, mas você tem misturado com isso, devido a essa burocratização que é necessária a todo processo de gestão, de eficiência da coisa pública, então você tem um certo risco de que alguns professores acabem galgando posições de poder mais pela sua inserção burocrática do que meritocrática propriamente dita. Ao mesmo tempo, você tem aspectos políticos, não só de lutas de poder dentro da academia que são influenciadas por embates políticos no exterior, de fora, da sociedade mais abrangente..."</p>
<p style="text-align: center;">Maria Cristina Oliveira Bruno USP</p>	<p>"O ideal seria, da forma como entendo que o poder deveria se dar pela capacitação, pela força do trabalho, pela hierarquia que se organiza em função da própria produção de cada um. Então, por exemplo, como é que esta hierarquia se evidencia: pela titulação, pelos cargos que as pessoas ocupam em função da titulação, sempre amarrando a questão da produção, a produção do trabalho, do conhecimento e aqui na universidade sempre pensado entre ensino, pesquisa e extensão..., entretanto eu acho que a realidade nem sempre acompanha essa perspectiva."</p>
<p style="text-align: center;">Nicolau Sevcenko USP</p>	<p>"É uma questão muito difícil, obviamente a universidade é e se mantém como uma instituição hierárquica, hierarquizada e as decisões vêm de cima para baixo e como sempre, neste sentido, quem se aproxima mais das diretrizes que partem do topo é mais contemplado, um pouco mecanismo da fisiologia que ocorre no governo, no congresso, por exemplo, todos sabemos disto, existe uma situação e uma oposição e quem é especialmente bem contemplado é a situação."</p>

❖ **Formação de novas gerações de intelectuais**

Há um consenso de que a universidade constitui o “locus” da reflexão e do debate intelectual, instância responsável pela crítica da sociedade existente e pela autocrítica. Contudo, devido aos prazos restritos da pós-graduação e à avaliação meramente quantitativa, a universidade não consegue, na maioria das vezes, formar um intelectual, compreendido pelos professores, como aquele capaz de refletir sobre a sociedade e intervir nela assumindo posturas políticas pautadas em sua visão de mundo.

<p>Carlos Roberto da Silva Monarcha UNESP</p>	<p>“Reconheço, essa formação vem sendo paulatinamente aligeirada... Em outras palavras, é possível dizer que a produção de conhecimento ou inovação não se está mais relacionada com estes níveis de formação e titulação.”</p>
<p>João Augusto Gentilini UNESP</p>	<p>“Paradigmas clássicos foram destruídos e ainda não substituídos em termos de formação intelectual. Há pouca interdisciplinaridade e trabalho coletivo. Há ainda muito distanciamento entre docentes e pesquisadores, internamente. Acho que isto, de alguma forma, está se refletindo na formação das novas gerações que, pelo que percebo, tem se preocupado mais com sua condição futura de empregabilidade do que com uma sólida formação intelectual e científica.”</p>
<p>José Luís Vieira de Almeida UNESP</p>	<p>“A universidade não está formando intelectuais, está formando reprodutores.”</p>
<p>José Luís Sanfelice UNICAMP</p>	<p>“É uma formação cada vez mais aligeirada, segmentada e utilitarista. Os formandos não têm tempo nem mesmo de amadurecimento pessoal, ficando inclusive difícil que possam ver também os próprios limites. Cada dia confunde-se mais informação com conhecimento e há uma forte tendência a uma maneira única de pensar. É uma ditadura pedagógica sobre o pensamento em formação. Cada dia estamos todos quase que pensando só a mesma coisa. O distanciamento, a crítica e a reflexão estão fora de moda. É a correspondente da globalização no pensamento e na formação dos acadêmicos.”</p>
<p>Marcelo Siqueira Ridenti UNICAMP</p>	<p>“Ao que me parece tem um pouco esse paradoxo que eu te falei, as pessoas vão recebendo cada vez mais informações de ponta especializadas, mas com o risco de perder uma visão do todo, isso não é tão simples de resolver, desde Weber há cem atrás, ele já via um pouco isso na Ciência como Vocação, a tendência é a especialização, mas em</p>

	<p>Ciências Humanas faz parte você acompanhar um pouco o debate político, o que passa no cinema, no teatro, na música popular, enfim, você tem que estar ligado um pouco no mundo, mas para isso você tem que despende tempo, estar sintonizado e, às vezes, as pessoas se tornam muito especializadas num tema ou outro e, digamos assim, muito pouco abertas num sentido mais amplo.”</p>
<p>Maria da Glória Marcondes Gohn UNICAMP</p>	<p>“Os tempos estão curtos, elas estão aligeiradas, tudo tem que ser mais rápido, há um número enorme, um acervo enorme de informações que precisa ser qualificado para que não haja uma fragmentação... Esta formação do jeito que ela é colocada, de uma forma assim competitiva, de uma forma que cada vez mais produtividade, produtividade. Cada vez mais a formação política, é jogada fora e, quando eu digo política, eu não estou colocando partidária, porque eu acho que este é um dos problemas que se teve no passado ligado ao corporativismo foi quando houve uma mistura justamente. Mas quanto à política enquanto visão de mundo, enquanto efetivamente posições críticas e não simplesmente entrar num projeto que tem verbas, ou porque se quer agradar o ministério x, y, z, ou porque quer salvar algum tipo de orientação.”</p>
<p>Nicolau Sevcenko USP</p>	<p>“Não há dúvida que o prejuízo para nossas gerações é escandaloso, é gritante, é descomunal, começa já na graduação... na pós-graduação... os seus prazos vão ser muito mais restritos do que costumavam ser, logo ele vai ter que fazer sua pesquisa a toque de caixa sob a pressão de produção de números da respectiva administração da pós-graduação. Enfim, o compromisso dele acaba sendo mais em cumprir prazos e cumprir rotinas e não com ser criativo e poder deslanchar seus melhores talentos, sua melhor criatividade.”</p>
<p>Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci USP</p>	<p>“É complicado quando vemos toda essa estrutura que já comentamos, de Mestrados rápidos, de Doutorados rápidos. Então nós estamos formando um profissional, está habilitando na verdade um profissional para pesquisa e para o Ensino Superior que, muitas vezes, de forma muito rápida e, às vezes, ele não teve ainda esse amadurecimento, essa sedimentação do conhecimento.”</p>

O que há é uma formação “aligeirada”, termo utilizado por vários entrevistados, especializada e imediatista, em que não há lugar para o distanciamento necessário à crítica e reflexão. Raramente produz-se conhecimento novo, reproduz-se mecanicamente e burocraticamente o conhecimento já existente, confunde-se muito conhecimento com informação. Diante destes posicionamentos podemos concluir que a universidade pública não está formando intelectual, isto é, profissional possuidor de uma cultura geral, formação omnilateral, essencial à área de humanas, capaz de posicionar-se politicamente com relação aos mais variados assuntos inclusive àqueles não relacionados à sua área em específico.

Considerações finais

O termo intelectual é, sem dúvida, anterior à ciência moderna e à universidade. Não há como negar as contribuições dos Filósofos, os grandes sábios da Antiguidade; dos clérigos no decorrer da Idade Média, dos Filósofos renascentistas, dos enciclopedistas e, assim por diante. A pergunta é: em que momento da história esta categoria deixou de produzir conhecimentos de forma autônoma, desinteressada e universal, se é que isto efetivamente aconteceu? Temos clareza de que ao longo deste trabalho e mesmo agora não seremos capazes de responder a esta questão, isto porque, para tal empreendimento teríamos que realizar uma pesquisa, organizar o material recolhido, expor os resultados com ordem e coerência, unindo nesta análise o teórico, o metodológico e o empírico, enfim, realizar uma pesquisa científica mais ampla sobre o assunto.

Retomemos então o nosso foco de análise: **os intelectuais acadêmicos na atualidade**. Sabemos que, nos dias atuais, a universidade constitui o principal “locus” de formação dos intelectuais, há tempos atrás existia também como instância de formação desta categoria os partidos políticos que, segundo Gramsci, seriam os responsáveis pela formação de intelectuais políticos qualificados. No entanto, ao longo da história, esta instância mostrou-se incapaz de dar continuidade a esta tarefa.

Então, cabe-nos o seguinte questionamento: **que tipo de intelectuais nossas universidades estão formando?** Para responder tal indagação teremos que retomar o percurso desenvolvido ao longo do trabalho, a fim de compreendermos que tipo de intelectual esta sociedade contemporânea, na qual estão inseridas nossas universidades, necessita.

A sociedade contemporânea sob a égide do neoliberalismo caracteriza-se, principalmente, pela desmontagem dos serviços públicos, as privatizações de empresas, o crescimento do capital sem escrúpulos, o aumento das desigualdades sociais, a exclusão das maiorias e o crescente monopólio do conhecimento e da informação, essenciais ao desenvolvimento da técnica e da ciência, que se tornaram forças produtivas.

Anterior à Reforma Universitária de 1968 tínhamos um modelo clássico de universidade ao molde europeu, em especial alemão e francês, estas universidades possuíam

como objetivo principal a formação dos quadros dirigentes do país. Após a Reforma, não que não existissem anteriormente no país universidades que surgiram pautadas em um modelo americanizado como podemos constatar no caso da UNICAMP e da UNB, no entanto, foi só posterior a Reforma que todo Ensino Superior brasileiro teve que se adequar ao novo modelo, um modelo que possuía e possui como meta essencial propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e, em consequência, estimular o avanço econômico.

Diversas foram as transformações no âmbito acadêmico após a Reforma de 1968, dentre as quais podemos citar: a departamentalização, a matrícula por disciplina, a invenção do curso básico, a unificação do vestibular por região e o ingresso classificatório, a institucionalização da pós-graduação etc... Modificações que, de uma forma ou outra, na prática, implicaram no controle administrativo e ideológico de professores e alunos, na redução dos gastos, no aumento da produtividade docente, no crescimento das lutas simbólicas entre professores universitários e áreas do conhecimento por maiores prestígios e, também na idéia de massificação pautada no pressuposto de uma concepção elitista do saber, já que ao abrir as portas da universidade para a entrada das “massas” não houve um crescimento proporcional da infra-estrutura, neste sentido, prevalece o ideário de que para as “massas” qualquer saber serve.

O Ensino Superior influenciado pela ideologia neoliberal passa por um processo de desestatização e, neste sentido, crescem os números das instituições privadas. O que vale agora é informar e transformar a universidade pública num local em que prevaleçam os objetivos da indústria e do livre comércio, isto é, o que está em pauta no campo científico são os lemas: produção, qualidade total e competitividade.

Diante deste quadro, presenciamos a vitória, no campo científico, daqueles intelectuais que estão a serviço das grandes burocracias, aqueles que defendem a especialização e a profissionalização do intelectual acadêmico. Ser um intelectual acadêmico aos moldes do desejado pela sociedade contemporânea:

Significa um profissional - docente-pesquisador - assim qualificado pelos critérios e padrões de avaliação de sua instituição universitária, preferencialmente especialista em alguma área do conhecimento (portanto, não um intelectual geral), com limitada autonomia de trabalho e de produção científica. Na sociedade do conhecimento o discurso sobre seu papel tem sido o de um profissional que sendo remunerado por esta Sociedade através do Estado, deve produzir conhecimento científico e gerar informações que sejam social, econômica, cultural e politicamente significativos seja para a preparação de futuros talentos (cientistas, educadores, profissionais diversos, especialistas), seja para ampliar o estágio cognitivo da sociedade, tornando-a mais competitiva ou que tenham aplicabilidade na sociedade globalizada.

Quem não enquadra nesta definição, é um intelectual acadêmico considerado “improdutivo” no qual não vale a pena que a sociedade nele faça investimento. (JOÃO AUGUSTO GENTILINI)

Esta é a tendência geral da Universidade, o que justifica sua própria existência na sociedade contemporânea, produzir conhecimentos que possam ter um fim imediato; criar incompetentes sociais e políticos; parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e até mesmo impedir o pensamento reflexivo. Nossas universidades não estão formando intelectuais no sentido daqueles que:

[...] detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. (BOURDIEU, 1990, p. 176)¹¹

Especialmente os intelectuais que não colocam este poder proveniente de sua formação geral e sua capacidade de discernimento a serviço dos dominantes, mas aqueles que, de acordo com a lógica de sua luta no interior do campo do poder, colocam-no a serviço dos dominados no campo social como um todo, aqueles que ao invés de adotarem posturas individualistas comprometendo-se apenas com suas carreiras profissionais e interesses privados, em busca da ascensão social, se debruçaram em defesa da universidade pública, gratuita, laica, universalista e de qualidade denunciando, através dos tempos, o terrorismo do Estado respaldado em políticas neoliberais.

Nilson é um personagem fictício apresentado na abertura deste trabalho que representa toda pressão à qual grande parte dos professores universitários encontra-se submetida e revela o desejo de muitos em transpor tais barreiras sem saber, na maioria das vezes, como e quando terá tempo para pensar sobre estas questões.

Não podemos negar que há na Universidade intelectuais, principalmente na área de humanas, que se posicionam contra tais políticas e possuem plena consciência dos mecanismos aos quais estão submetidos, sem dúvida estamos falando de um campo de lutas de idéias e interesses, contudo aqueles que não são agrilhoados por esta burocracia e que representam a reserva moral da universidade pública, pois possuem uma formação geral que os tornam capazes de discursar reflexivamente sobre questões diversas, compreender os

¹¹ Retomada da definição de intelectual desenvolvida no capítulo 3 deste trabalho.

processos em curso e intervir efetivamente nesta sociedade, encontram inúmeras dificuldades para conquistar verbas para pesquisa e realizar um trabalho de qualidade, como afirma Bourdieu: “*O pesquisador depende também de sua reputação junto aos colegas para obter fundos para pesquisa, para atrair estudantes de qualidade, para conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções etc...*” (1994, p. 131). É preciso, muitas vezes, entrar no jogo, conhecer bem suas regras, compreender a lógica do campo para poder desafiá-la e explorá-la.

Seria interessante, ao invés de consultar professores universitários de mérito, que possuem uma produção científica reconhecida por seus pares e já fizeram um nome próprio ao longo de suas carreiras, a fim de saber como estes definem a função do intelectual acadêmico e como vêem a formação das novas gerações de intelectuais, consultar os recém-chegados à academia, com o objetivo de verificar se estes se concebem como intelectuais e de que tipo de intelectuais falam. Apresentamos então a sugestão de um objeto de estudo para um novo trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, Michael W. “O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial”. In GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **O Modelo Neoliberal e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Paris, Editions Bernard Grasset, 1927. Cap. III, Les clercs – La trahison des clercs, pp. 53-153. Tradução de Cristina Prado.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. “O Campo Científico”. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Renato Ortiz – organizador. São Paulo: Ática, 1994.

_____. “Algumas Propriedades dos Campos”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. “O Campo Intelectual: um mundo à parte”. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Colégios do Século XVI: matriz pedagógico-espacial de nossas escolas**. Texto apresentado durante o II Seminário de Pesquisa sobre Cultura Escolar: Perspectivas Históricas. Curitiba, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de caldas, MG, 05 de outubro de 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

ELIAS, Nobert. “Da sociogênese dos conceitos de ‘Civilização’ e ‘Cultura’”, tradução de Ruy Jungmann. In: **O Processo Civilizador** – volume I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, Dóris Santos de. “Apresentação”, in: **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Dóris Santos de Faria, organizadora. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FICHTE, Johann Gottlieb. “Sobre a missão do erudito”, in: **Intelectuais e Política**. São Paulo: Olho d’ Água, 1999. Organizadores: Élide Rugai bastos e Walquíria D. Leão Rêgo.

FRIEDMAN, Milton. “Papel do Governo na Educação” in: **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática”. In GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIANNOTTI, José Arthur. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Paolo Nosella. Trabalho apresentado na XII Reunião Anual da ANPED – 08 a 12 de maio de 1989 – Faculdade de Educação/USP – S. Paulo.

_____. “Socialismo e Cultura”, in: **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.

JACOBY, Russell. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1990.

KANT, Immanuel. “Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento? [Aufklärung]”. **Textos Seletos** (edição bilíngüe). Tradutores: Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernando. Petrópolis, Vozes, 1985.

KEYNES, John Maynard. “O Fim do Laissez-Faire”. In: **Economia**. Tradução: Miriam Moreira Leite. São Paulo: Ática, 1978, p. 106-126 (Grandes Cientistas Sociais – 6).

MARTINS, Luciano. **A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940**. RBCS nº 4, vol. 2, junho 1987.

MICELI, Sérgio. “Intelectuais Brasileiros”, in: **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Difel, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. **Por uma nova universidade**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 09 de Dezembro de 2002.

_____. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Inventores do futuro: notas sobre os intelectuais, a política e a vida**. (mimeo.)

NOSELLA, Paolo. **A Universidade, Ontem e Hoje**. Palestra proferida no IV ENCONTRO DE PROFESSORES da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, 10/09/1999.

OLIVEIRA, Francisco. “Neoliberalismo à Brasileira”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PAULA, Maria de Fátima de. **O processo de modernização da universidade: casos USP e UFRJ**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12 (2): 189-202, novembro de 2002.

RÊGO, Walquíria Domingues Leão. **Ética, Ciência e Política: do Intelectual Reformador ao Administrador do Existente**. Perspectiva, São Paulo, 23: 69-83, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. “A Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina”, in: **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Dóris Santos de Faria, organizadora. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SARTRE, Jean Paul. **Em Defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. “A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia”. In GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

STEVENS, Garry. **O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Tradução de Lenise Garcia Côrrea Barbosa e Revisão Técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Universidade, Intelectuais e Pensamento Crítico**. IFCH/UNICAMP, Abril de 2002, nº 104, 1ª versão.

TRINDADE, Héglio. “As Metáforas da Crise: da ‘universidade em ruínas’ às ‘universidades na penumbra’ na América Latina”, in: **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. Pablo Gentili (org). São Paulo: Cortez, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WEBER, Max. **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983.
_____. “A Ciência como Vocação”, in: **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1996.

ANEXOS

**Entrevista com a professora Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP – Câmpus de São Carlos¹²**

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professora Maria Ângela: É Priscilla, eu acho que o papel, o que significa, a primeira parte da sua pergunta, significa antes de tudo um compromisso muito grande, é uma responsabilidade muito grande diante da rapidez com que as coisas acontecem, a velocidade com que tudo acontece. Se a gente faz comparações tipo dez anos atrás, vinte anos atrás, a gente sente que o ritmo da vida acadêmica era outro e hoje as coisas são muito mais aceleradas com a informática, essa facilidade toda com a Internet e tudo mais facilitou. Por um lado, eu acho que criou uma certa superficialidade em muitas coisas, mas sem dúvida nenhuma ela facilita muito mais o acesso à informação, então você tem um compromisso muito maior em estar se atualizando e estar acompanhando tudo isso, fornecendo este retorno também, dando este feedback para o aluno, para a sociedade, para a comunidade como um todo. Particularmente, na segunda parte da sua pergunta, eu acho que o meu compromisso, na medida em que eu estou trabalhando com a Arquitetura do século XIX, basicamente é isso que a gente faz, concentro maior meu interesse neste perfil, na Arquitetura do século XIX, começo do século XX, a gente procura estar correndo um pouco, também por conta de serem exemplares, de ser um período, apesar de ser recente se você pensar em termos de história, para o Brasil é um período já muito esquecido, então até por conta do preconceito que existiu, que está sendo retomada essa nova visão de valorização da cultura deste período, enfim existe um desprezo, um desrespeito muito grande pela Arquitetura deste período, neste sentido, a gente tem que estar correndo atrás mesmo para recuperar exemplares que estão sendo demolidos, a própria visão no Brasil em relação à preservação é muito equivocada ainda. É todo um trabalho neste sentido que a gente tem que estar se preocupando, não só em dar conhecimento, mas tentando formar uma nova mentalidade, uma nova consciência com relação a este patrimônio, basicamente eu acho que é isso.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

¹² Entrevista realizada pessoalmente na sala do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – câmpus da USP São Carlos ao qual a professora pertence.

Professora Maria Ângela: Bom esta é uma questão basicamente delicada, hoje em dia não é possível você trabalhar mais sozinho, isto é mais do que claro aliás, isto é bastante incentivado pelos órgãos de fomento à pesquisa, também por outras instituições, a nossa grande necessidade é esta, é você estar se articulando, não só mais com os colegas do próprio Departamento, da própria unidade, mas inclusive de outras unidades também, às vezes, até de outro país, mesmo este intercâmbio, esta troca de comunicação é fundamental para você assegurar sua própria sobrevivência como pesquisador. Então, isto é feito de todas as formas possíveis, através de associações de classe, de instituições, de encontros que se tornam tradicionais naquela área, que você sabe que vai encontrar sempre os colegas para trocar informações e, em relação à sociedade civil, acho que este é o lado um pouquinho mais deficiente, pelo menos na nossa área, na área em que eu atuo, em algumas outras áreas do conhecimento talvez seja mais fácil, mas a gente sente um pouco de falta de um retorno mais evidente com a sociedade, o que ainda é possível acontecer.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professora Maria Ângela: Bom, eu acho que a gente poderia estar colocando bem claramente o seguinte, antes de 1968 a gente tinha um vínculo acadêmico muito mais forte com a Europa e a partir da reforma passa a ser estabelecido com os Estados Unidos, trazendo toda uma transformação muito forte para o ensino, é, em poucas palavras, por exemplo, eu acho que um dano, eu vejo isto até como dano mais sério, foi em relação a quebrar o próprio sentido de turma, eu vejo isso hoje nas aulas com os alunos, essa coisa da gente procurar retomar o ensino seriado, porque o semestral que era o modelo americano quebrou, basicamente, fundamentalmente isto, o interesse era exatamente este, dispersar, não ter o companheirismo, e, eu, particularmente, vivenciei este período, eu fiz a minha faculdade nos anos de 1972 a 1976 em que isto foi muito forte, inclusive toda a repressão política ainda era muito forte. E mais recentemente o que a gente percebe, que existe proposta tentando retomar, recuperar a qualidade que a gente tinha na própria operacionalidade dos cursos de graduação, mas eu vejo assim, também não existe mais um modelo, acho que o modelo não está mais na Europa, não está na França, não está nos Estados Unidos ou numa escola do EMAT, não existe mais Berkley, eu acho que a gente tem que procurar fazer, quando você tem uma proposta de procurar excelência, você tem que realmente fazer uma pesquisa ampla para descobrir onde está na sua área, onde está funcionando, aquele melhor curso, isto varia muito, é muito fácil a gente ter um curso que se torne ultrapassado rapidamente, então em dez anos,

cinco anos, o curso já está precisando de atualizações e você tem que realmente buscar os modelos.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professora Maria Ângela: É quase uma consequência do que a gente falou na terceira questão, na pergunta anterior, a universidade pública, é nela, não tenho a menor dúvida, onde a gente pode ter o ensino de excelência, a pesquisa de excelência, mas sem dúvida, é na universidade pública que estão as maiores dificuldades financeiras também. Para a gente conseguir sobreviver hoje e conseguir assegurar este patamar de qualidade que já foi alcançado, não há mais como esperar recursos públicos para isso, a não ser de outras fontes, quer dizer o recurso que vem pela própria universidade é insuficiente. Então hoje como é que a gente consegue desenvolver nossas pesquisas, trazendo recursos de fora, de órgãos de fomento, aí o grande vínculo com a sociedade civil é importante, porque ela pode estar ajudando muito neste sentido e, na área de humanas, particularmente, que é onde eu tenho um vínculo forte, apesar de estar numa escola de Engenharia é ainda mais complicado.

Bom, retomando, eu acho que a questão dos recursos é um problema muito forte na universidade pública, falta de recursos até suficientes para a gente estar desenvolvendo a pesquisa, o próprio ensino também, então cada vez mais é necessário buscar recursos fora. Outra questão que eu acho que a gente poderia estar colocando como problema aí, é a questão da operacionalidade do mesmo, eu acho que as estruturas tendem a crescer muito, eu vejo hoje assim, é um número muito grande de professores, é um número muito grande de funcionários. Neste sentido, a gerência de um Departamento, por exemplo, só para dar o exemplo do Departamento a que eu pertencço, quando eu entrei tinha catorze docentes, hoje tem mais de quarenta, então as estruturas vão crescendo e ficando difícil de você gerenciar o dia-dia, de estabelecer uma rotina mínima de apoio, o que vai encarecendo e realmente faltando recursos também. A gente cai novamente na mesma tecla, eu não sei como isso poderia ser resolvido, desmembrando Departamentos, enfim, porque a tendência é realmente crescer, o número de pesquisas que a gente atende hoje, de cursos que a gente atende, é muito maior do que no início quando eram somente catorze docentes. Na verdade, talvez fosse necessário dividir este Departamento, se tornar na verdade um Instituto ou uma Unidade é isso que vai acontecendo e o câmpus vai ficando cada vez mais sobrecarregado, acho que ter planejamento é fundamental, com certeza, então pensar grande, pensar na frente para que a gente não esteja sempre correndo atrás, que é um pouco do que acontece hoje.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Professora Maria Ângela: É, basicamente a universidade, principalmente a universidade pública, ela tem um tripé para atender, você tem a questão do ensino que aí pode ser o ensino de graduação e pós-graduação, especializações, enfim. A pesquisa que é uma exigência, um compromisso nosso como docente e um terceiro que é, eu acho que na área em que atuo, é mais deficiente, que é a prestação de serviços à comunidade, em algumas outras áreas, das Engenharias, por exemplo, isso é mais tranquilo, na área de humanas é um pouco mais difícil, mas a gente consegue estar tratando isso, por exemplo, com palestras, com cursos abertos à comunidade, isso é mais fácil de ser contornado por este caminho. Em relação à segunda parte da pergunta, como é que tem ocorrido o trabalho intelectual e científico, é um pouco isso que já comentei, a gente está assumindo sempre mais compromisso, o trabalho do professor, na medida em que a gente tem hoje o recurso da informática que facilita tantas coisas, por outro lado, deixou muitas coisas para você fazer, por exemplo, uma questão simples, uma simples carta que eu tinha para digitar antigamente, datilografar na verdade, eu tinha a secretária que fazia isso no Departamento, hoje não faz mais, eu tenho um computador pessoal e essa obrigação é minha, então relatórios, todas estas atividades operacionais que são ligadas ao docente, ele tem que providenciar também, além de fazer a pesquisa, além de agüentar seu grupo de pesquisa, de acompanhar seus alunos de iniciação científica, de pós-graduação. Enfim, só aumentaram os compromissos dos docentes, então fica complicado mesmo, você gerenciar tudo isso e ainda atender um requisito, que no caso da USP é fundamental, os nossos relatórios, a grande cobrança é sempre em cima da produção científica. É uma ginástica a gente tentar acompanhar este ritmo e, no final, é lógico que vai ter um prejuízo, ou em número, ou em qualidade, eu acho que esta é a questão que a produção se (ressente), você não consegue atender de forma eficiente tudo isto, alguma coisa se prejudica, uma hora é o seu trabalho científico, você não consegue atender o prazo de um congresso, não consegue enviar um trabalho a tempo ou na outra hora é a disciplina da graduação que está precisando ser reformulada e você vai adiando um pouco, então alguma coisa se ressent, porque os compromissos são maiores e mais numerosos.

Priscilla: Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professora Maria Ângela: Ótima pergunta, em relação a isso a gente percebe uma falta de qualidade muito grande, o esquema da CAPES de forçar a gente diminuir prazos e tudo mais, com certeza ia acabar chegando numa falta de qualidade, porque o que acontece, por exemplo, no nosso Departamento, hoje o Mestrado está em três anos e em três anos um aluno tenta no patamar geral fazer quase um Doutorado, há uma recusa geral que baixa a qualidade, então isso existe bastante, só que a gente vai a bancas de outras instituições que os alunos conseguiram fazer em dois anos o que é o patamar ideal, o prazo ideal para você conseguir sua pontuação ideal na CAPES, então tudo fica muito bonitinho só que, por outro lado, você tem um prejuízo muito grande na qualidade. Então eu fico assim, dá até uma revolta, eu fico inconformada de ver como está tão desnivelado, a gente tem que criar realmente uma nova mentalidade, os trabalhos têm que ser mais rápidos, você tem que ter um recorte melhor do problema, sem dúvida nenhuma é isso que está faltando, professor orientador e aluno estabelecer um recorte bastante preciso para que você possa produzir um trabalho que assegure qualidade ainda, que preencha todos os requisitos de pesquisa, que vai desde uma metodologia bastante clara, um levantamento de dados consistente e saber que você tem um tempo para analisar, ter um tempo de digerir este material, então se você fica com temas amplos isso vai ser impossível. Eu acho que a gente no nosso Departamento, particularmente, a gente está tendo muita dificuldade neste sentido, de estabelecer um recorte mais preciso, para continuar assegurando a qualidade que é tão cara, que é tão preciosa para a gente, porque está muito desigual realmente, não preciso citar nomes, mas você que participa de bancas em outras instituições onde a qualidade foi bastante prejudicada, o reconhecimento vai ser igual ao nosso, mas o aluno conseguiu fazer em dois anos, às vezes até menos, estabelecendo um patamar de pontuação em relação a CAPES foi melhor do que o nosso, então isso fica realmente muito paradoxal, muito antagônico e a gente fica inconformada com certeza com essa situação.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professora Maria Ângela: É uma consequência do que eu já havia falando, mas sem dúvida nenhuma não há porque não reconhecer o papel importante das agências de fomento, por exemplo, eu estou pensando no caso da FAPESP, é a agência que a gente está mais vinculada aqui no Estado de São Paulo, a forma como eles gerenciam todo o acompanhamento do projeto de pesquisa, da iniciação científica ou da bolsa de Doutorado e Mestrado, esse controle que eles fazem é fundamental. É uma diferença muito grande você ter um aluno

orientando que tem bolsa de Mestrado, por exemplo, no caso da FAPESP e o que está vindo sem a bolsa ou outro tipo de bolsa mais flexível que não exige relatórios e tudo mais, o rendimento do aluno da FAPESP é muito maior, é muito mais preciso, porque a cada seis meses faz um relatório, o que é fundamental, ou a cada ano, no caso do Doutorado, eu acho que é isso mesmo, se eu não estou me equivocando nos prazos. Mas, enfim, essa constância de relatórios é fundamental, ela assegura a qualidade, é o momento do aluno se organizar, ele para pra fazer aquilo e ele dá um salto naquele momento do processo de desenvolvimento do Programa, eu só vejo como uma coisa positiva realmente neste sentido.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professora Maria Ângela: Acho que a gente tem que analisar os dois lados da questão, um é o próprio reconhecimento do docente na carreira acadêmica, que nas universidades públicas é bastante forte e bastante claro, então como é que você faz a sua carreira acadêmica, você vai ter a sua produção científica, um parâmetro com certeza é a produção científica, todas as demais opções que você desenvolve, então você teria vários patamares a serem percorridos. Eu acho que o fundamental, sem dúvida nenhuma, é o Doutorado, chegar neste patamar de defender o Doutorado dá uma autonomia para uma série de coisas, por exemplo, dar aula para uma pós-graduação, ter acesso aos recursos das instituições de fomento, sem o Doutorado você não tem acesso a nada disto, os demais passos da carreira acadêmica implicam sempre mais autonomia e principalmente o acesso a cargos administrativos que seriam associados aos cargos de poder, então você estaria crescendo nessa relação de poder, por exemplo, um diretor de uma unidade não pode ser simplesmente um Doutor, ele tem que ser professor titular, que é o cargo máximo na carreira acadêmica. Esta relação de poder é muito clara dentro da universidade, neste sentido, você só vai ter cargos administrativos de poder se chegar ao máximo na sua carreira, se tiver percorrido desde de um Doutorado até ser titular. Um outro lado, acho que é uma relação de poder na academia como um todo e existe também no sentido do conhecimento, eu acho que um professor que é expert naquele assunto terá, não importa qual seja a titulação dele no caso, com certeza, será um professor Doutor, independente de ser titular ou não, vai ter um reconhecimento no meio científico que extrapola este âmbito da unidade onde está colocado, então isso abre todo (...) dele em relação a relacionamentos interinstitucionais, a participação em eventos internacionais, independente de ter sido um professor titular ou não, o reconhecimento acadêmico leva à uma

situação de poder e prestígio fora da própria unidade, isto também acontece, acho que a gente poderia estar vendo dois tipos de poder.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professora Maria Ângela: É complicado quando a gente vê toda esta estrutura que a gente já comentou, de Mestrados rápidos, de Doutorados rápidos, a gente está formando um profissional, está habilitando na verdade um profissional para a pesquisa e para o Ensino Superior que, muitas vezes, de forma muito rápida, e, às vezes, ele não teve ainda o amadurecimento, esta sedimentação do conhecimento. Eu vejo assim, é importantíssimo que esta geração conviva mais com a geração antiga com os mais velhos, com os mais experientes, para que possa haver uma troca maior, na maioria das vezes, este tipo de relacionamento não está podendo acontecer de forma tão tranqüila. Eu sinto falta um pouco disto, eu acho que é muito importante que os mais velhos, os mais experientes convivam através de grupos de pesquisa, discussões, seminários, não sei de que forma isto poderia estar sendo mais incrementado, mas isso seria fundamental, a experiência dos mais velhos ser passada e ser compartilhada com os mais novos, são experiências ricas e, ao mesmo tempo, também os novos mais atualizados com certos conhecimentos.

Entrevista com a professora Maria Cristina Oliveira Bruno¹³

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professora Maria Cristina: Eu acho que os intelectuais ainda têm um papel, aqueles profissionais que optam por ter também um trabalho acadêmico, eu acho que eles ainda têm um papel e um papel que seja justamente de argumentação, é um papel de questionamento e é um papel de ensino, eu acho que os profissionais que nas suas carreiras trilham os caminhos da universidade, que é um dos caminhos justamente para que a gente possa trabalhar esta dimensão intelectual de diferentes campos de trabalho, eu acho que eles têm, eu diria até uma obrigação, eles têm que estar sempre argumentando em relação à realidade, ao que acontece e tem que estar sempre ensinando, pressupondo que tanto esta argumentação e este ensino vislumbram uma transformação, então eu vejo neste sentido.

Eu ainda acredito, eu sei que tenho vários colegas que pensam de uma outra maneira, mas eu acredito que a universidade tem uma função social muito importante e, no caso da ação do intelectual, acho que é o melhor espaço.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professora Maria Cristina: Eu tenho uma inserção na universidade muito peculiar, porque primeiro, por um lado eu tenho uma história desde estudante, funcionária, eu morei aqui no câmpus, depois passei a trabalhar nesta instituição, então eu tenho uma inserção que eu diria bastante transversal até chegar à carreira docente nos diferentes níveis e também a maneira como eu entrei, a minha profissão como museóloga, a área da Museologia, sobretudo aqui na universidade, ela sempre atuou nesta interface, entre o lado interno acadêmico e o lado externo, da extroversão, porque justamente os museus na universidade têm este papel, de fazer um elo entre o conhecimento, a pesquisa e o público. Eu diria que talvez, neste sentido, eu fui privilegiada, porque sempre enxerguei os dois lados, a minha própria profissão me obrigou a procurar estabelecer um diálogo interno, mas, ao mesmo tempo, eu sempre tive este diálogo externo pela minha profissão.

¹³ Entrevista realizada pessoalmente no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP no dia 13/12/2005.

O diálogo interno é muito complexo, acho que como toda grande estrutura e também na área do conhecimento existe sempre uma certa hierarquia, existem áreas que são mais privilegiadas, algumas áreas do conhecimento que em alguns momentos despertam maior interesse, outras que ficam mais exiladas. A questão específica da Museologia, que é uma área ainda muito pequena na universidade, eu considero a mais importante, porque ela faz esta interface com a sociedade pela própria natureza dos museus, pela própria peculiaridade, no entanto, é uma área que ainda nós vamos precisar crescer muito, para que ela seja respeitada, precisamos ainda de uma produção maior, mais diversificada. Então neste local específico os embates são sempre maiores internos para conquista de espaço e isto depende de um planejamento, depende do curso, depende de mais pessoas, eu acho que a USP está neste caminho, considerando que eu fui a primeira pessoa contratada como museóloga na universidade em 1979, hoje eu já tenho muitos colegas. Enfim, eu acho que é um caminho positivo, não houve um decréscimo, embora algumas vezes eu possa ficar um pouco chateada com esta situação meio marginal, eu acho que é um espaço positivo e no caso da Museologia, eu acho que é uma das universidades onde existe um espaço maior academicamente falando.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professora Maria Cristina: Olha, é curioso, porque eu quando entrei na universidade eu já peguei o resultado, entretanto, como eu estudo um profissional intelectual que trabalhou na universidade, que foi o Paulo Duarte, eu estudo a vida dele, justamente ele criou esta instituição, ele foi uma das pessoas que mais batalhou pela Reforma Universitária naquele momento, tanto que depois de 1969 ele foi aposentado compulsoriamente, ele foi colocado fora da universidade, mas eu entendo que a Reforma foi feita numa conjuntura, onde nós fomos viver em um país com todo tipo de exceção democrática, então eu acho que ela pretendeu avançar um pouco. Naquele momento eu acho que foi um progresso a questão da cátedra, da transformação dos departamentos, a dedicação exclusiva, entendo que foi um ganho, agora eu acho que nestes anos, às vezes, eu observo que houve um desvirtuamento em alguns destes caminhos. Por exemplo, aqui na USP, nos últimos anos, o que existe uma é discussão muito grande sobre a problemática do departamento que, na verdade, ele engessou os campos de conhecimento, que o departamento impediu a transdisciplinaridade, impediu de uma forma burocrática e isto prejudicou e prejudica o conhecimento, prejudica o ensino. Neste sentido, é complexo, tanto que a USP acabou de aprovar para USP Leste uma exceção, abriu uma exceção no regimento da universidade, ela está sendo constituída não baseada em

departamentos. Isso é um avanço, o regime de trabalho são questões que quando nós olhamos no texto frio, no momento nós podemos enxergar só pontos positivos, agora quando nós analisamos a aplicação deste texto vimos que a prática acabou criando algumas situações não positivas.

Por outro lado, a universidade como qualquer outro organismo é dinâmico, é natural que estas discussões, estas transformações ocorram sistematicamente, eu vejo que nós estamos num momento de mudança para algumas questões, por exemplo, há uma grande discussão na universidade a respeito das fundações, isso na verdade leva à questão do financiamento, que é a base da universidade, da pesquisa, do ensino, da extensão. Esta ebulição é saudável, porque não é possível, nós não podemos ficar muitas vezes com regras pleonásticas, de 1968 para cá o mundo mudou muito até no ponto de vista da informação, desta relação de ensino-aprendizagem, da perspectiva que a universidade tem do ponto de vista da ação comunitária, de extroversão, da exigência que existe em cima destas interrogativas, estas mudanças são muito difíceis, porque a USP é ainda muito hierarquizada, todos até vêem as mudanças, mas leva muito tempo, por isso, a gente não pode parar de discutir nunca.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Maria Cristina: Temos três grandes problemas: um é de acesso, de entrada na universidade, ela é efetivamente ainda bastante elitista, não adianta esconder, eu acho que a responsabilidade não é só da universidade, vem de um plano de ensino que é muito mais amplo, vem de uma fragilidade do Ensino Médio, com certeza a universidade ainda é uma porta muito fechada. Isto é traumático, porque na verdade em médio prazo ela recebe elite, trabalha para elite, forma elite, eu vejo sempre as últimas reitorias, esta inclusive que acabou de entrar, sempre uma disposição muito grande para abrir estes caminhos, mas eu acho que isso é um diálogo mais amplo. Parece-me que este é um problema muito sério, por um lado, a questão do acesso à universidade; por outro lado, talvez falando mais da USP, que é a experiência que eu conheço, ainda sei que é muito fechada entre os diferentes órgãos colegiados, então as comissões, as comissões centrais, o conselho universitário é ainda muito engessado, muitas vezes muitos temas que poderiam ser discutidos de uma maneira muito mais interessante ficam muito circunscritos a uma legislação que é fechada, que é hierarquizada, eu vejo isso como um outro grande problema.

A terceira dimensão é a própria questão do financiamento da universidade, a USP acho que ela encontrou caminhos nas últimas décadas com financiamentos externos, eu não conheço

talvez nenhum pesquisador, professor que não tenha projetos com financiamentos externos, é lógico que isso faz também o professor, ele tem que ter todo um trabalho de ir atrás destes financiamentos, fazer relatórios, de buscar fontes, isso hoje já é quase inerente a nossa profissão. Nesse sentido, eu diria estas três questões, quer dizer, o acesso que eu acho que ainda é restrito, uma hierarquia que ainda é muito amarrada, uma hierarquia administrativa, eu diria, e ela se reflete em todas as unidades, embora ela seja da autogestão da universidade, da administração central, mas ela efetivamente se reflete, isso eu acho prejudicial, eu acho que não é uma coisa moderna, gera muito desentendimento e a terceira questão é e sempre vai ser os recursos.

Muitas vezes nós temos que nos ater às regras do jogo de onde nós estamos pedindo financiamento, por exemplo, em algumas áreas mais estabelecidas de conhecimento, estas fontes de financiamento vindas dos grandes fundos que nós temos, elas já são bastante decodificadas em relação àquela área de conhecimento e de outras não. Muitas vezes para conseguirmos que um projeto seja aprovado, exatamente não há, às vezes, em nenhuma agência uma compreensão da natureza daquela pesquisa, porque ela ainda é nova, nós temos que fazer muitas concessões para que ela seja atendida, são situações como esta. que vivemos. Mais uma vez, nesta área dos museus a gente também vive uma situação de mão dupla, porque tanto nós temos acesso, por exemplo, à FAPESP, CNPQ, CAPES, FINEP, como também existem programas para museus que são alternativos, tanto de empresas, de fundos privados, como agora nós temos o Ministério da Cultura, a Petrobrás, o BNDES, programas específicos de museus, isto é uma questão dos últimos anos. Então nós temos no fundo estas duas possibilidades, mas muitas vezes nestes órgãos mais consagrados FAPESP, a CNPQ, não há uma compreensão plena do que é um processo museológico e do que realmente pode ser atendido, porque deste processo é pesquisa, por exemplo, como também nestas outras agências ou até instituições privadas que financiam museus também não há uma compreensão plena da necessidade da pesquisa. São priorizados trabalhos de muita visibilidade de extroversão e não a parte interna, na verdade são possibilidades que estão sendo abertas.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professora Maria Cristina: Por um lado, eu acho que este embate relativo ao tempo da produção de conhecimento, especialmente na pós-graduação, é um embate que eu considero que as humanas acabaram perdendo, nós tivemos que entrar nas regras que já eram ditadas, já eram vivenciadas pelas outras áreas e, neste sentido, houve uma perda, nesta coisa de tempo houve uma perda de qualidade, de possibilidades, porque muitas vezes um trabalho que é resolvido, por exemplo, numa área de Química, Física, que depende de um laboratório onde o conhecimento é produzido naquele momento, quer dizer é muito difícil comparar com o trabalho da Arqueologia que depende de várias etapas de pesquisa de campo que você não pode fazer todo dia, todo ano, enfim depende de um trabalho exaustivo de levantamento de fontes documentais, por exemplo, em História, que são tempos diferentes.

Entretanto, isso é uma causa já ultrapassada, porque a regra do jogo já está completamente estabelecida, eu acho que a universidade, aí também foi uma evolução, um processo, hoje ela produz desde uma pesquisa absolutamente de ponta, uma inovação completamente de ponta, como produz também, por exemplo, produz um bom trabalho de difusão científica. Hoje este caminho é muito mais longo e ele tem sido respeitado, por exemplo, quando eu entrei os trabalhos mais ligados à difusão, à extroversão, não eram tão valorizados, era muito difícil que as pessoas entendessem que existia uma produção de conhecimento quando, por exemplo, alguém fizesse um trabalho de educação aplicado a uma área de conhecimento ou mesmo um trabalho de Museologia. Hoje eu já vejo que não quer dizer, eu acho que essa é uma demanda da sociedade, ela é tão forte em relação à produção da universidade, que é uma produção que não pode ficar só encerrada em laboratórios, em gabinetes, mas tem que procurar também outros nichos, outras possibilidades. Então, é um espectro muito amplo, é lógico que isso traz problemas de toda natureza, mas eu acho que há uma compreensão de que a universidade não pode ficar só fechada, ela tanto tem que produzir o básico, as grandes descobertas, eu acho que no caso a USP tem este papel, mas como também ela tem de produzir formas de ensino, formas de acessibilidade, por exemplo, trabalhos comunitários e fazer disto produção de conhecimento, para melhor entender à sociedade, para interagir com a sociedade, agora esta questão dos prazos acadêmicos, deste lado formal assim para um olhar de humanas, eu acho que é um prejuízo muito difícil de avaliarmos, mas eu acho que foi um prejuízo.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professora Maria Cristina: Isso eu ainda acho que deixa muito a desejar, essas avaliações na minha opinião, eu sei que outras pessoas têm outro ponto de vista, mas elas ainda são análises

muito ditadas por padrões de produção não tão compatíveis com a área de humanas, por exemplo, ou com as áreas de Ciências Sociais aplicadas, como é o caso da Museologia, são as Ciências Aplicadas. Então, por exemplo, há algumas agências em que é importante que você tenha uns artigos publicados, periódicos em língua estrangeira, acho que isto é importante para alguns campos de conhecimento, mas para outros, por exemplo, que trabalham com a sociedade brasileira, como História, Geografia ou mesmo como Museologia, isto não é um ponto importante, mas ainda estes são os parâmetros, isso eu penso que é difícil e, às vezes, ocorre muitas injustiças, por exemplo, bolsas que não são aprovadas, porque nos campos de conhecimento eu acho que naturalmente existem pesquisas que resultam dados que são universais, de importância universal, existem outros campos de conhecimento cuja produção tem uma relevância local, explicar, interpretar problemas locais, então a universidade tem que reconhecer a importância dos dois lados, mas isto ainda é bem difícil, há uma diferença assim brutal. É uma avaliação quantitativa e é um quantitativo que enxerga a partir de certos parâmetros só, não procura entender este caminho longo de produção da universidade.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professora Maria Cristina: O ideal seria, da forma como entendo, de que o poder deveria se dar pela capacitação, pela força do trabalho, pela hierarquia que se organiza em função da própria produção de cada um, então, por exemplo, como é que esta hierarquia se evidencia, pela titulação, pelos cargos que as pessoas ocupam em função da titulação, sempre amarrando a questão da produção, a produção do trabalho, do conhecimento e aqui na universidade sempre pensado entre ensino, pesquisa e extensão, eu vejo estas três dimensões com igual importância.

A USP, no caso, é pensada no poder para funcionar desta maneira, entretanto, a realidade nem sempre acompanha esta perspectiva, mas eu acredito no poder universitário formalizado em função desta hierarquia que se dá pelo trabalho, pelo trabalho de cada um e, no caso da universidade, a força do trabalho é revelada pela sua titulação, é a partir da titulação que você vai subindo digamos, entre aspas, aos diferentes graus, isto significa que você está produzindo cada vez mais, em função desta produção, então você tem acesso a certos cargos que são diretamente ligados à administração, daí o poder efetivo que gera esta administração, eu acho que isso é o ideal, mas nem sempre acontece.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professora Maria Cristina: Eu vejo que nós estamos bem no período intermediário, por exemplo, hoje eu vejo toda essa potencialidade dos meios eletrônicos de informação, então é evidente que o ensino e a aprendizagem passem também por outros canais, que são não só professor- aluno, não só livro - aluno, não só sala de aula e aluno, laboratório e tal, o que leva a uma dinâmica impressionante. É natural que haja uma rapidez do ponto de vista do tempo, quer dizer uma agilidade hoje assegurada pelos meios de comunicação disponíveis, pela questão do conhecimento que está nestes meios, sobretudo eletrônicos. Nós estamos numa interface porque, por exemplo, muitos professores que são atuantes, vamos supor da minha geração para trás, fomos formados numa outra dinâmica de conhecimento, só que os nossos alunos já tem uma dinâmica diferente, então só para dar um exemplo bastante pontual, pesquisa na Internet, quer dizer eu, por exemplo, quando estou dando aula trago outras fontes de informação, imediatamente os alunos já têm a informação na Internet, só para dar um exemplo muito pontual. É lógico que estamos vivendo uma mudança e que isto também a universidade vai ter que acompanhar, porque eu acho que é uma mudança sem volta, quer dizer os meios eletrônicos entraram e estão agilizando esta programática de ensino-aprendizagem, isto eu acho que tem um reflexo nas produções, nos trabalhos acadêmicos, na forma como eles aparecem, sobretudo na difusão, quer dizer, hoje rapidamente a gente tem acesso a teses, bancos de dados. Quando eu fiz Mestrado e Doutorado isso não existia, eu tinha que ir mesmo aos lugares e pedir pelo amor de Deus.

Agora eu tenho dúvidas, nós estamos muito no começo aqui no Brasil, eu ainda tenho dúvidas de como será o resultado disto tudo, se realmente vai gerar uma geração crítica, se vai ter o tempo, porque um dado que eu acho importante num trabalho intelectual, embora entenda tudo como trabalho, eu acho que é o tempo da reflexão, o tempo da produção e o tempo da reflexão, acho que este tempo da reflexão é que dá o diferencial do trabalho intelectual para outro tipo de trabalho, quer dizer, não é melhor ou pior, mas eu acho que este tempo é fundamental e daí eu tenho muitas dúvidas se este tempo está sendo preservado. Eu tenho 50 anos, estou bem numa fase intermediária como professora, eu tenho colegas que se recusam absolutamente a reconhecer qualquer meio eletrônico, por exemplo, mas até questões assim de concursos são feitos na universidade, os concursos para professores, hoje já se utiliza computador para digitar prova, isso teve que passar por uma discussão enorme, enfim minha única dúvida é como o tempo da reflexão vai ser preservado, se nós teremos outros mecanismos em relação a isto, esta é minha única dúvida, porque estou vivendo exatamente esta mudança, estou vivendo junto aos alunos.

Eu mesma coordeno um curso de especialização em Museologia, porque foi o caminho primeiro que conseguimos encontrar para trazer à USP a formação em Museologia, o que depende muito de cada campo de conhecimento, então, vou dar o exemplo da parte de Museologia, nós entendemos que teoricamente a Museologia é um campo da disciplina aplicada, então é um campo de conhecimento que nós aplicamos para os campos básicos então, por exemplo, um estudante pode fazer História, depois ele faz Museologia e ele trabalha, vamos supor em museus de História, ele tem na verdade o domínio destas duas perspectivas, alguns campos de conhecimento são de alguma forma, eles podem ser melhores trabalhados nesta dimensão da especialização. Outros eu acho que necessariamente tem uma graduação, uma pós-graduação, um Lato Sensu, agora o importante é que eles possam ter uma perspectiva transversal, nós vivemos, por exemplo, nós tínhamos um conhecimento muito generalista, se a gente quiser pensar no século XIX, do século XIX para o XX tivemos grandes caminhos da especialização e eu acho que daí grandes trincheiras foram criadas de separação entre muitas áreas do conhecimento e a partir da metade do século XX a própria demanda dos problemas acabou levando à imposição de trabalhos com olhares mais gerais que é a famigerada interdisciplinaridade, muito fácil de falar e muito difícil de praticar. Neste sentido, por exemplo, os cursos, a forma como a universidade é organizada ainda não permite muito isso, no fundo a gente fala do problema do departamento, mas o problema é este, os campos de conhecimento e ensino estão separados e a especialização, às vezes, entra para corrigir um pouco esta separação, dependendo da forma como você entender a especialização, quer dizer, não para acirrar a trincheira, mas na verdade para que se possa ter uma visão um pouco mais transversal, no caso da Museologia o curso é formatado desta maneira, quer dizer ele é bastante transversal a partir da sua particularidade, existe hoje, do ponto de vista da pesquisa, esta perspectiva, mas nós não temos ainda, minha impressão no ensino básico da graduação, por exemplo, esta perspectiva, daí eu acho que isso gera um problema muito grande para os estudantes ainda, como gerou para nós, quer dizer ainda gera.

Entrevista com o professor Nicolau Sevcenko¹⁴

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Nicolau: Então, justamente porque a gente está vivendo um processo de transformação ultra acelerada, essa revolução desencadeada pela microeletrônica, o mundo muda com uma rapidez tão extraordinária que as coisas se tornam muito confusas, potencialmente caóticas. É fundamental que haja uma capacidade de reflexão sobre este processo que permita, ao mesmo tempo, a compreensão do que está acontecendo e algum planejamento em relação às perspectivas e tendências futuras dos desdobramentos dos processos em curso, de forma que toda inteligência compreensiva, toda inteligência crítica há de vir em primeiro lugar, recebida com grande sentido prático pela autoridade pública.

Mas não é realmente o que acontece, este processo foi em grande parte encampado pelas grandes corporações que se tornaram os principais agentes desencadeadores e os beneficiários deste processo, em detrimento do Estado e dos serviços sociais que são responsabilidade do Estado e, obviamente, em detrimento também dos cidadãos que sofrem este processo como se ele fosse inexorável e como se ele fosse imponderável, lhes cabendo apenas se adaptarem de uma maneira conformada, conformista e sofrerem, sobretudo, as conseqüências que ele acarreta na medida em que ele em beneficiando as empresas acaba produzindo uma situação de grande desemprego, muita tecnologia, pouca mão-de-obra, enfatizando, sobretudo, uma economia de serviços, cria uma situação pela qual os salários são extremamente baixos. Portanto, a distribuição de recursos é cada vez menor, o ganho social cada vez menor e com isso se aprofunda as desigualdades, na medida em que os únicos cargos bem remunerados são aqueles na área gerencial, diretiva, onde há uma intensa concentração de renda, a um passo que na base, há desemprego ou baixo assalariamento.

Em paralelo, as corporações gozam de benefícios que implicam numa redução da participação do Estado e essa redução da participação do Estado, sobretudo, refletida na redução dos serviços públicos que o Estado presta na área de saúde, educação, moradia, infra-estrutura, habitação, segurança, o que deixa a população ainda mais desamparada. Portanto, o quadro é altamente negativo para população como um todo, para cidadania como um todo, para o país, do ponto de vista dos seus habitantes, da sua população básica e o intelectual que podia exercer um papel crítico significativo neste processo, fica também alijado, porque em

¹⁴ Entrevista realizada pessoalmente no dia 12/12/2005, segunda-feira, no Departamento de História – FFLCH/USP.

havendo este corte de investimentos públicos e sociais, um deles é, vamos dizer os prejudicados, é a educação, em especial a Educação Superior. A única maneira de as universidades conseguirem se manter, é desenvolvendo projetos que favorecem as empresas e, portanto, que interessam um tipo de intelectual que tem muito mais uma motivação prática e conformista de aceitar a situação mais como ela está, do que de refletir criticamente e tentar interagir de uma maneira que intensifique a idéia do controle, da vigilância, da fiscalização destes processos, para que eles não signifiquem uma queda das práticas da cidadania e das garantias sociais e econômicas de que a população depende para manter uma sociedade equilibrada.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ou indivíduos e grupos da sociedade civil?

Professor Nicolau: Aí Priscilla, é que eu acho que tem um elemento metodológico de fundo neste seu questionário que é um pressuposto de que este grupo de professores universitários constitua uma comunidade homogênea, eles são um corpo profissional, mas eles se inserem na sociedade de tal maneira que correspondem às diferentes clivagens da estrutura social e as pessoas, portanto, embora estejam na profissão, nem todas vêem as coisas do mesmo patamar, da mesma perspectiva, nem têm a mesma percepção ou a mesma opção com relação às alternativas atuais ou para o futuro. Somos todos professores universitários, mas diferentes pessoas têm diferentes procedências sociais, têm diferentes circunstâncias de vida e, obviamente, diferentes filiações ou opções políticas, quando já não partidárias, então não há essa homogeneidade de um corpo de professores universitários que se organiza em função de interesses que são comuns a todos, obviamente há certos temas que causam uma reação consensual e tendem a provocar maiorias, particularmente no que diz respeito à gestão da universidade, às verbas públicas, às verbas para educação, temas desta magnitude, outras questões, no entanto, a tendência é haver uma divisão que corresponde mais ou menos às divisões do corpo social.

É uma tradição, você também deve saber disto, sobretudo nos países em desenvolvimento, que as elites econômicas quando entraram em processo de declínio, por exemplo, pensando no Brasil, houve um momento em que a elite dominante, a oligarquia agrária declinou, o país transformou, tomou uma culturação mais industrial, modernizante, estas pessoas perderam o seu fundamento econômico e tiveram ameaçado seu status social e a alternativa de entrar para universidade e compensar com o prestígio acadêmico o que perderam de posição social e

econômica foi uma tendência comum, é o que o Carlos Drummond de Andrade, num texto famoso chamado de “Fazendeiros do A” diz e, portanto, as universidades do Brasil são bastante isoladas por este tipo de situação e de personagem, o que dá as discrepâncias, o que dá base para estas discrepâncias, sobretudo, ao longo dos anos 70, 80, 90, foi o recrutamento de pessoas de classes médias e classes subalternas que acabaram fazendo carreira e hoje o corpo de professores universitários é bem mais heterogêneo do que ele era há vinte ou trinta anos atrás, com posições sociais bastante distanciadas e como os salários também tiveram um rebaixamento fulminante, aqueles que dependem apenas de seu salário vivem uma vida particularmente sacrificada em relação, por exemplo, àqueles que tem um capital de raiz, um capital de herança, logo, enfim, quando se coloca contra este quadro social as discrepâncias são significativas.

Os professores universitários têm as suas associações de caráter corporativo, os professores de Sociais têm a associação de pós-graduação, a ANPOCS, os historiadores têm a ANPUH e, assim por diante, então eles têm seus canais de agremiação, seus órgãos de participação que tem também uma reflexão com o poder público, porque fazem manifestos, fazem posicionamentos e isso tem repercussão pela imprensa etc... É um canal de pressão, negociação, de manifestação pública, de participação em processos sociais mais concretos, estas agremiações também não envolvem situações necessariamente consensuais, elas não representam todos os professores, há uma tensão interna e é claro que aumenta quanto mais complexa é a questão em jogo e aumenta quanto mais diz respeito a esta heterogeneidade no interior do próprio corpo dos professores universitários. Houve uma tradição muito grande da universidade ser uma peça essencial no debate público, por exemplo, nos anos 60 e 70, em que a ditadura, a universidade assim como a OAB, a CNBB, a universidade era um dos agentes fundamentais do processo de confronto da ditadura e da tentativa de reconstrução de um espaço democrático aberto, ampliação da participação e a ampliação de uma sociedade mais justa, de maior participação dos diferentes setores da população, isso tem diminuído muito na razão direta da maneira como a universidade vai sendo alijada do papel de interlocutor, pelo modo como as verbas de educação vão sendo cada vez mais reduzidas e a universidade vai sendo cada vez mais marginalizada, mais sucateada e mais jogada para cima, isto é, passou a ser coadjuvante das próprias corporações, ao invés de ser o personagem principal. É um momento muito tenso, a universidade tenta reagir contra este processo, mas o que se vê nos últimos governos é a tendência a alijar a universidade para um papel meramente colateral e muito mais ligado aos interesses privados e a iniciar com o seu saber técnico os

interesses privados, do que de fato ser um interlocutor na construção de um projeto político para o país, infelizmente é esta situação que existe.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrada nos últimos anos?

Professor Nicolau: A Reforma de 1968 tinha uma espécie de espírito bastante evidente de americanização da academia brasileira, por outro lado, também, claro, queria enquadrar a universidade melhor dentro de um sistema ditatorial, portanto, reduzindo a autonomia, reduzindo as possibilidades de participação ou de manifestação, enfim, criando uma situação mais policiada e vigiada. Não vamos comentar estes aspectos negativos implicados na Reforma, se havia algo de positivo nesta Reforma, eu diria que foi, sobretudo, a maneira pela qual ela tentou quebrar um espírito altamente hierarquizado centrado na cátedra que mantinha a universidade sob a tutela de uma diminuta oligarquia de catedráticos, aos quais todo o restante do corpo docente estava subordinado, para uma situação mais colegiada, em que havia uma departamentalização e os departamentos se autogeriam e se tornavam também as instâncias decisórias mais significativas acompanhando a titulação pela carreira, de tal maneira que neutralizava a posição dos titulares e, então houve uma maior horizontalização, o que sem dúvida foi muito benéfico para arejar a universidade, para criar uma situação de democratização interna e, paradoxalmente, foi o que levou a universidade a ter uma voz pública muito significativa na confrontação contra o regime militar e na luta pela restauração da ordem democrática.

Ao longo do tempo, no entanto, os efeitos desta Reforma acabaram manifestando algumas tendências menos positivas, por exemplo, como no Brasil há pouca circulação nas universidades, a inspiração legislativa da Reforma era americana, nos Estados Unidos as tendências das pessoas é fazerem a carreira mudando constantemente de universidade ao longo da sua trajetória acadêmica intelectual, portanto, é um dos critérios de avaliação docente nos Estados Unidos, essa circularidade dos professores pelas instituições de maior prestígio. No Brasil a tendência não é esta, a tendência é o professor se estabilizar na universidade da qual ele se doutora, por exemplo, ele tem uma certa endogamia, ele se doutora e fica na mesma universidade em que se doutorou, normalmente junto aos colegas com os quais ele se doutorou e com os professores que orientaram os doutorados, o que cria uma espécie de sentido de grupo e, ao longo dos anos, os professores ficam lá por dez anos, quinze, vinte, vinte e cinco anos ou mais, provavelmente enraíza interesses dentro do departamento que o tornam mais ossificado e menos flexível às novas influências, a novos

temas, às novas propostas. A tendência é uma espécie de ossificação de uma linha dominante que só incorpora quem já está vinculado a ela, quem já tem compromisso com ela e não tem abertura, não tem porosidade, enfim, no mundo em que as situações são tão rápidas e tudo tem que ser o tempo todo checado, todo conhecimento produzido tem que ser checado contra uma realidade em constante transformação, é vital que a universidade tenha flexibilidade e tenha esta porosidade, este arejamento e provou-se que esta tendência a um colegiado longo, dentro dos departamentos, de certa forma congelava o processo de mudanças dentro das universidades, o que é algo que vai contra o espírito original de horizontalidade. Isto levou a várias críticas de fora da universidade, de dentro da universidade, menos de dentro, porque o peso corporativo é muito grande, mas sobretudo de fora da universidade, vozes veiculadas pela imprensa que tem seus interesses também em criticar a universidade, porque coloca a universidade sobretudo da perspectiva deste liberalismo centrado nas corporações, como um serviço que deve ser cada vez mais vinculado à iniciativa privada e às corporações, portanto, não deve onerar o orçamento do Estado. Dentro desta perspectiva, o que se achava como argumento para criticar a universidade era exatamente esta tendência à ossificação interna dos departamentos, o que no fundo tinha a ver, era uma crítica que encontrava uma situação de fato satisfatória, então em grande parte em nome desta situação interna congelada produziu-se uma crítica externa que passou a justificar o que era muito conveniente para o Estado, que era cortar cada vez mais sistematicamente as verbas para o ensino e para a pesquisa, que é a situação lamentável que nos encontramos.

Então, de fato, tem que haver uma reação da universidade em duas direções, uma de criticar este modelo de Estado que corta verbas sociais cruciais para o país, em especial em ciência e pesquisa, num momento de grande transformação tecnológica. Por um lado, também uma crítica que tem que ser interna, que dê mais porosidade, mais abertura, mais flexibilidade, mais rotatividade dentro dos departamentos, mas também, interfaces de umas universidades com as outras dentro do país e, obviamente, com outras universidades fora do país e, neste sentido, portanto, colocá-las muito mais próxima à situação das universidades de prestígio internacional que têm uma preocupação em manter essa vivacidade e essa circulação intensa de idéias, temas, debates, linhas de pesquisa, pesquisadores e orientadores, o tempo todo.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Nicolau: Eu acho que um outro problema, também significativo, é a maneira pelo qual o Estado achou um viés para tentar dinamizar a atividade acadêmica no plano da

produção do conhecimento, das pesquisas e das atividades relacionadas à prestação de serviços à sociedade ou mesmo às empresas, que foi criar os tais relatórios de produtividade. Eles já existiam, mas dar a eles uma nova dinâmica, toda ela quantitativa e reduzir as universidades, as unidades, os departamentos, a esta metrificação quantitativa, estritamente quantitativa, em que tudo tem que ser reduzido a números, o que importa, portanto, são os números: quais são os números da pós-graduação, quais são os números das defesas de término, quais são os números dos artigos publicados em quais tipos de periódicos e quanto tempo, assim por diante. É claro, é evidente, que é fundamental que haja simultaneamente uma avaliação constante da produção da universidade coletiva, por unidade, por departamento, por setor, individual, por cada pesquisador nas suas atividades básicas ligadas ao ensino, à pesquisa, à extensão de serviços à comunidade e ao auxílio das práticas administrativas internas, mas o essencial é que esta avaliação tenha uma dupla dimensão: de um lado quantitativa, de outro lado, necessariamente qualitativa, porque se não você desnatura, o que houve foi este desnaturamento, ela se tornou absolutamente e estritamente quantitativa, o que enfim criou uma espécie de situação de aceleração insana no ritmo da pós-graduação. A idéia é despejar o mais rápido possível dissertações e teses como numa produção em linha de montagem, sem que contenha critérios qualitativos de que trabalho é este que está sendo feito, com que critérios, para que fins.

Enfim, o que realmente conta é a proposta da universidade pública estar alinhada com o que são as necessidades, as demandas da sociedade e das transformações históricas em curso. A universidade é tão boa ou tão útil para sociedade, quanto mais corresponda a estas demandas e, portanto, este enlace tem que ser avaliado qualitativamente, se ela é avaliada quantitativamente é meramente burocrático e se torna apenas para alimentar às estatísticas da propaganda política dos ministérios da educação, dos ministérios da ciência e tecnologia e das campanhas eleitorais. Para efeito do país, não cumprem nenhuma necessidade, pelo contrário, ainda degradingola mais uma universidade que já está sofrendo um processo de marginalização e de sucateamento.

É uma avaliação burra, porque ela não tem essa sutileza qualitativa de perceber que está tendo o mesmo critério para coisas completamente diferentes.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Priscilla: Pensando na qualidade do trabalho, o (a) professor (a) enquanto examinador (a) de Bancas, o que se tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Nicolau: Então, a situação é tensa e mais ou menos confusa para não dizer caótica, porque há setores mais e setores menos afetados por estas iniciativas que submetem a universidade a injunções que sufocam o processo de criação do conhecimento. Há departamentos, grupos isolados e há indivíduos que são mais críticos, mais resistentes a estes processos e há outros que são mais adaptados a este estilo de gestão empresarial da universidade como uma espécie de fábrica de estatísticas para propaganda política. Claro que há setores da universidade mais ligados aos processos produtivos, há áreas da universidade que têm mais conexão com as corporações, com as indústrias, há áreas que têm mais conexão direta com o governo e há áreas que têm mais investimento em ciência e crítica, então há uma heterogeneidade nas respostas por conta disso.

As agências científicas também, elas também têm pautado seus critérios de seleção de trabalhos, a serem financiados, muito em função daqueles que de acordo com diretrizes governamentais correspondem ao que são prioridades e estas prioridades vão muito na direção dos interesses das empresas e de captação de fontes de financiamento externa, para justificar os cortes das verbas. É claro que isso interfere no processo de tomada de posição dos grupos dentro da universidade, aqueles que têm melhores provimentos de verbas públicas têm tendência a uma resposta mais afável com as fontes oficiais, aqueles que são mais marginalizados, isto é, que se sentem numa posição de maior engalfinamento crítico. As coisas, portanto, começam criar uma divisão interna dentro da própria comunidade acadêmica, os grupos passam a estigmatizar uns aos outros e criar, enfim, uma percepção reduzida, de que um grupo é mais ou menos conservador, que um grupo é mais ou menos crítico, que um grupo é mais ou menos produtivo, que um outro grupo é mais ou menos capaz de captar verbas e, assim por diante, os critérios que passam a alimentar estes debates internos na universidade, não tem a ver com conteúdos propriamente intelectuais ou de geração de conhecimento, mas são muito mais ligadas às oscilações, às conjunturas políticas e aos processos eleitorais, do que propriamente aquilo que diz respeito aos interesses primordiais da universidade, que é servir a população e o desenvolvimento do país

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor Nicolau: É uma questão muito difícil, obviamente a universidade é e se mantém como uma instituição hierárquica, hierarquizada, e as decisões vêm de cima para baixo e como sempre, neste sentido, quem se aproxima mais das diretrizes que partem do topo é mais contemplado, um pouco mecanismo da fisiologia que ocorre no governo, no congresso, por exemplo, todos sabemos disto, existe uma situação e uma oposição, e quem é especialmente bem contemplado é a situação e quem é especialmente marginalizado é a oposição. É óbvio que isso se reproduz dentro da universidade, quem está mais próximo das diretrizes, das coordenadas é quem preside os projetos de gestão, quem está sempre melhor contemplado e sempre estará mais bem contemplado.

Essa espécie de definição de núcleos fisiológicos internos tem uma outra versão, por exemplo, quando se trata de departamentos que tem um nexos forte com interesses econômicos fora da universidade, seja por temas de pesquisa, seja por área de atuação, seja por criação de Institutos Isolados, e aí criam conexões diretas com o mercado e com fontes de captação de renda, o que tem princípio no momento de escassez de verbas, torna aquele grupo, particularmente, bem visto do ponto de vista dos dirigentes da universidade, porque alivia as pressões no orçamento local e cria um foco bastante concentrado de poder no sentido econômico externamente e político internamente.

Há grupos que têm um caráter político partidário e isso é uma constante, universidade sobretudo no terceiro mundo, mundo em desenvolvimento, com que metáfora se queira usar, países com escassez de recursos, em que há esta tendência, não politização que é algo em princípio positivo para a universidade, politização no sentido de compreender quais opções estão em jogo e assumir aquilo que você acredita que seja o melhor para um país e o melhor modo da universidade poder contribuir com o país e com o interesse do grosso da população, da população mais carente, da população mais vulnerável e é esse o contexto do compromisso fundamental da universidade pública. Politização neste sentido, eu acho profundamente positivo e deve haver, e eu sou favorável, coisa muito diferente é partidarização e, no entanto, em muitos casos uma coisa é confundida com a outra e há uma tendência de grupos dentro da universidade que assumem compromissos partidários e obviamente por conta destas alianças partidárias assumem uma força por fora que acaba repercutindo por dentro, você tem um outro núcleo, então você tem um núcleo fisiológico interno, você tem um núcleo fisiológico conectado com o mercado e um núcleo fisiológico conectado com um nexos político externo. Eu acho que assim você vai vendo como se formam estes circuitos de poder e de decisão dentro da universidade, que de alguma forma não respondem prioritariamente ao que deveria ser o compromisso da universidade pública com a democracia e com as demandas da

população mais necessitada, mais vulnerável, mas, enfim, mantêm uma interlocução com estes conjuntos de interesses extras universitários.

Infelizmente, os critérios atuais que são fundamentalmente estatísticos e estritamente numéricos, não qualitativos, e é claro se você é capaz de produzir uma numerologia copiosa isso tem repercussão boa na percepção de quem exerce uma gestão pelos números ou quem exerce uma propaganda pelos números, o que é profundamente lamentável. Eu diria que hoje em dia, triste e lamentavelmente, este é o critério determinante em todos os sentidos dentro de uma universidade, com relação à gestão interna, as agências de financiamento e a própria percepção da imprensa para efeito de propaganda, publicidade eleitoral, a coisa é fundamentalmente numérica, você impressiona qualquer um com números, mas não impressiona com qualidade, não há filtro de qualidade, só há filtro de números.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Nicolau: Não há dúvida que o prejuízo para nossas gerações é escandaloso, é gritante, é descomunal, começa já na graduação, a escassez de verbas implica em classes cada vez maiores e classes cada vez mais numerosas, o aluno tem cada vez menos condição de ter contato direto com o professor e é claro a educação se faz deste contato. A única maneira de haver um crescimento do estudante é no diferencial que faz com que cada professor perceba cada aluno como uma criatura singular, com potenciais diferentes, com perspectivas diferentes, com repertórios diferentes e com interações diferentes que vão apontar para diferentes possibilidades de desenvolvimento, que vão virar obviamente carreiras originais, criativas se tiverem estas suas singularidades alimentadas, nutridas. Para isso, é preciso distinguir em cada aluno um destes potenciais, o contato pessoal é imprescindível, sem o qual não acontece nada. Eu não posso dar para uma sala de aula de cento e cinquenta alunos exatamente o mesmo tratamento, porque são cento e cinquenta criaturas diferentes, eu tinha que saber o que cada um precisa especificamente e dar este nutriente para que cada um vire uma flor diferente e esta flor contemple cada uma das diferentes e múltiplas necessidades: demandas e fantasias que circulam na sociedade. É isso que faz do processo de criação do conhecimento um processo imprescindível, porque ele se funda nesta diferença irreduzível de cada ser humano que vai, na medida em que dê frutos, ao que ele tem de melhor no seu potencial.

Do jeito como as coisas estão, as salas superlotadas, você tem uma relação meramente de visibilidade, os alunos te vêem, te ouvem, mas não têm acesso, não conversam e eu naquela massa de gente aglomerada dentro da sala não distingo um do outro, não distingo dois rostos,

se eu encontrar no corredor, não sei quem é aquela pessoa, não vou saber a fisionomia de ninguém, não sei o nome de ninguém, não sei o potencial de ninguém, não sou capaz de dar nenhuma espécie de estímulo específico a cada talento específico, eu como professor me sinto mortalmente frustrado e tolhido na minha possibilidade de ser professor, eu sinto que a minha inclinação, a minha vocação, o profundo entusiasmo que eu tenho de ser educador está completamente abortado nesta atual circunstância.

O que acontece na graduação, é evidente que vai repercutir na pós-graduação, qual é a qualificação que esta pessoa chega na pós-graduação, na pós-graduação de novo ela vai encontrar classes grandes, talvez não tão grandes quanto na graduação, a pós-graduação talvez vai ser um pouco menor, mais só um pouco menor, grande de qualquer forma, grande de qualquer jeito e não só por ser a sala grande, ele vai ter pouco contato com o professor, ademais os seus prazos vão ser muito mais restritos do que costumavam ser, logo ele vai ter que fazer sua pesquisa a toque de caixa sob a pressão de produção de números da respectiva administração da pós-graduação, enfim, o compromisso dele acaba sendo mais em cumprir prazos e cumprir rotinas e não em ser criativo e poder deslanchar seus melhores talentos, sua melhor criatividade para um destino que converja às necessidades do país e da população. Infelizmente por onde você olha a visão é profundamente amarga e de um processo de anomia.

Entrevista com o professor Marcelo Siqueira Ridenti¹⁵

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Marcelo Ridenti: Essa pergunta e as outras que você faz são todas muito difíceis, porque cada uma daria margem à quase uma tese. Eu diria que essa questão não é fácil, porque se você pega, por exemplo, o livro do Jacoby que ele fala sobre os Estados Unidos sobre os últimos intelectuais ele aponta uma coisa que aconteceu na sociedade americana, mas que me parece que acontece mais tardiamente em outras sociedades, inclusive na brasileira, que é, digamos assim, o intelectual ficar isolado de um debate mais público, ele fica, às vezes, por mais que seja radical o pensamento dele, ele fica isolado no câmpus universitário fora da vida pulsante da sociedade, então eu diria que essa é uma coisa que se coloca que não é tão simples romper com ela.

Em outros termos, nós poderemos dizer que numa sociedade que você está chamando do conhecimento ou da informação, a divisão do trabalho é tão sofisticada, tão avançada, que de alguma maneira você estabelece lugares para os diversos segmentos sociais, particularmente para os segmentos intelectualizados, inclusive para os segmentos intelectualizados acadêmicos na universidade que eventualmente possam ser críticos, até porque toda sociedade para se renovar precisa de crítica, é, então, aí está a palavra um pouco chave do que eu acho que é o lugar do intelectual, é uma tentativa, no caso especialmente dos intelectuais das humanidades, de pensar a sociedade, de pensar as transformações sociais, de pensar os problemas desta sociedade, embora você possa ter várias possibilidades desde uma transformação dentro da ordem como gostava de dizer Florestan Fernandes até uma revolução contra a ordem, mas mesmo os pensamentos mais revolucionários de alguma maneira encontram lugar nesta sociedade da informação, do consumo, às vezes é até paradoxal você ter intelectuais radicais que têm posições muito privilegiadas dentro da sociedade, isto aconteceu muito não só com os intelectuais, mas com uma parte da geração de 1968 que sobreviveu à repressão, muitas vezes, se colocaram muito bem à sociedade, tem até aquele filme do Hugo Giorgette chamado “O Príncipe” que é muito interessante, não é um grande filme, mas é muito interessante, porque ele faz uma série de ironia com os intelectuais que se enquadraram à ordem, mas mesmo que você mantenha um potencial crítico forte ele é profundamente institucionalizado, então é um pouco paradoxal, você tem uma sociedade a tal

¹⁵ Entrevista realizada pessoalmente na UNICAMP no dia 15 de março de 2006.

ponto já sofisticada que incorpora nas suas próprias instituições as críticas mais radicais contra as instituições. É, mas isso a meu ver não deve afastar o intelectual de pensar criticamente a sociedade inclusive a sua inserção que, muitas vezes, é uma inserção relativamente privilegiada dentro desta sociedade, não sei se te respondo tudo, mas talvez seja um esboço de resposta.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professor Marcelo Ridenti: Bom, constatando, existem as associações digamos sindicais de representação dos professores que eu tratei um pouquinho no livrinho que você leu, mas eu diria que esta não é a única, nem talvez a principal forma dos professores atuarem no espaço público. Nós temos as associações, no caso da Sociologia, a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Antropologia, no caso da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), tem a SBPC, há várias entidades digamos que são mais acadêmicas e pouco ou nada sindicais que também de alguma maneira organizam o trabalho intelectual e a comunicação com os pares e as pessoas mais abrangentes dentro da sociedade, no entanto, eu diria que talvez seja um problema essa possibilidade de vinculação maior, deveria ser muito maior, por exemplo, a universidade parece estar muito pouco envolvida com o problema da educação do primeiro e segundo graus, então é uma espécie de ilha muito privilegiada ou relativamente privilegiada não só em termos verbas, mas de condições de trabalho que deveria fornecer condições para um país que almeja romper com o subdesenvolvimento, criar melhores condições de vida para todos etc... Inclusive vida cultural, intelectual, não só material, mas que me parece que nem sempre a universidade se dá conta da necessidade desta vinculação mais forte com a sociedade mais abrangente que no fundo a sustenta, então me parece que isto é um ponto a ser debatido e melhorado.

Em relação aos pares há um intercâmbio não só no Brasil, mas até internacionalmente, você tem um número de seminários, de congressos no Brasil e no exterior que são muito significativos, o problema é justamente, às vezes, a vinculação do universitário, das relações entre os pares com o conjunto da sociedade.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor Marcelo Ridenti: Isso é uma coisa muito ambígua, porque essa Reforma foi feita durante a ditadura, dentro de um processo de modernização da sociedade brasileira que a gente pode dizer uma modernização conservadora. O que é ambíguo aí, é que essa Reforma de alguma maneira atendeu algumas reivindicações que eram próprias dos estudantes, dos professores especialmente, fim da cátedra, organização em departamentos, só que isso foi feito sob uma ditadura, com uma visão muito tecnocrática, mas é uma coisa um pouco paradoxal, porque embora a ditadura fosse uma ditadura, fosse repressiva, inclusive na área intelectual, ela tinha um compromisso com o desenvolvimento do país, da ciência, ainda que uma ciência supostamente neutra, uma ótica muito positivista da ordem e progresso, mas ao desenvolver o país, ao desenvolver a própria universidade, a ditadura de alguma maneira criou condições para que ela mesma não tivesse mais lugar, como é que você vai desenvolver a ciência, particularmente as ciências humanas e manter a ditadura, são coisas um pouco que contraditórias. A ditadura cria desde condições de trabalho novas com o desenvolvimento da indústria e, no caso da universidade, com uma certa sofisticação e internacionalização da ciência brasileira que não aceitam os limites dados pela própria ditadura, então é uma coisa paradoxal, essa reforma bem ou mal criou todo sistema de pós-graduação, de Mestrado e Doutorado, de dedicação exclusiva, são frutos desta Reforma que, no entanto, não era nada democrática, só que agora a pergunta que se coloca é até que ponto a universidade pode continuar funcionando assim.

O acirramento nos últimos anos é mais ou menos, às vezes têm algumas Reformas que são, por exemplo, a última reforma previdenciária nitidamente atrapalha as pessoas novas que estão entrando na carreira, então não sei se é exatamente a mesma lógica, mas pode ser um retrocesso em relação a esse mecanismo que conduzia a universidade na época.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Marcelo Ridenti: Talvez, um grande problema é que a universidade foi pensada para ser setores de elite intelectual mesmo, muito fortemente financiados para formar quadros, ela continua sendo assim, só que as exigências sociais são muito maiores, a sociedade cresceu muito, talvez a gente esteja vivendo neste momento este problema, há uma pressão enorme para que essa universidade, como aconteceu na França, na Itália, por exemplo, se torne uma “universidade de massas” entre aspas, ou seja, que dê acesso não a salas não só de 20, 30, ou 40 alunos, mas de 50, 60, 300, 400, eu diria que a gente está neste momento, algumas sociedades já incorporaram este aspecto, digamos de massas, e a universidade brasileira está

nesta transição, há uma resistência muito forte em que ela se transforme em uma universidade de massas, é aí realmente eu não saberia dizer qual é a solução, mas de alguma maneira ela tem que dar resposta a esta pressão que é legítima para que uma parte significativa da sociedade que conclui o segundo grau possa ter acesso ao Ensino Superior.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Marcelo Ridenti: Olha, eu acho isso mais ou menos relativo, se você pega a situação há quinze, vinte anos atrás a produtividade acadêmica era infinitamente menor e as condições melhores. Então você tinha professores bem pagos, estudantes com bolsas, se você pega, por exemplo, os dados estatísticos aqui do nosso Mestrado em Sociologia você vai ver que em momentos que você tinha muitos estudantes financiados, professores ganhando muito bem, a produção do programa de Mestrado era mínima, muita gente não terminava o curso, mesmo tendo sido financiado com verba pública. Isso hoje cada vez acontece menos, as bolsas são menores, tem muito mais concorrência para ganhar essas bolsas, as atividades dos professores são maiores, no entanto, há uma produção de livros, de artigos dos professores e mesmo dos alunos e o cumprimento de tarefas.

Burocracia não é necessariamente uma coisa ruim, a burocracia é ruim quando se torna um fim em si mesma, mas quando ela é um meio adequado para que a pós-graduação, por exemplo, atinja os seus fins, ela é necessária, não tem como deixar de ter uma coordenação eficiente na pós-graduação, na distribuição de bolsas, enfim, em todo sistema. O problema é se isso acaba virando um fim em si mesmo, você acaba fazendo tese sem qualidade, acaba entrando numa lógica que o que importa não é mais o conhecimento, mas alimentar ou continuar a carreira em si mesma, não necessariamente a quantidade irá se expressar em qualidade, embora eu tenha a opinião de que a ciência brasileira em geral e, particularmente as ciências sociais, claro que tem alguns trabalhos muito melhores, outros mais fracos, mas há um padrão médio bem razoável em várias áreas e isso se deve em boa parte a um investimento social na pós-graduação e você tem que responder, se alguém tem bolsa financiada publicamente, ele tem que realizar a pesquisa, é uma questão de responsabilidade social, então eu não diria que a universidade piorou, ela está se transformando inclusive na pós-graduação

por uma série de pressões que, às vezes, dão o que pensar, você tem um direcionamento muito forte para a especialização desde muito cedo na carreira, então pode correr o risco de perder um pouco a visão de conjunto, uma certa formação na Sociologia, na Antropologia, nas Ciências Políticas ou na Filosofia enfim, nas ciências humanas, você precisa ter uma visão de conjunto da sociedade, uma certa cultura geral que, às vezes, com a excessiva profissionalização e especialização fica prejudicada, mas de qualquer maneira eu não sou tão pessimista, meu pessimismo é de que pode haver uma ruptura com, digamos assim, um certo padrão médio, razoável já alcançado pela universidade brasileira, não é muito difícil destruir isso, talvez nas federais esteja muito mais forte do que nas estaduais de São Paulo, se você corta drasticamente os salários, os benefícios sociais dos professores, se você aumenta muito o número de aulas e de outras atividades, se você tem um descaso de financiamento dos laboratórios, bibliotecas, pouca verba para o ensino, você corre o risco de sucatear um padrão já muito razoavelmente bom que talvez só o México tenha um parecido na América Latina. Isso, digamos assim, por fatores externos, por fatores internos um certo corporativismo, no sentido da gente se fechar e imaginar que a universidade não tem que dar conta do seu lugar, do que ela significa para a sociedade, ela custa caro e é importante que a sociedade continue bancando isso, mas é importante que a universidade tenha uma ligação mais clara com essa sociedade mais abrangente para quem ela tem que prestar contas.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor Marcelo Ridenti: Olha, esse é um jogo difícil, porque você tem desde uma legitimação acadêmica no sentido mais estrito que é o fato da meritocracia, isto é, quem sabe mais, produz mais tem algum poder, mas você tem misturado com isso, devido a essa burocratização que é necessária a todo processo de gestão, de eficiência da coisa pública, então você tem um certo risco de que alguns professores acabem galgando posições de poder mais pela sua inserção burocrática do que meritocrática propriamente dita. Ao mesmo tempo, você tem aspectos políticos, não só de lutas de poder dentro da academia que são influenciadas por embates políticos no exterior, de fora, da sociedade mais abrangente, então se você fosse usar o Bourdieu, ele diria como se dá a luta no campo acadêmico, no campo científico, como é que se estabelecem os grupos, às vezes, isso é muito estratificado, outras vezes é menos, quer dizer às vezes é mais difícil .você furar este bloqueio, outras é menos difícil, mas aí é necessário estudar caso a caso para saber como é que se dá, não depende só de uma luta propriamente do campo, mas se muda o governo federal, por exemplo, muda a

direção do CNPQ, da CAPES, aí você vai ter naturalmente setores acadêmicos mais afinados com um governo ou outro. Então, digamos, este jogo político é uma dialética meio complicada entre os grupos dentro da academia e também na sua relação com os partidos políticos fora da academia, mas eu diria que essas coisas todas são muito juntas, a meritocracia, a burocracia e o jogo político dentro e fora da academia, mas o mais importante é a questão da legitimidade, isso vale não só para o espaço acadêmico no sentido estrito, mas vale também no que eu chamei aí de aspecto sindical. Eu diria que, muitas vezes, você tinha as ações de docentes que nos anos 80 tinha uma certa legitimidade que era não só sindical, mas também intelectual, hoje mais abalada, você tem associações de docentes hoje que têm representatividade, mas isso seria preciso pesquisar caso a caso e em que medida elas são representativas, porque muitas vezes acontece de você ter certos grupos muito aparelhados que tomam conta de um sindicato e não necessariamente representa o conjunto dos professores ou uma parte maior, a maioria deles.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Marcelo Ridenti: Ao que me parece tem um pouco esse paradoxo que eu te falei, as pessoas vão recebendo cada vez mais informações de ponta especializadas, mas com o risco de perder uma visão do todo, isso não é tão simples de resolver, desde Weber há cem atrás, ele já via um pouco isso na **Ciência como Vocação**, a tendência é a especialização, mas em Ciências Humanas faz parte você acompanhar um pouco o debate político, o que passa no cinema, no teatro, na música popular, enfim você tem que estar ligado um pouco no mundo, mas para isso você tem que despender tempo, estar sintonizado e, às vezes, as pessoas se tornam muito especializadas num tema ou outro e, digamos assim, muito pouco abertas num sentido mais amplo. Mas eu não sou pessimista nesse sentido, eu acho que cada vez mais nós temos acesso a mais informação, eu acho que a crise é uma crise de crescimento, tem muita gente entrando no sistema, um sistema que foi pensado para as elites mais ou menos extensas, mas ainda muito minoritárias num país como o Brasil, o risco é ao crescer e destruir esse sistema que mais ou menos funciona razoavelmente, enfim, ou o risco de você se encastelar nesse sistema e fazer de conta que não existem pressões sociais para que mude.

Entrevista com a Professora Maria da Glória Gohn¹⁶

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professora Maria da Glória: Bem, eu parto da concepção de intelectual na linha do Gramsci, que todos somos intelectuais. Primeiro dado, eu acho que isso é importante. Para mim, intelectual não é uma categoria específica, única, em um sentido único, porque todos os homens fazem uso de algum grau de racionalidade, do uso da razão. Portanto, o intelectual acadêmico é um recorte dentro de um universo maior e esse intelectual acadêmico hoje também teria que talvez devolver a pergunta: por que ao acadêmico? Que conceito de academia você está trabalhando para falar em intelectual acadêmico? Os que estão nas universidades? Passa por este recorte? Ou o que está na Academia Brasileira de Letras? Porque quando a gente fala às vezes do intelectual acadêmico, pode dar uma idéia daquele que fica um pouco na Torre de Marfim, apenas se distanciando com aquela visão olímpica da sociedade e que não tem uma relação com os fatos e acontecimentos do seu tempo. Então eu, a priori, já acho que tenderia a falar o que significa ser um intelectual nos dias atuais, e depois talvez, qual o papel deste intelectual dentro de uma estrutura universitária brasileira, etc. Qual o papel na sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação? Eu acho que os tempos históricos vão ganhando rótulos. No final do século XX se generalizou um pouco, dado ao avanço na área da informática, na área dos meios de comunicação, falar que estamos na era da informação e que o importante agora é o conhecimento; teve um período que teria sido ter dinheiro, teve um período que teria sido ter terras, teve um período que teria sido ter escravos. Então acho que isto também é uma concepção, de quem formulou isto e difundiu isso, que tem um certo grau de elitismo, nesta concepção. Porque a sociedade do conhecimento pressupõe que tem uma sociedade que não tem conhecimento, então também já está fazendo uma divisão na qual existem os sábios e os ignorantes. Eu acho que todos detêm algum grau de conhecimento, não é? Agora o que se poderia pensar é que há diferentes tipos de conhecimento e diferentes graus, certamente. Então há diferentes tipos de conhecimento, há um saber que remete a um saber acadêmico, um conhecimento que remete a um saber na parte da arte, há um conhecimento que remete na parte mística, religiosa; então são diferentes saberes que levam a diferentes conhecimentos e que coloca no centro da produção destes conhecimentos sujeitos também diferentes. Por outro lado, quando eu falo no conhecimento

¹⁶ Entrevista realizada pessoalmente no dia 18/05/2006.

dentro de um processo de investigação na universidade, ele não é espontâneo somente, porque eu estou na universidade e tudo que eu escrevo é conhecimento, não, acho que ele tem que ter alguns procedimentos, tem que ter algumas regras que estão faltando ao comportamento dos sujeitos que estão investigando. Por que? Porque esse conhecimento, do ponto de vista do conhecimento científico, ele não é dado de imediato, o que nós muitas vezes temos, principalmente nesta área do social, são representações sobre determinados fenômenos, determinadas coisas. E é preciso então, pensar, refletir, ver quais são as categorias básicas que estão envolvidas para entender a dinâmica destes fenômenos e para fazer uma leitura destes fenômenos que nos levem a entender as relações que estão constituindo e a partir destas relações ter efetivamente, produzir um conhecimento que explique esse fato, enquanto um fato de conhecimento, propriamente dito e não simplesmente um senso comum, um representação.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professora Maria da Glória: Novamente aí eu sugiro que talvez você, na sua dissertação, no seu trabalho, faça uma conceituação ou localização do próprio conceito ou categoria espaço público, porque não é um consenso, é algo que é um verdadeiro modismo até e, que, por outro lado, uma ferramenta conceitual importante resgatada a partir, por exemplo, da perspectiva de Hanna Arendt, e que leva a gente a olhar, no caso da universidade, de uma outra perspectiva, justamente na contra corrente daquela idéia da Torre de Marfim, mas do professor universitário que deve ter uma atuação ativa voltada para os problemas do seu tempo, não se omitir em termos de posicionamento sobre as questões e problemas que acontecem. Isto não quer dizer que a gente só vá analisar a presente conjuntura, mas ele pode estar analisando um tema que seja do passado, por isso, a universidade é importante, ela não pode ser utilitarista, voltada apenas para resolver problemas do imediatismo, ela tem que ser um centro de reflexão, de idéias. Mas tem que haver esta consciência, este compromisso de que este centro de reflexão e de idéias deve estar voltado, então, para a produção ou para desvelar este saber acadêmico de uma forma sistematizada e essa comunicação normalmente é estabelecida nos grupos de pesquisa, ou nos diferentes congressos, nos diferentes fóruns, jornais. Então, neste sentido, a tal sociedade do conhecimento e da informação nos últimos tempos tem ampliado esses fóruns e esses espaços.

Se você pega na área do professor propriamente dito, antiga escola primária e depois o ginásio, as possibilidades de aprimoramento via leitura, via revistas disponíveis, via congresso eram muito pequenas, hoje existe a possibilidade e um leque muito maior, se ele efetivamente usufrui disso tudo, a gente não sabe, porque a gente sabe que ele vive feito um táxi, dando aula aqui, ali, correndo, uma vida muito corrida. E essa comunicação com os grupos ou indivíduos em termos da sociedade civil, eu acho que, por exemplo, nós vivemos essa semana na cidade de São Paulo, algo que foi a extrapolação de um problema que vem já há algum tempo se avolumando, que estava mais explícito no Rio de Janeiro e, que de repente estoura em São Paulo, que é o problema da segurança pública. E o que é que nós podemos ver na mídia, tanto escrita, como na tv? Que há os formadores de opinião, a mídia que, ao mesmo tempo, nos bombardeou com imagens espetaculares e aterrorizantes, foi procurar nas autoridades e em professores universitários que coordenam núcleos de pesquisa, que já escreveram livros ou até na área da literatura, alguns intelectuais que se dedicaram na área da ficção escrever sobre a questão da violência. Acho que são momentos em que o intelectual se comunica com a sociedade civil de uma forma em que ele não se omite, ele explicita a visão de mundo que ele tem e a visão que tem daquele problema enquanto uma análise, uma abordagem.

Essa é uma questão emergencial, outra forma é quando ele vai para um congresso, de uma certa forma ele está 'publicizando', o termo acho que seria esse, o resultado de uma pesquisa. E outra forma é quando ele se articula efetivamente a uma assessoria, a um determinado grupo, a uma determinada ONG, a um determinado movimento, a um determinado programa de capacitação, a uma determinada secretaria de estado. Então acho que hoje nós temos este leque grande, dessa articulação do professor com a sociedade civil e política, não é só com a sociedade civil.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professora Maria da Glória: Na realidade a Reforma da universidade em 68, ela foi extremamente contraditória, eu não sei se ela significou realmente modernização, de um lado ela fez uma adequação de uma universidade que era ainda uma estrutura pequena, para um modelo de um país que acabava de se integrar mais plenamente nas políticas mundiais, porque integrado nas políticas mundiais ele está desde que chegaram aqui os primeiros para levar o pau-brasil, etc; não vou dizer que é de época do descobrimento, porque eles não descobriram nada, já tinha gente morando aqui. Mas, por outro lado, a Reforma de 68, acho que tem que

entender o momento de 68, de um lado tinham coisas que acabavam com a cátedra que colocava alguns itens considerados modernos com aquela estrutura medieval ainda existente, por outro lado, ela representou um profundo cerceamento à liberdade em várias questões e elas vinham ao encontro ao momento político então vigente; ela acabou com a questão dos centros acadêmicos, implantou os diretórios, ela colocou também a disciplina semelhante a Moral e Cívica que foi os Estudos Brasileiros. Certamente depois, as universidades, cada uma soube a seu modo redefinir isso, fazendo ciclos de debates, estava lá também previsto. Então ela veio em um momento que era um momento de cerceamento, ela veio para dar um basta a maio de 68, que não foi movimento só aqui, não foi movimento só de reação contra o Golpe de 64, era um movimento mundial em que a França teve um papel fundamental, mas ao mesmo tempo a Reforma de 68 foi prenúncio, um pouco, em alguns aspectos do que depois veio a logo em seguida. Então eu não colocaria também como um processo de modernização, até que eu for recuperar naquela época estes termos moderno/modernização/modernidade, eu acho que também precisa estar muito bem definido o que você está entendendo, porque eles têm conotações, pelo menos na área da sociologia, muito diferentes, uma coisa é eu falar: Semana da Arte Moderna de 1922, Tarsila Amaral, etc, o papel que eles representavam aqui e para o próprio desenvolvimento da cultura nacional. Outra coisa é quando eu falo da Teoria da Modernização dos anos 60 que estava muito fincada em toda uma ideologia de que nós tínhamos que se integrar à nova ordem mundial, de que o país até então agrário e exportador, ele tinha que se industrializar, de qualquer forma, a ferro e fogo e, portanto, esta integração teria que adquirir os hábitos, os costumes, as modas para se integrar a esse eixo produtor, porque nós não iríamos apenas exportar matéria prima, mas também passaríamos a produzir aqui o que antes era produzido fora. E, portanto, esta modernização passava uma borracha e declarava como atrasado tudo que era local, tudo que era manifestação própria, uma especificidade de uma cultura e modernizar era então entrar neste mundo dos valores, que no fundo era um mundo branco americano, chamado primeiro mundo e nós éramos o terceiro, quarto, por aí. Então as teorias da marginalização que geraram outras, que geraram as teorias da marginalidade, então marginal era aquele que não tinha os hábitos, era o pobre, era o que ainda não adquiriu os valores urbanos e que ainda estava preso àquela visão comunitária, ele teria que adquirir uma visão societária. E com isso ser moderno, digamos a modernização na época negava qualquer especificidade. Bem, nós tivemos os anos 70, 80 e nos anos 80 veio esta história do moderno, ser moderno. Até que nos anos 90 se impôs isso daí, junto com o termo globalização, então se a gente não adquirir determinadas práticas o cara não é moderno, fazer uma abordagem estrutural ele é ser jurássico. Na academia ser moderno era ser aberto a

novas abordagens, a subjetividade ao micro, etc. Portanto, ser moderno implicava em uma negação do que ele foi até então e adquirir algo que certamente estava articulado a este mundo da informação, da comunicação, do avanço, do progresso. Ou seja, cada época histórica acaba engendrando um certo modelo como parâmetro baseado sempre em aqueles que tem poder econômico, pode político e essas pessoas colocam um pouco os parâmetros no plano da cultura, no plano dos ícones do desenvolvimento econômicos, no plano político e, a partir disso, todos os demais, porque eles têm o controle das verbas e dos financiamentos, os eixos das pesquisas mudam, as prioridades. Se você pega, por exemplo, os congressos, os termos que eles tratam, para isso você tem que fazer uma análise histórica e fazer recortes, então você vai pegando ciclos e cada ciclo vai ter a sua leitura. Então, essa história de modernização da universidade e que foi acirrada nos últimos anos eu acho que se trata de um falso debate no fundo, porque eu acho que a questão não está, a questão é como se dá o processo de acumulação em diferentes períodos históricos, como que neste processo de acumulação em diferentes períodos históricos os diferentes sujeitos se articulam, como esta acumulação acaba sendo apropriada e como aqueles que estão inseridos ou são chamados a serem inseridos neste processo ou estão excluídos, resistem ou sobrevivem neste modelo, ou modelos.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professora Maria da Glória: Acaba de ser promulgado ou está sendo promulgado, ou já foi promulgado, está em vias de conclusão a nova Reforma Universitária que abrange todo o sistema não só o público, mas o privado. E quando fala no público eu também acho que nós temos que pegar 2 níveis, ou 3 níveis. Um deles é a diferença entre Federais e as Estaduais e as diferenças entre universidades por regiões no país. Porque generalizar e só falar universidade pública, não é muito correto, porque as realidades são muito diferentes. Agora, sem dúvida, que há alguns problemas comuns. De repente deu-se conta de que a universidade pública não crescia o número de câmpus construídos desde a década de ‘não sei das quantas’, 60, 70, o número de vagas idem, houve por força da Constituição de 1988 a criação dos cursos noturnos, a maior parte, a grande parte das universidades tiveram que criar cursos noturnos e, no caso das estaduais, principalmente, sem aumento de quadros, com aqueles professores já existentes. Então uma universidade que oferecia 100 vagas passou a oferecer 50 e 50, de manhã e de noite, sem aumentar propriamente o número de vagas por não ter condições, porque o número de professores não tinha aumentado. Então os concursos, as contratações, são muito lentos, tem sido muito lentos. Tem todo um discurso de que se destina

não sei quantos % do orçamento que vão para as universidades públicas, mas se você for ver de fato as necessidades estão muito aquém deste tamanho. Porque de fato, tem sido muito pouco dinheiro para a educação, como um todo. Então na hora de ver o quinhão que vai para um setor e para outro, está indo mais para universidade, mas falta escola básica como está faltando para universidade, em termos de verbas. Todos os governos têm muitos discursos de fato e muito pouco aporte financeiro. Isto é um dado. Segundo dado, as reformas que estão aí, se de um lado tinham algumas reformas que foram necessárias do ponto de vista da estrutura universitária, alguns corporativismos e muita coisa que, de fato, estavam um tanto quanto arraigados e que precisavam ser reestruturados, por outro lado, a gente viu que estas reformas foram feitas de cima para baixo, promulgadas e que, no caso das universidades públicas, provocaram uma verdadeira, no final, desestruturação com as corridas das aposentadorias, em um procedimento ao contrário do que a gente vê no exterior, no qual aqueles professores, os mais titulados, com mais experiência, eles tem lugares dentro da estrutura universitária disputados até, de estar aqui, ou de estar ali; e aqui não, foi quase um processo de exclusão, porque para você continuar na própria estrutura que estava você não tem vantagens e nada, ao contrário. E ao mesmo tempo, como eles estimularam muito o crescimento das particulares no final dos anos 90, está ocorrendo uma grande demanda e procura de profissionais qualificados nas particulares, então houve esta enxurrada de transferências de umas para as outras. Então esse cenário aponta para um quadro bastante desolador nas universidades públicas. Eu faço muitas palestras em universidades em várias partes do Brasil, semana que vem estou indo para Manaus, na outra eu estou indo para Belém e quando se vai, principalmente, nessas universidades no Norte e Nordeste, a pobreza de infra-estrutura, de más condições, aliás, não é só Norte e Nordeste, eu estive há cerca de 1 mês atrás no Rio de Janeiro também e fui participar de um concurso público de uma unidade que se localiza no prédio da própria reitoria da UFRJ, lá na Ilha do Fundão e, por exemplo, o banheiro feminino não tinha pia para lavar a mão, porque quebraram e eles tiraram. Antigamente se falava não tem nem papel higiênico, agora não é só papel, porque papel você pode levar, agora a pia se não tiver a água você não vai levar. Então estados lamentáveis de infra-estrutura, de falta. E em um momento, uma coisa contraditória, é que acho que nunca se teve tantos grupos de pesquisa, nunca se teve tantas publicações por força até das forças políticas que estão aí e que cobram produtividade, produtividade, nunca se teve tantas publicações, tanta efervescência de eventos do que agora. Então realmente esses que produzem eles fazem o que aí no passado se falava ‘das tripas o coração’. Como essas produções são concluídas passa muito por um esforço sobre-humano, passa muito por um investimento pessoal grande, porque hoje a gente trabalha

90% na própria casa, com seu computador, com as suas condições de trabalho. Para explicar com é que estão essas universidades hoje.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professora Maria da Glória: Eu não acho que o que se produz hoje seja algo que, de um modo geral, tenha uma qualidade melhor ou pior do que no passado, é porque talvez no passado e quando eu falo neste passado, estou dizendo, por exemplo, década de 70, parte de 80 na qual de fato na pós-graduação os períodos para se fazer uma dissertação ou uma tese eram maiores, então quando aquele trabalho ficava pronto acabava sendo um best-seller, um ícone, um referencial, porque ele era um trabalho que passou por várias etapas, discussões e teve trabalhos que até antes de serem publicados foram tão consultados, mesmo antes deles virarem livros, tão consultados que se tornaram verdadeiros clássicos.

Mas hoje há uma produção que é uma certa massificação no sentido de que se cobra produtividade, se entra vinte, porque é que não sai o vinte? Portanto, deveria estar também depois de tantos anos ter vinte teses e dissertações naquele programa. E, além disso, a gente observa cada vez mais os alunos chegando da graduação com formações mais aligeiradas do que no passado, porque justamente os professores, como um todo, estão envolvidos em múltiplas frentes e não tem condições de uma dedicação total, exclusiva para esta formação inicial, aí o aluno chega lá na pós-graduação com muitos buracos, o que ele deveria ter aprendido na graduação ele vai aprender na pós e então ele tem que terminar em 2 anos. Isso, é uma realidade atualmente.

Por outro lado, nunca também, alunos e professores tiveram as possibilidades que existem hoje de acesso a textos na informática, via Internet de se ter inúmeros de eventos que existem na área. Hoje o problema não é tanto ele não ter o material; quem lembra nos anos 60 para a gente ter um texto sobre determinado assunto só tinha no estrangeiro, só tinha um livro, nós não tínhamos xerox, não existia isso, era mimeógrafo e outras coisas mais, que eu nem lembro, mas que nem xerox existia ainda. Mas, realmente a circulação de idéias era muito pequena. Hoje eu acho que a dificuldade está em selecionar. As pessoas entram em um programa se não tiver muito bem delimitado qual o seu problema, objetivos, roteiro

metodológico, a pessoa pode perder tempo de ficar fazendo inúmeras leituras, se não tiver um eixo. E hoje em dia não perder tempo acabou sendo uma máxima e tem que ter consciência disto e, portanto, qual informação, saber selecionar a informação é uma questão chave para que justamente essa tal produção, como se diz hoje, do tempo do trabalho científico, ela se realize neste período.

Também, esses prazos mais curtos têm feito com que as próprias exigências dos orientadores tenham se redefinido, no sentido de estudos mais focalizados, mais pontuais e aqueles trabalhos mais abrangentes que trabalhava com amostras, que faziam pesquisas que tinha não sei quantas etapas, testes, pré-testes, isso tudo parece desapareceu. De uma certa forma os estudos que tinham testes, pré-testes muitos deles eram relativistas, não sei se precisava tantas etapas assim para comprovar o que muitas vezes já estava como dado. Agora, por outro lado, também ocorreu nos anos 80 uma confusão nos métodos de pesquisa entre os alunos falarem “eu estou fazendo um estudo qualitativo, minha metodologia é estudo qualitativo”, mas não define o que é este qualitativo. Eu ouvia a fala de uma pessoa como você está ouvindo a minha e transcrever essa fala por si só seria o seu trabalho. O estudo qualitativo, ou seja, a transcrição literal de uma entrevista em si não é a produção do conhecimento, ela tem que ser dado, elemento, a fonte de informações para reflexão, que é uma análise segundo determinadas categorias, para depois em um segundo momento se estar escrevendo. Então hoje a gente vê vários trabalhos que são meras transcrições de depoimentos e acha-se que com isso está fazendo um estudo que é qualitativo e que se ouviu sujeitos, a fala dos sujeitos passam ser a verdade, como não tem um critério comparativo, uma categoria que passe, um embasamento entre a fala do A, do B, do C, é como se o gravador passasse a ser o instrumento, na hora que você ligar a gravação direto na Internet, porque já existe alguns programas, alguns equipamentos avançados, elimina o pesquisador. Por que o que é que o pesquisador fez? Ele veio com gravador aqui, conectou lá, clicou, imprimiu, está pronto. Então se vê que essas facilidades podem caminhar para estes absurdos e para estas confusões. Eu acho que uma formação é fundamental, uma formação metodológica, uma formação das etapas de pesquisa. Certamente que isso leva um tempo e essas reduções de prazos tem sido um verdadeiro desastre. Eu não acho que se deva voltar àquele tempo em que um estudante levava 10 anos para fazer um mestrado, mas também 24 meses eu considero insuficiente. No mínimo deveria manter 36 meses, 3 anos. Essa é minha opinião. Isso com relação principalmente a número 5. A número 6, da qualidade do trabalho, das bancas, ser crítica, reflexiva, eu acho que eu, de uma certa forma, me posicionei a este respeito.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professora Maria da Glória: O Brasil conseguiu constituir um sistema de pós-graduação e paralelamente criar agências de apoio e fomento à pesquisa, não só em termos estaduais como federais, no plano estadual a FAPESP foi um modelo inicial que hoje é reproduzida em vários estados do Brasil e, ao mesmo tempo, a CAPES, CNPQ, no apoio direto aos programas e no apoio aos eventos científicos de divulgação aos programas tem sido algo fundamental e que distingue o Brasil de outros países da América Latina e até do mundo, porque às vezes a gente vai a congressos internacionais e eles falam “nossa, mas lá pagam para vocês irem a congressos? Tem agências que faz isso?” Em vários países o pesquisador tem que acumular os seus recursos, tem que arrumar um projeto, tirar da verba do projeto, se virar para ter estes apoios. E aqui nós temos linhas, temos chamadas, temos várias políticas de estímulo à pesquisa e investigação. Eu acho que isso é importante, é algo que a gente não pode, eu sou absolutamente contra estas pessoas que quando se fala em CAPES e CNPQ, acha que simplesmente é só burocracia, só nos atormentam. Eu acho que isso é uma visão simplista. Por outro lado, progressivamente, estes sistemas foram crescendo e foram tendo que implementar sistemas de avaliação e daí é que os problemas vão crescendo. Porque os sistemas de avaliação, dada a dificuldade de número dos programas que foram crescendo, os comitês continuam não sendo tantos e a dinâmica, e isso tudo está amarrado às burocracias do Estado que é lenta, processual e atrelada à ênfase, às verbas, a projetos, então o que a gente observa? Que estas avaliações cada vez mais enfatizam o quantitativo e não o qualitativo. E no quantitativo basta você falar “eu estive em tantos, congressos, produzi tantos livros, fiz tantos ‘issos’, tantos ‘aquilos’”. E para entrar no qualitativo, propriamente dito, que tem várias dimensões, não só do ponto de vista efetivo dos procedimentos, das metodologias, da competência, se é que se pode usar este termo, mas também do significado daquilo em termos de temas relevantes, de coisas significativas, articulados a questões que efetivamente contemplem algumas prioridades para o desenvolvimento do país, ou prioridades ligadas a setores que são excluídos, os mais necessitados, etc..., não existe esse lado, você simplesmente digitou lá que publicou tais e tais. Você tem também redes, então depende, quem já está nestas redes dos pertencimentos das estruturas acadêmicas, já tem trajetórias e já tem caminhos constituídos. Para os novos está cada vez mais difícil. Eu, por exemplo, estou coordenando um GT da ANPOCS, no ano passado este GT recebeu 98 propostas de resumo e eu tinha que selecionar 12, este ano ele está em andamento de novo, termina semana que vem

e até ontem tinha 68, provavelmente vai atingir os 100 tranqüilamente, porque todo mundo deixa para última hora, eu só posso selecionar 12, que é o número que cada GT tem.

Fica muito difícil, porque aquele que é o pesquisador sênior que está no topo é cobrado que se tenha produtividade então ele sempre vai querer estar... E o novo? Onde é que entra? Então a gente faz critérios, tem que misturar, tem que ter o sênior, tem que ter o que está entrando, tem que ter de diferentes regiões, não pode ser todo mundo só do Sul, não pode ser todo mundo de pública. Mas por mais que se misture, misture, você tem um limite muito grande, eu não posso passar daqueles 12. Neste ano criou e parece que vai ter alguma coisa que seria exposto, que na ANPED já tem, mas que na ANPOCS não tinha, então isso vai dar um respiro para ter uma meia dúzia lá de pôsteres, mas ainda é muito pouco em face da demanda. Os números dos participantes nestes últimos congressos da ANPED, da ANPOCS, Sociedade Brasileira de Sociologia, tem sido de 10 mil para cima. Então é uma coisa, de repente, a cobrança do sistema gera também a necessidade da apresentação. Eu acho que a gente tem que criar também, formas de divulgação desta produção que ou alarguem as existentes ou formas de diferentes maneiras de que os mais jovens tenham esta oportunidade, o que está cada vez mais difícil.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professora Maria da Glória: Se você vai entrar para esse lado, outra categoria que seria interessante também você pelo menos nomear: Poder. É uma perspectiva Weberiana ou uma perspectiva mais crítica, do ponto de vista da dialética, das relações de poder que se articulam em universos que tem a ver com estruturas maiores ou uma perspectiva mais estrutural, ou fenomenológica na qual você tem, até o próprio Foucault que tem os núcleos de poderes; ela não é uma categoria de definição única e é claro que você tem que coordenar isso com o restante, que você não pode para cada categoria escolher um autor e cada um ter um perfil, mas isso é trabalho lá da Ester, a sua orientadora. Certamente que ela tem toda a competência para te por no caminho quando você estiver com alguma coisa muito disforme um do outro. Dentro da universidade a questão das relações de poder é um tanto quanto constitutivas. Desde que a universidade é a universidade. Você pega as mais antigas Bologna, Coimbra, têm 700 ou 800 anos e que no fundo reproduziam naquela época relações de poder que estavam na igreja, porque nasceu lá um pouco debaixo dos parâmetros da questão da igreja, propriamente dita, na estrutura da igreja. Como é que esse poder se desenvolveu, se transformado, se a gente for olhar hoje? Tem os cargos mais burocráticos, tem pessoas que tem perfil para isso,

às vezes o professor é super competente do ponto de vista da docência, da relação com os alunos, da sua própria produção acadêmica, mas que efetivamente tem uma dificuldade profunda, em estabelecer relações, articular relações com um conjunto para formar consensos. É interessante usar algumas reflexões a este respeito. Tem um ditado chinês que eu acho bastante interessante, é mais um senso comum, mas que diz: Há pessoas que são iguais uma agulha, elas estão sempre tecendo, costurando, agora tem pessoas que são como tesouras, estão sempre cortando. Entram aí características pessoais, de personalidade, entram características da formação da pessoa, visão de mundo, consciência da responsabilidade dessa pessoa naquele momento, porque muitas vezes você está em um cargo de chefia, de poder e efetivamente você tem que construir não a partir de cima para baixo, porque isso é autoritarismo, uma coisa que você queira impor, mas a partir de uma discussão conjunto que defina qual o melhor para aquele grupo naquele momento. Ainda que possa vir um pouco contra, ou seja, o poder e o exercício da democracia são coisas extremamente difíceis e o que a gente vê no interior da universidade? Eu me recuso um pouco ao “no interior da academia”, eu não gostei deste termo, eu sei que ele é da sua pesquisa. Eu acho que essas estruturas de poder, cada vez mais a universidade com essa cobrança, essa burocratização, ela acaba criando determinados nichos para determinados grupos e é muito difícil. Tem aquele discurso de poder, da democratização, da descentralização, mas de fato a gente está tendo uma multiplicação, uma certa acomodação de diferentes grupos e nichos de estruturas de poder e eu acho que a própria universidade com essa crise que está aí, pensando na universidade pública, a forma como ela tem sido questionada e ao mesmo tempo desprestigiada por essas políticas que tem privilegiado as particulares em detrimento das públicas, se não houver essa consciência deles reformularem projetos em função de uma pluralidade, eu acho que começa haver uma auto-destruição. Esse poder, se exercido exacerbado, ele pode levar a própria destruição de algumas coisas que poderiam resultar ao contrário, se tivesse um projeto. O que falta, muitas vezes, em determinadas unidades, estou falando unidade pensando na universidade como um todo, se tivessem projetos políticos, pedagógicos, de desenvolvimento. Eu acho que isso poderia romper projetos que costurassem as diferenças que nunca devem ser eliminadas, elas devem ser trabalhadas. A gente acredita que isso é possível ou a democracia fica impossível.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professora Maria da Glória: Há uma certa consciência de que nessa formação, os tempos estão curtos, elas estão aligeiradas, tudo tem que ser mais rápido, há um número enorme, um

acervo enorme de informações que precisa ser qualificado, para que não haja uma fragmentação e a pessoa se perca nessa fragmentação, que saiba focalizar efetivamente o que vai ser abordado, mas sem perder visões de conjunto, que é o que falta, essa formação cada vez mais do jeito que ela é colocada de uma forma competitiva, de uma forma que cada vez mais “produtividade, produtividade”, cada vez mais a formação política é jogada fora e quando eu digo política não estou colocando partidária, porque eu acho que isso é um dos problemas que se teve no passado ligado ao corporativismo e quando houve uma mistura justamente, mas a política enquanto visão do mundo, enquanto efetivamente posições, críticas e não simplesmente entrar em um projeto que tem verbas ou porque quer agradar o Ministério X ou Y, Z, ou porque quer salvar algum tipo de orientação. Eu acho que efetivamente, essa formação política falta, está ausente na maior parte dos intelectuais, mas, por outro lado, cada vez mais há essa troca, essa possibilidade de diferentes congressos, informações que também contribuem para uma formação que se dá na prática. A tal da práxis vai surgindo como um produto quase que a reboque disso tudo. Não se tem muito tempo para ir a teoria, para ir aos livros, mas se cobra muito um exercício prático cotidiano de se estar em 500 lugares ao mesmo tempo. Disso tudo, entre pouca teoria de um lado e um excesso de um pragmatismo voltado para uma reprodução em vários lugares e locais simultaneamente, acaba traduzindo em uma práxis, que apesar da ausência do olha político, está fazendo com que as experiências reflitam neste tipo de formação deste profissional, que é um profissional diferente do que nós tínhamos há 30 ou 40 anos atrás, que estava mais mergulhado naquele universo da universidade e seus problemas e, de repente, um ou outro que extrapolava e então ele era ‘o intelectual’, como Celso Furtado. Mas era um ou outro, a grande maioria estava mergulhada, fechada nas 4 paredes dos seus afazeres. Acho que hoje a circulação de idéias e a circulação das pessoas podem trazer coisas novas que poderão vir em vista da produção do saber.

Entrevista com o professor José Luís Sanfelice¹⁷

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Sanfelice: Um intelectual acadêmico no dia de hoje é, quase via de regra, um profissional bastante burocratizado e com condições de trabalho em precarização. Responde, no seu cotidiano, a inúmeros prazos, preocupa-se com metas quantitativas delineadas pelas instituições em que atuam e também pelas agências de financiamento das pesquisas. Isto significa, antes de tudo que, ser um intelectual acadêmico hoje, é ser um trabalhador assalariado dentro de um universo de relações que seguem tanto a lógica de mercado para o mundo do trabalho, como se submetem a uma quase ditadura do modelo hegemônico da ideologia neoliberal. O papel de grande parte destes intelectuais tem sido o de difusores de informações e bem menos o de produtores de conhecimento até mesmo sobre a realidade em que todos nos encontramos mergulhados. Informa-se sobre tudo, explica-se pouco.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professor Sanfelice: Professores universitários possuem sindicatos, associações, encontram-se em fóruns, simpósios, congressos, colóquios, seminários etc...Realizam intercâmbios interinstitucionais de caráter nacional ou internacional. Costumam se apresentar a diferentes públicos com palestras, conferências e podem ocupar espaços da mídia para expor opiniões ou sugerir análises. As publicações destes profissionais costumam ser dirigidas ao público acadêmico, mas também podem buscar outros públicos. Há profissionais engajados em movimentos específicos da sociedade, nos governos, nas empresas, nos partidos políticos e uma infinidade de outras participações.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor Sanfelice: A modernização é um fato. Os reflexos dela estão, por exemplo, na minha resposta à questão 1. Foi feita com base numa racionalidade técnica e de economia de recursos. Hoje, superestima os fins quantitativos e não qualifica os meios. Os sujeitos do

¹⁷ Questionário aberto aplicado via Internet.

processo tiveram diminuído o seu poder de decisão e trabalham sob demandas, prazos e resultados. Todo o processo universitário hoje está mais desumanizado. A modernização não veio acompanhada de democracia ou de deselitização das instituições públicas. As ciências humanas são muitíssimo inferiorizadas.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Sanfelice: Dentre os muitos problemas vividos pela universidade pública hoje, vejo a despolitização dos seus quadros (professores, alunos e funcionários) como um dos mais importantes. A naturalização do processo de privatização do público pelo interesse privado, tornou-se uma constante. O atrelamento da universidade, cada vez maior, aos interesses da produção material, torna-a manca. Por outro lado, temos também os problemas dos grupos internos que se especializam em controlar os destinos da universidade. Não querem largar nunca o poder e viciam a universidade. Para quem destas questões filosóficas e políticas, os problemas são conhecidos. Salários em queda, precarização material, ampliação crescente do número de alunos por sala de aula, formação desqualificada de docentes e ainda: a elitização de sempre.

Questão 4 (segunda parte)

Para amenizar problemas de diferentes ordens teríamos que ter diferentes medidas. Na gestão das universidades seria necessário garantir-se alguma coisa como um certo rodízio das áreas de conhecimento, não de forma exclusiva, mas de modo a diminuir a verdadeira ditadura das chamadas áreas fortes sobre as demais. Os recursos públicos para a educação deveriam se concentrar no setor público e jamais serem repassados para as instituições privadas, independente do pretexto. A formação de professores necessita de uma maior autonomia por parte das instituições formadoras e não da ditadura das agências de financiamento, por exemplo.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Professor Sanfelice: As universidades são muito diferentes. Algumas produzem pesquisas relevantes para a produção, para a definição de políticas, para responder às necessidades sociais ou para a formação profissional. Outras universidades são muito mais só de ensino e quase ou sem nenhuma produção científica. Os prazos mais curtos de formação da pós-

graduação, no caso das ciências humanas, tem levado a uma produtividade improdutivo. Veicula-se por demais a mesmice e poucos trabalhos são realmente avanços de alguma relevância.

Priscilla: Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Sanfelice: Não, não e não. A crítica e a reflexão, hoje, são pérolas no deserto. Nas ciências humanas vem imperando a descrição do particular. Abandonou-se a grande narrativa e a busca de uma visão macro das relações entre as partes dentro de um todo. Faz-se muita literatura e jornalismo, mas pouca ciência.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professor Sanfelice: Em geral não passa de uma avaliação quantitativa. São poucas as chances de avaliações qualitativas. Sabe-se que aumenta o número de mestres e doutores, mas não se sabe muito sobre as dissertações e teses que realizaram. As análises comparativas também não vão muito longe: costumam comparar coisas muito desiguais.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor Sanfelice: Vários parâmetros. As áreas que conseguem atrair maiores recursos para o interior da academia são mais poderosas na prática, uma vez que definem políticas. As relações de poder também passam pelas interferências dos partidos políticos no poder e na universidade. Há ainda o poder que emana dos sujeitos que, por razões diferentes, aglutinam grupos de acadêmicos e atuam com objetivos deliberados. Por fim, vale também o prestígio científico do próprio acadêmico.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Sanfelice: É uma formação cada vez mais aligeirada, segmentada e utilitarista. Os formandos não têm tempo nem mesmo de amadurecimento pessoal, ficando inclusive difícil que possam ver também os próprios limites. Cada dia confunde-se mais informação com conhecimento e há uma forte tendência a uma maneira única de pensar. É uma ditadura pedagógica sobre o pensamento em formação. Cada dia estamos todos quase que pensando só

a mesma coisa. O distanciamento, a crítica e a reflexão estão fora de moda. É a correspondente da globalização no pensamento e na formação dos acadêmicos.

Professora Ângela Viana Machado Fernandes¹⁸

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professora Ângela: Ser um intelectual acadêmico nos dias atuais fica além de você estar refletindo sobre o conhecimento, é você estar possibilitando que essa reflexão se passe também não só no âmbito da universidade, mas no âmbito externo, eu acho que não tem sentido um trabalho acadêmico voltado só para os seus pares. Eu sou coordenadora do CUCA, do cursinho pré-vestibular para alunos carentes e, eu percebo que os nossos alunos que estão envolvidos com esse processo, com esse projeto têm uma visão distinta, a gente faz essa reflexão acadêmica o tempo inteiro, intelectual, em busca de textos que nos dêem subsídios até para estar fazendo um olhar sobre a realidade, mas se você não se propõe a interferir nessa realidade, para mim, o papel do intelectual se fecha, não vale só você buscar na bibliografia, nos livros, subsídios para você pensar a história sem estar se apropriando dessa história para estar reconstruindo.

Acho que o papel é esse, o papel é de interferência é de, na medida do possível, estar suscitando a reflexão, então eu acho que se eu tenho a possibilidade de estar me utilizando da universidade pública para estar chegando ao conhecimento, eu tenho que estar passando este conhecimento de uma forma que a sociedade como um todo possa refletir. Eu acho que é ir para as comunidades, ir para os bairros, é estar o tempo inteiro possibilitando esta reflexão.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ou indivíduos e grupos da sociedade civil?

Professora Ângela: Olha, aqui dentro da universidade é raríssimo isso acontecer, muito difícil. Eu sou agora chefe do departamento de novo, eu tento dentro do meu departamento que a gente faça uma reflexão básica das disciplinas que a gente oferece, qual a bibliografia utilizada, a gente percebe que, muitas vezes, um repete a bibliografia do outro, mas isso não se dá, eu não sei muito porque, eu não entendo qual é o processo interior das pessoas que elas são arredias. Eu estou há vinte anos na universidade e existe mesmo uma dificuldade para estar discutindo aqui dentro. Agora o que eu observo é que existem grupos de pesquisa, eu tenho o meu grupo de pesquisa que é um grupo também voltado para projetos de extensão,

¹⁸ Entrevista realizada pessoalmente no Departamento de Ciências da Educação (FCLAR-UNESP), dia 22/05/2006.

além da gente estar fazendo a reflexão teórica aqui dentro a gente volta para a comunidade para estar discutindo diversos assuntos: prevenção às drogas, a questão da disciplina, a questão da autoridade, a questão de minorias, a gente tem tentado estar se articulando com a sociedade, mas isso não é o que acontece em todos os grupos, tem grupos que são especificamente teóricos, estão aqui dentro da universidade para discutir textos teóricos e não se articulam com a sociedade, não que isso não possa acontecer no momento em que existe a reflexão individual dos membros que participam do grupo, mas não é essa a proposta dos grupos. Também não digo que a minha proposta é a melhor, eu só acho que tem que existir uma articulação da universidade com a comunidade senão ela não tem sentido e a articulação acontece em diferentes níveis, um deles é esse trabalho que eu desenvolvo junto à comunidade.

O retorno que a gente tem que dar para a comunidade, nós fazemos pesquisa, nós temos que dar o retorno para a comunidade, se eu faço uma pesquisa direcionada para o universo escolar formal ou informal, eu tenho que dar esse retorno seja da forma que for. Para mim, essa articulação acontece, mas não é modo operante das pessoas dentro da universidade.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professora Ângela: Eu acho que houve um processo na verdade, eu não sei te dizer antes, porque passei a fazer parte do quadro da universidade em 86 e entrei na graduação em 75, o que eu observo é que se tinha até então um modelo estruturado de forma que o conhecimento não era tão compartimentalizado e aí você tinha troca maior entre as pessoas, você não tinha essa coisa de apropriação mesmo, essa é minha parte você não interfira, essa é a minha, você não tinha os departamentos, você tinha um maior intercâmbio do conhecimento e isso fazia com que, de fato, houvesse uma troca mais humana entre as pessoas. Para mim, esse processo de modernização foi um modelo implementado que veio compartimentalizar mesmo e aí, por exemplo, aqui na FCL nós temos três departamentos de Educação, um de Psicologia da Educação, um de Ciências da Educação que é esse que eu trabalho e um de Didática e cada uma trabalha sozinha. Então isso é um absurdo num momento em que se entende hoje no século XXI que o conhecimento tem que ser cada vez mais contínuo, ele tem que ter essas intersecções, essas interfaces e aí quando eu discuto algo de Psicologia, por exemplo, na minha disciplina de Ética e Cidadania que tem a ver com Psicologia também, que tem a ver com Didática também, eu estou sozinha, porque não existe essa troca. Então eu acho que a Reforma de 68 veio provocar uma ruptura do conhecimento e as pessoas começaram a achar,

por exemplo, na Educação, que a prática era distinta da teoria, sendo que é impossível ter essa visão e as questões fundamentais para o conhecimento foram se desarticulando, então eu dou Sociologia da Educação, eu dou História da Educação, eu dou Psicologia da Educação. Existe um recorte definido como se isso pudesse haver de fato e não é isso, eu sinto muito. Agora é o que eu te digo eu não sei como era antes, eu sei de ouvir falar, não conheci o trabalho direto, embora existisse a cátedra você tinha uma discussão maior do conhecimento, você vê os grandes pensadores, os grandes profissionais que estiveram na universidade antes disso, eles perpassavam pelo conhecimento de braçada.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professora Ângela: Veja, eu acho que às vezes as pessoas dizem que o problema na universidade pública está voltado à dificuldade, principalmente na área de humanas, existe um descaso na área de humanas, isso dificulta muito o nosso trabalho, dificulta por quê? Dificulta porque você não consegue, muitas vezes, bolsa para estar desenvolvendo um trabalho e quando nós vivemos um momento em que o fruto do trabalho tem que ser apresentado rapidamente, então é assim, você vai para as Ciências Médicas, aqui nós temos a Faculdade de Farmácia, de Odontologia, de Química, em que o resultado é muito rápido, diferente de você estar mexendo com ser humano. Essa distinção hoje que faz com que você tenha que produzir e apresentar o mesmo resultado que é o da área de exatas e de biológicas, isso é um complicador muito grande, isso é cobrado pela CAPES quando você tem que escrever, quando você tem que defender uma dissertação de Mestrado em dois anos e meio, quando você tem que defender um Doutorado e aí isso cai muito a qualidade do trabalho, a possibilidade de você estar de fato investigando questões voltadas para o ser humano e não são simples. O discurso que se tinha antes da universidade pública ser um local em que as pessoas ficavam anos estudando principalmente, na área de humanas, o sexo dos anjos etc..., o que houve foi um radicalismo e a gente perdeu muito. Este é o problema da universidade pública hoje quanto aos incentivos na área de humanas, porque nas outras áreas o que ocorre é justamente o contrário, as pessoas buscam seus financiamentos e elas conseguem, porque são resultados mais voltados para o conhecimento tecnológico, voltado para as grandes empresas, para essa apropriação mais imediata que o conhecimento parece que tem que ter e o conhecimento na área de humanas não é assim.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professora Ângela: A qualidade caiu muito, muito, muito dos trabalhos, não é feita a crítica. Eu trabalho com a disciplina de Produção da Pesquisa no Doutorado, por exemplo, muitas vezes você vê trabalhos de Doutorado que seriam trabalhos de Mestrado e, ao mesmo tempo, você vê o que este aluno produziu no Mestrado seria um trabalho, às vezes, até monográfico. O que se espera hoje, parece que virou meio consenso, que pelo tempo que se tem hoje, você não vai estudar o planeta, mas a expectativa diminuiu tanto em relação ao trabalho de Mestrado e de Doutorado que ficou muito frágil, não existe a crítica, o que existe é um apanhado, por exemplo, no Mestrado um recorte de temas que trataram do assunto, é uma recopilação de temas que, às vezes, ficam até interessantes e é isso basicamente. No Doutorado existe um trabalho de ir um pouco além disso, mas não existe essa crítica e não existe essa reflexão, então eu acho que a gente perdeu muito. Eu acompanho o programa de pós-graduação, até porque eu sou do Conselho daqui, o que eu vejo é a tendência de reavaliar o tempo para a gente poder fazer um trabalho, agora precisa ver é se as pessoas têm fôlego para apontar novos caminhos para os orientandos, eu acho que a prática da orientação inclusive, eu sempre tive um trabalho grande de orientação de Iniciação Científica desde que eu entrei na universidade, isso me deu um subsídio legal para eu estar fazendo orientações de Mestrado e, conseqüentemente, de Doutorado. Eu acho que isso deveria ser também para o orientador a base, vamos aprender a orientar, porque muitos orientadores chegam ao Mestrado para orientar sem nunca terem orientado, isso também enfraquece o trabalho do seu orientando e a disponibilidade em estar acompanhando e indo atrás do conhecimento que está muito rápido e, às vezes, o orientador também se atém a algo do passado, não que o passado não seja importante, não tenha o seu significado fundamental, porque essas bases históricas são as que nos dão as bases teóricas hoje, mas tem muita acontecendo e a gente tem que ir atrás. Eu acho que de ambas as partes existe tanto, institucionalmente com relação ao tempo quanto dos indivíduos que participam do processo, orientadores e orientandos.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professora Ângela: A questão da avaliação acaba recaindo sobre uma produção: quanto mais você escreve, como eu tenho feito um trabalho junto ao Instituto de Química eu vejo que muitas vezes as pessoas escrevem o mesmo texto ao contrário e isso é produção e o que conta para nós que é de fato um texto inédito, que você escreva, que você vá e, às vezes, a dificuldade de se conseguir porque a gente sabe também que você conseguir publicar numa revista acadêmica do teor que as instituições de fomento pedem, não é fácil. Então é uma coisa complicada, a quantidade do que é produzido, eu acho assim que não é produzido nem tanto por conta das dificuldades e o que é produzido na nossa área, na área de humanas, acaba sendo muitas vezes superficial por conta da necessidade de se ter que produzir, não que isso seja ruim se a gente tivesse condições melhores de trabalho, então nos é exigido que a gente produza não sei quanto, que a gente publique isso, que a gente faça na universidade pública o trabalho de extensão, de pesquisa, a gente dá aula na graduação, dá aula na pós-graduação, também não acho que isso é um exagero, mas eu acho que as exigências ou a possibilidade que a gente publique deveria ser aberto um pouco mais pelas agências de fomento, fazendo um rodízio até de publicações.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professora Ângela: Essa é uma coisa um pouco complicada, porque o que se observa, embora se queiram estabelecer relações de poder que passem pela gestão, hierarquia, via Max Weber mesmo, o que se tem nem é pelo conhecimento é pela titulação, então quem é Livre Docente não importa que tese aquela pessoa tenha defendido na sua Livre Docência, pode ser que tenha sido uma Banca muito ruim, a pessoa escolhe a Banca, hoje você tem essa possibilidade, você escolhe uma Banca frágil, defende e agora você é Livre Docente e isso o coloca hierarquicamente num patamar distinto. Agora, ao mesmo tempo, se você é Livre Docente numa Banca de renome, você escolhe grandes nomes, isso o coloca num patamar acima daquele que teve uma Banca menor. O que te diferencia é a titulação e quanto mais você produz, quanto mais você publica, isso o diferencia desde que você tenha uma titulação distinta, como eu faço parte da Congregação eu vejo isso o tempo inteiro e o que faz o trabalho dentro da academia, dentro da universidade é mesmo o número de titulação, é isso que o faz ser melhor e não, por exemplo, o trabalho desenvolvido junto à sociedade, isso não tem muita importância, aliás, às vezes, é até visto por seus pares como uma bobagem, porque a universidade é feita para você adquirir conhecimento e ponto.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professora Ângela: Quando você tem uma coesão de pensamento, quando você sabe, por exemplo, nós tentamos e fizemos uma reestruturação do curso de Pedagogia, quando você sabe o que se quer é mais fácil definir. A sensação que eu tenho é que nós estamos formando, por um lado, aqui na UNESP, nós damos uma formação mais ampla. Para Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série nós temos a formação de Política Educacional, tem a disciplina de Estado e Educação, enfim que é muito diferente das disciplinas que eu tive em outros tempos, embora eu tenha me formado com grandes nomes: Maurício Strtemberg, Evaldo Vieira, Paulo Freire, Gadotti, nomes fortes na minha formação. Eu sinto que hoje não existe muito essa preocupação, o que nós conseguimos formar de intelectuais são aqueles que fazem parte do grupo PET, que estão o tempo inteiro refletindo, lendo muito, eu acho que são poucos os docentes que conseguem fazer com seus alunos ou essas gerações que eu não posso chamar de intelectuais, porque muitos ainda saem da universidade sem saber escrever, uma pessoa que não sabe escrever pertence a um grupo de jovens que não tem acesso, porque não tem dinheiro para comprar livros, um grupo de jovens que tem muito xerox nas suas casas e o xerox não dá a vontade de ler o livro. Então eu acho que nós não estamos formando intelectuais na amplitude do nome, eu acho que a gente está formando pequenos grupos que hoje tem bolsa PET, bolsa PIBIC, que seguirão a carreira acadêmica, os outros não, os outros param e não têm interesse mais em voltar para desenvolver um trabalho intelectual, eles vão para a escola, chegam na escola, logo se chateiam, acham que os alunos são malcriados, uma chatice, ninguém ensinou como é que eles tinham que lidar com isso e eles se tornam jovens velhos, jovens velhos não no sentido de que a velhice seja um descontentamento e sim daquele velho ranzinza que não tem nem mais um projeto de vida e acha que é assim. Os jovens intelectuais são aqueles que dependendo do tutor do PET, dependendo do orientador, eles investem nestes jovens, na formação destes jovens e são estes que vão ser intelectuais e acredito que, pelo que eu conheço de tutores PETS aqui da UNESP do curso de Pedagogia, eu acho que serão intelectuais críticos sim, acho que os últimos tutores PETS que nós tivemos aqui foram grandes tutores e os bolsistas PIBIC, por exemplo, que eu tenho eles acompanham o grupo junto com alunos de Doutorado, então são jovens que estão fazendo sacrifício, estão também participando do grupo de estudos quinzenal, estão buscando até aprender todos juntos o que é ser um pesquisador, porque o pesquisador não pode se desligar desta reflexão voltada para a sociedade.

Entrevista com o professor Carlos Roberto da Silva Monarcha¹⁹

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Monarcha: Ser intelectual acadêmico nos dias atuais assim como nos dias passados, significa sobretudo produzir e organizar conhecimento. Seu papel implica além da produção, a difusão do conhecimento academicamente produzido.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ou indivíduos e grupos da sociedade civil?

Professor Monarcha: Os espaços públicos de atuação assim como os de comunicação são organizados com vistas a publicização e legitimação do conhecimento academicamente produzidos e organizados. Portanto, eles se referem prioritariamente aos eventos acadêmicos de área.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor Monarcha: O chamado processo de “modernização” universitária iniciado no Brasil no final dos anos 60 trouxe consigo uma crescente descentralização das instâncias de poder articuladamente a uma crescente burocratização do trabalho do professor universitário, ou seja, a participação nas múltiplas instâncias decisórias entra em conflito com a docência, pesquisa e extensão.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Monarcha: Os problemas e as dificuldades são de várias ordens, por exemplo, a crescente burocratização da profissão, a precariedade da infra-estrutura material, a crescente vinculação da universidade pública com a lógica de mercado. Estes problemas e dificuldades poderão ser amenizados e mesmo resolvidos no momento em que o ensino público superior for de fato contemplado com políticas públicas coerentes e estáveis.

¹⁹ Questionário aberto aplicado via Internet.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Professor Monarcha: Não tenho dúvidas. O conhecimento produzido pela crítica acadêmica, designadamente pelos professores-pesquisadores, é representativo. Todavia, no que diz respeito à titulação de futuros pesquisadores entendo que os prazos estreitos para a elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutoramento implicam em perda de profundidade e abrangência no que diz respeito ao conhecimento produzidos nesses níveis de formação, o que vale dizer, há mais rotinização do que inovação...

Priscilla: Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Monarcha: A experiência tem demonstrado que as dissertações de mestrado e teses de doutoramento apresentadas nos últimos anos raramente produzem conhecimento novo, na maioria dos casos reproduzem mecânica e burocraticamente o conhecimento existente.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professor Monarcha: Limito-me aqui a responder sobre o tópico agências de fomento já que não consigo ver o Estado como instância de avaliação da produção científica. Em que pese a crise que vem caracterizando o país podemos observar uma ampliação significativa mas não satisfatória no que diz respeito ao apoio financeiro à pesquisa acadêmica por parte das agências nacionais e estaduais, particularmente na região sudeste. A avaliação do professor-pesquisador e do conhecimento por ele produzido por parte de seus pares, isto é, outros professores pesquisadores vinculados as referidas agências parece-me que ainda é na atual etapa o melhor caminho para avaliação críticas.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professora Monarcha: Creio que essas relações se estabelecem a partir de dois parâmetros, a saber: competitividade entre pares e representatividade acadêmica. Obviamente tal dinâmica não agrada mas é o estágio atual da crítica universitária.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Monarcha: Reconheço essa formação vem sendo paulatinamente aligeirada levando-se em conta as considerações que fiz anteriormente a respeito das dissertações e teses que vem sendo apresentada nos últimos anos. Em outras palavras, é possível dizer que a produção de conhecimento ou inovação não se está mais relacionada com estes níveis de formação e titulação.

Entrevista com o professor João Augusto Gentilini²⁰

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Gentilini: Significa um profissional - docente-pesquisador - assim qualificado pelos critérios e padrões de avaliação de sua instituição universitária, preferencialmente especialista em alguma área do conhecimento (portanto, não um intelectual geral), com limitada autonomia de trabalho e de produção científica. Na sociedade do conhecimento o discurso sobre seu papel tem sido o de um profissional que sendo remunerado por esta Sociedade através do Estado, deve produzir conhecimento científico e gerar informações que sejam social, econômica, cultural e politicamente significativos seja para a preparação de futuros talentos (cientistas, educadores, profissionais diversos, especialistas), seja para ampliar o estágio cognitivo da sociedade, tornando-a mais competitiva ou que tenham aplicabilidade na sociedade globalizada. Quem não enquadra nesta definição, é um intelectual acadêmico considerado “improdutivo” no qual não vale a pena que a sociedade nele faça investimento.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professor Gentilini: Depende de cada professor ou do grupo acadêmico a que pertence. Numa escala não seqüencial de prioridade, eu diria que os espaços públicos preferenciais nos quais atuam ou nos quais se vinculam para uma atuação extra-acadêmica são as entidades corporativas (sindicatos), as entidades que os congregam ou que os recebem como associados enquanto docentes, especialistas ou pesquisadores, as instituições ou movimentos da sociedade civil organizada, as entidades que os congregam enquanto especialistas em uma área específica de conhecimento. No interior da universidade, a comunicação com seus pares é feita, prioritariamente, através do meio eletrônico, nas reuniões departamentais ou de grupos acadêmicos ou através dos serviços de suporte administrativo e de comunicação da universidade.

²⁰ Questionário aberto aplicado via email.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor Gentilini: A universidade submeteu-se às tendências tecnocráticas e racionalizadoras da época em que a reforma foi implantada, já se adequando às relações de mercado que vão se tornando hegemônicas, consolidando-se nos dias atuais, embora procurado preservar, na medida do possível, o sistema meritocrática e o ideal iluminista que estão nas raízes de sua formação histórica.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Gentilini: A universidade pública está tentando superar uma das maiores crises de sua história. Não vou repetir o não-atendimento às demandas que se acumularam nas duas últimas décadas, mas acho que o primeiro problema que só agora começa a ser timidamente enfrentado é a vergonhosa falta de docentes qualificados. Em segundo lugar, a sobrecarga de trabalhos burocráticos (em geral, relatórios sem o retorno de sua avaliação) e a redução do tempo e das condições gerais para se efetuar pesquisa. Como enfrentá-los? Abrir vagas e preencher as existentes (são milhares) através de concursos públicos, reduzindo docentes com contratos temporários de trabalho.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Professor Gentilini: Produz-se, hoje, a meu ver, o que atende às exigências quantitativas esperadas pelas agências reguladoras e órgãos de fomento e dentro de um rigoroso padrão de qualidade (cujo parâmetro é a utilidade e aplicabilidade) para justificar o financiamento da produção de conhecimento. A pressão sobre os pesquisadores e docentes em regime integral para atender a estas exigências, tem ocasionado o desprestígio, em termos de financiamento, da produção científica de base (problema maior nas ciências humanas e sociais) para atender à pesquisa aplicada e aos núcleos duros do conhecimento. A redução do tempo de trabalho intelectual e científico na pós-graduação, tem ocasionado, para os docentes, uma desarticulação entre a pesquisa e a docência neste nível de formação e para os alunos, uma formação instrumentalizada com graves prejuízos para a sua formação científica geral que não pode ser aligeirada se queremos formar futuros pesquisadores e bons professores nas instituições de ensino superior.

Priscilla: Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Gentilini: Em geral, não. Nas bancas em que tenho participado, vi poucos trabalhos de natureza verdadeira reflexiva, intelectual e crítica, efetivamente estimulantes e instigadores e realmente originais. São teses que cada vez mais se parecem com dissertações e dissertações que cada vez mais se parecem com monografias de final de curso.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professor Gentilini: As agências de fomento à pesquisa (públicas-estatais ou não), tem, inegavelmente, preferido avaliar a produção científica com base em critérios que se adequam mais às ciências ditas duras e de pesquisa aplicada (mesmo as sociais e humanas) em patamares de excelência que dificilmente podem ser alcançados pela média dos pesquisadores e docentes. Vinculando-se à avaliação da produção à avaliação de uma comunidade científica mais ampla, através de órgãos especializados, por exemplo, com conselhos editoriais internacionais e desqualificando-se os órgãos de divulgação internos ou locais, fica mais difícil ainda alcançar uma avaliação razoável desta produção.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor Gentilini: A questão do poder ou das relações de poder dentro das universidades, têm como parâmetros o “poder de fogo” ou o “cacife” de que dispõe um docente ou seu grupo em termos de acesso às fontes de financiamento ou de fomento ou capacidade de fazer valer seus interesses individuais, ou de seu grupo, no acirrado processo de competição pelas decisões de quem ocupa cargos ou funções estratégicas para o manejo de recursos para projetos e pesquisas.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Gentilini: É difícil avaliar de modo geral. Paradigmas clássicos foram destruídos e ainda não substituídos em termos de formação intelectual. Há pouca interdisciplinaridade e trabalho coletivo. Há ainda muito distanciamento entre docentes e pesquisadores, internamente. Acho que isto, de alguma forma, está se refletindo na formação das novas

gerações que, pelo que percebo, tem se preocupado mais com sua condição futura de empregabilidade do que com uma sólida formação intelectual e científica.

Entrevista com o Professor José Luís Vieira de Almeida²¹

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor José Luís: Acho que o papel do intelectual continua sendo o mesmo de sempre. Aquele defendido pelo Gramsci. Intelectual é aquele que organiza a cultura e a sociedade. Agora, depende do lado que você está. Você pode estar do lado da intelectualidade burguesa, só pegar o pessoal da Administração, o pessoal da Economia, eles têm um lado. E nós da Educação, apesar de ter gente que está do lado da burguesia também, tem muita gente, há alguns que ainda resistem. Ser intelectual hoje na universidade brasileira é uma tarefa extremamente difícil. Porque a universidade não quer intelectuais, ela quer técnicos, ela quer pessoas que sejam capazes, não de pensar, mas de reproduzir o que já está pensado. Então, é extremamente difícil ser intelectual nos moldes preconizados pelo Gramsci e nos moldes que eu aprendi a ser, porque eu aprendi a ser intelectual com Maurício, Nilde, essas duas pessoas deram-me um parâmetro do que é ser um intelectual e eu procuro seguir este parâmetro, mas eles foram formados em uma época que a universidade brasileira era universidade, hoje ela não é mais, é 'multiversidade'. Ela deixou de ser universidade e passou a ser 'multiversidade'. Então, 'multiversidade' por que? Você tem até universidade do hambúrguer, universidade do Mc Donalds, tem curso de primeiros socorros na universidade, curso de higiene e saúde, quer dizer, deixa de ser universidade, é uma 'multiversidade'. Então eu aprendi com estes intelectuais que a universidade tem que pensar a sociedade, tem que pensar a relação ser humano-natureza, tem que pensar a ciência, ela tem que pensar, enfim, a vida. Só que hoje não é isso que a universidade espera dos seus membros, ela espera pessoas dóceis, que sejam capazes de reproduzir o que já está posto. Então se você não reproduzir o que já está posto, você é um elemento pernicioso dentro da universidade.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professor José Luís: O único espaço público que eu vejo que a universidade ainda preserva é a aula. É o único espaço público que a gente tem, é a aula. Que é um espaço público de formação. Agora, não há outros espaços públicos porque a universidade que se diz pública,

²¹ Entrevista realizada pessoalmente no câmpus da UNESP de Araraquara no dia 18/04/2006.

não é pública, ela é estatal. Então, a Federal de São Carlos, a UNESP em Araraquara, a USP, elas não são universidades públicas, elas são estatais. Então elas não têm a mínima preocupação de ter um espaço público. você pode dizer: mas tem os congressos? Os congressos também não são espaços públicos. Só vão aos congressos aqueles que estão trabalhando em uma determinada área, com determinadas temáticas. É só você pegar a ANPED. Quem é que vai à ANPED, quem é que faz mesa na ANPED, quem é que aparece na ANPED? São as mesmas pessoas que trabalham com aquela temática e que são filiadas a determinados grupos. Então a ANPED é pública? Não. É espaço público? Não. Então a universidade, como não é pública, ela não tem espaços públicos. Por exemplo, o filósofo Renato Janine Ribeiro, presidente da CAPES, diz que um artigo é mais importante que um livro, porque um artigo passa pelo crivo de um conselho editorial da revista, e muitas vezes um livro não passa. Agora, um conselho editorial de revista é muito relativo. Se você tiver amigos no conselho editorial de uma revista, você publica. Se você não tiver amigos no conselho editorial da revista fica mais difícil você publicar. Veja, quem é que lê periódico? Nós mesmos. Então, quando se fala que um artigo é mais importante que um livro, está se fechando mais a universidade. E onde você vai arranjar espaço público? Onde você vai arranjar espaço público para discutir temáticas que não tenha nenhum interesse para a sociedade? A própria sociedade não abre espaço para gente, porque a gente discute temáticas que não tem nada a ver com ela. O espaço público, o único que sobra, ainda é a aula. Tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor José Luís: O que mudou na universidade é que ela deixou de ser universidade e passou a ser 'multiversidade'. Então você tem a universidade do hambúrguer, universidade do frango. Por exemplo, hoje dentro da universidade tem programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), tem universidade da terceira idade, tem projetos variados de atendimento, enfim, lazer, dia do lazer, dia 'disso e daquilo'. A universidade não é para isso, não. A universidade é para pensar, não é para fazer, fazer coisas. Eu acho que a universidade tem que dar subsídios para sociedade fazer as coisas e não ela mesma fazer, porque aí, ela vira 'multiversidade', ela deixa de ser o que ela é.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor José Luís: Eu acho que o maior problema que nós enfrentamos na universidade pública hoje é o fato dela não ser pública. Esse é o grande problema. E não há possibilidade de amenizar isso, ou de resolver isso em médio prazo. Eu acho que isso só será resolvido quando a população fizer com a universidade brasileira o que fez com a Bastilha na França. Porque o dia que população perguntar para a gente assim: *Escuta, o que vocês fazem aí dentro? A gente vai responder o que? A gente pesquisa? Mas vocês pesquisam para que? E para quem?*

Então, o grande problema da universidade pública é que ela não é pública. As pessoas que defendem a universidade pública, eu tenho lá no meu câmpus em Rio Preto pessoas que ficaram minhas inimigas, porque supostamente defendem a universidade pública e eu digo que a universidade que eles defendem não é pública. É pública se você considerar os filhos deles, os netos deles, os amigos deles. Então a universidade é feita para eles e os seus agregados. Entendeu? Mas não é feito para o povo, para o público. Haja vista que existem, assim, vários filhos de professor estudando na mesma universidade que os pais dão aula. Aí você tem os amigos, é aquela panelinha. E fica ali. E o que eles querem? Quando eles falam que a universidade tem que ser pública, tem que preservar a universidade pública, na verdade eles querem preservar os seus privilégios. E não o caráter público da universidade.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor José Luís: Não me fale nisso, pelo amor de Deus. Bom, não existe produção, existe reprodução. Então não tem produção. O que é que na universidade brasileira se produz de original? Eu posso garantir que a Carina, minha orientanda, está produzindo um texto original. Certo? Ela está produzindo um texto original, mas normalmente não se produz nada original, se reproduz. Então você usa determinados autores, estrangeiros de preferência, gasta estes autores e depois que eles estiverem gastos, como mais ou menos uma laranja depois de chupada, você pega, joga aqueles nos lixo e pega outros. Por exemplo, na década de 70 e 80 foi Piaget, depois em 90 entrou Vigotski, depois entrou Wallon. E depois, como você não sabe bem o que é o que, mistura um pouquinho de cada um. Agora, o que se produz? Não se produz, se reproduz. E os tempos cada vez menores da pós-graduação são extremamente

nefastos. Por que? Porque na pós-graduação, além de formar um intelectual - tem que formar um intelectual, eu estou formando a Carina - por exemplo, além de formar um intelectual, eu tenho que ensinar a Carina como é que ela tem que orientar, porque ela vai orientar futuramente, vai orientar os alunos dela, que já são a minha terceira geração. Veja, eu tenho que, além de ensinar e formar como intelectual, porque ninguém nasce intelectual mesmo que seja gênio, eu tenho que ensinar a Carina como é que ela vai formar os intelectuais. E como 2 anos de mestrado e 4 de doutorado não se faz isso. É impossível. Eu tive algumas vantagens em relação à Carina, eu já peguei a Carina mais ou menos formada, ela trabalhava em grupo de pesquisa. As minhas outras orientandas, eu formei antes de chegar aqui. Mas isso é uma anomalia, isso torna cada vez menos pública a universidade. Por que? As duas outras pessoas que eu oriento, foram minhas alunas desde a graduação. Então eu peguei essas pessoas no segundo ano e formei do meu jeito, do jeito que eu queria, com o perfil que eu quero dar. E aqueles que não estiveram na universidade pública? E aqueles que nunca fizeram iniciação científica, quando é que eles vão ter a chance de se tornar intelectuais? Nunca. Esquece. Nunca. Coitados deles. Então veja, produção é extremamente, pelo menos na área de humana, nas outras áreas eu não saberia dizer. Mas o que é que faz a Química? O que faz a Física? Reproduz coisas que são produzidas no estrangeiro. Só reproduz.

É, ao invés de ser torto para esquerda, é torto para a direita. *Então, a minha tese é de que pode entortar para a direita também.* Isso não é produção, é reprodução. Em relação às bancas de pós-graduação, do alto das minhas quase 80 que eu já participei, está cada vez mais difícil ir para uma banca com a consciência tranqüila e dizer assim: eu posso fazer uma argüição decente, porque o candidato vai dar conta de responder aquilo que eu propus para ele, ou contra, ou a favor, ou contestando ou não. Normalmente você tem que chegar na banca e definir coisas muito simples que o orientando já tinha que ter definido. Você tem que definir objeto na banca, definir categorias de análise, tem que ensinar para o cara como ele usa as categorias de análise. Tudo isso na banca. Tanto nos mestrados quanto você dar uma aula. Uma aula de metodologia. É muito comum você ter que dar uma aula de metodologia na banca. Eu acabei de ter uma experiência dramática semana passada com um orientando amigo meu - o estopim já é curto e está encurtando cada vez mais - a orientanda estava entusiasmada com a metodologia chamada Focus Group (Grupo Focal), que agora está sendo usada pela Marli André, chupada do exterior. Porque essa é uma metodologia norte-americana da década de 40. Não tem nada de novo em Focus Group. Então, a rainha da pesquisa na área de educação no Brasil, gastou o que tinha que gastar nas outras metodologias e pegou agora a Focus Group. Agora, então, Focus Group está na moda. A orientada fala: *eu estou usando*

Focus Group. Eu perguntei: teu orientador é Marxista, porque o marxista não pode usar o Focus Group? As metodologias não são neutras, um marxista não pode usar Focus Group. Então eu enveredei por um outro caminho para ver se eu conseguia achar o fio da meada. Perguntei para ela: Quais são as categorias de análise? Ela tentou enrolar. Eu: Eu estou *perguntando para você quais são as suas categorias da análise*. Ela não tem categoria de análise. Quem não tem categoria de análise não tem objeto. O mesmo incidente ocorreu há 20 dias atrás em uma tese de doutorado. A mesma coisa. Uma tese que tinha as categorias, mas que ela não elegeu com que categoria ela ia trabalhar. Ela discutiu as categorias. E eu tenho observado, sobretudo, os recém doutores saídos tanto daqui, quanto de São Carlos (eu falo desses 2, porque eu peguei banca recente nesses 2 casos) até conhecem as categorias, eles sabem. Se perguntar que categoria, ele te fala, mas ele não sabe operar a categoria.

Ou seja, ele não sabe aplicar a categoria na análise do objeto dele. Isso é intelectual? Não. Ele sabe a categoria. Ele é capaz de dizer que a categoria alienação, etc. Ele fala. Mas como é que você opera, ou seja, relaciona essa categoria com seu objeto de análise? Isso, doutorando ou doutor, como queira, não é capaz de fazer. Os saídos daqui de Araraquara, e aqui eu sei qual é o problema, quanto os saídos de São Carlos. Em São Carlos eu não sei qual é o problema, mas aqui eu sei. Dá-se muita importância à metodologia científica, mas não se dá a importância à operacionalização das categorias. Então ensina o aluno o procedimento de pesquisa, mas não ensina o aluno como ele vai operar a pesquisa dele. Então o procedimento sem a categoria de análise e sem o objeto claro, vira o que? Receita de bolo da Ana Maria Braga. Entendeu? Por exemplo, aqui temos um problema extra. O foco da metodologia aqui é a metodologia do tipo qualitativa especificamente etnografia. Às vezes você pega banca de mestrado, eu peguei uma no final do ano, onde a orientanda usa etnografia, embora o objeto dela não seja plausível para se usar etnografia. Por que? Ela só aprendeu fazer etnografia. Essas questões não podem ser tratadas. Acabou. E você chega na banca e diz: *olha a metodologia que você usa não é compatível com o objeto que você tem*. E a orientanda cai da cadeira e o orientador também cai da cadeira. Porque nem o coitado do orientador se deu conta disso. *Porque a etnografia vale para tudo, então vamos usar etnografia para tudo*. Lá em São Carlos deve ter alguma coisa parecida com isso, porque os são-carlenses estão saindo com o mesmo problema. Eu peguei recentemente um concurso para docência em que havia 3 são-carlenses. Reprovei os 3. E a que não era são-carlense reprovei também, que era daqui. Porque? Não tem capacidade de operar as categorias. Um intelectual tem que ter essa capacidade, se ele não tem essa capacidade ele não é intelectual, ele é reproduzidor.

Ele pega qualquer Forcan, qualquer Perrenoud, ou qualquer um desses e reproduz o que o cara faz, ele não é capaz de ter uma idéia própria. Intelectual tem que ter autonomia intelectual, senão não é intelectual. Na verdade não é teoria e prática, é práxis. É práxis, a ligação entre categoria, objeto e operacionalização da categoria em relação ao objeto é práxis.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professor José Luís: Olha, eu acho que não há uma avaliação, o que há é uma mensuração. A avaliação teria que ter uma parte da mensuração, você medir o que foi produzido e depois de medir examinar a qualidade do que foi produzido. Mas só pára na mensuração. A Data Capes, que a gente acabou de fazer, a Data Capes o que é? Quantas teses foram produzidas, quantos isso, quantos aquilo. Agora o que essas teses tem a ver com a realidade com os problemas dos professores, com os problemas das escolas? Isso não é avaliado. É bem coisa de norte-americano, coisa de pragmatismo mesmo. Pragmatismo norte-americano.

É, mera quantidade. Uma universidade que só tem quantidade vai parar aonde? Ela vai deixar de ser universidade, aí um dia o povo vai chegar e falar assim: *Escuta, o que vocês fazem aí dentro? Sabe o que é? A gente fica correndo atrás do rabo. Então para vocês evitarem correr atrás do rabo, a gente corta o rabo de vocês. Aproveita que já cortou o rabo mesmo, corta o pescoço, porque vocês não servem para absolutamente nada.*

É. Veja bem e por que é que a universidade pública não pode reagir a isso? Porque não é pública. Porque se fosse pública a sociedade defenderia: *Espera aí, nessa aqui ninguém mexe, porque isso aqui é público.* Mas como ela não é pública. E o que pensa a sociedade ao nosso respeito? Pensa que a gente é um bando de privilegiados. O que de certo modo é verdade. Privilegiados por que? Porque a gente pode fazer coisas sem dar satisfação à sociedade. Agora, tem que se matar para dar satisfação para CAPES, que por sua vez não dá nenhuma satisfação à sociedade. Entendeu? É um circuito fechado. Eu respondo para quem? Para CAPES. Eu respondo para o programa que responde para a CAPES. E a CAPES, responde para quem? Para ela mesma.

Não, essa universidade do jeito ela está, não tem razão de ser. Tem que mudar o modo de pensar a universidade. E isso implicaria a mudança do modo de pensar a sociedade e a relação sociedade-universidade.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor José Luís: O Maurício Tragtenberg usava uma expressão que é “o regime de incompetência treinada”. O princípio para ele galgar cargos de poder na universidade é ser incompetente, se treina o cara incompetente e ele vai fazer o que tem que fazer, que é preencher, assinar papel. Se você vai a uma reunião de congregação, a uma reunião de departamento, a uma reunião de conselho de programa de curso (está tendo uma agora), você não tem uma discussão acadêmica se quer. Todas as discussões são de cunho burocrático formal, burocrático administrativo. Quem é que faz isso? É burocrata. Quem é que faz isso? É incompetente. O cara não precisa ser competente. É um incompetente, ele preenche papel, assina papel. É regime de incompetência treinada, é assim que eu vejo as estruturas de poder na universidade. Ou, pela própria tradução do Mauricio Tragtenberg, lei do balão, quanto mais leve mais sobe. Ou seja, quanto menos coisa você tiver na cabeça, mais você sobe.

Priscilla: A quantidade do que se produz também é um parâmetro para levar uma pessoa a isso?

Professor José Luís: Nem sempre.

Priscilla: Não a qualidade, a quantidade?

Professor José Luís: É, uma quantidade mínima. Certo? Por exemplo, para ser reitor na UNESP, o que se precisa ser? Precisa ser professor titular. Acontece que na UNESP, quando ela se constituiu como universidade, não havia titulares e muitos se tornaram titulares na ‘canetada’: *Eu titulo fulano de tal. Como reitor eu tenho essa autonomia para titular fulano de tal.* Nas Federais, a situação é mais ou menos essa, por que? O cargo de professor titular é um cargo político, não é um cargo acadêmico. O reitor designa a vaga para o departamento que ele acha que deve. Nós tivemos um caso lá em Rio Preto com uma pesquisadora de nível, de reconhecimento internacional, chamada Eloísa Tajara, ela estava na boca para ser titular. Designou-se, por influência do diretor, que é do mesmo departamento do cidadão, designou-se um cara da Física, cujo apelido é Farofa. Ele sibila. Imagine esse cara dando aula ou defendendo uma tese sibilando. O Tamoio conhece, foi colega de república. Deram o cargo para a Física porque o diretor era da Física. Mas na Física, até onde eu sei, não teria ninguém em condições de ser titular, pelo menos dentro do que se considera um professor titular. Agora, o que precisa para ser titular? Produzir artiguinhos. Artigo de 10 páginas se produz em uma sentada. Se você sentar o fim de semana e não tomar cerveja, você produz um artigo de 10 páginas. E tem muito artigo de 10 páginas para engordar Lattes. Mas esses artigos acabam sendo publicados, republicados, repisados e é o mesmo artigo. E nem sempre esses artigos passam por algum crivo. Se você tem esquema na revista, vai lá e publica. Mas quem é que avalia a revista? São os mesmos caras que dão Qualis para as revistas. Então está tudo na

mesma corriola. Se você vai apresentar o trabalho no exterior, supõe-se que o congresso no exterior você não conhece ninguém que vai avaliar o seu trabalho. Mas a maioria desses artigos não vai para o exterior coisa nenhuma, ficam aqui mesmo.

Priscilla: Há uma hierarquia que nós podemos dizer que é uma hierarquia formal, que foi essa que o senhor se remeteu. Agora, se nós pensarmos, há também uma hierarquia informal, que existe entre os docentes. Quais parâmetros estabelecem isso, um professor ser mais reconhecido academicamente que o outro?

Professor José Luís: O poder de articulação que ele tem dentro da universidade. Não tem nada a ver com a produção dele e com a repercussão da produção dele fora da universidade, é o nível de articulação que ele tem na universidade, internamente.

Eu não conheço a teoria de Bourdieu, mas deve ser isso. Por exemplo, um sujeito que já foi diretor, que distribui verba para os amigos. Aí ele tem lugar nessa hierarquia. Mas isso não significa que a produção dele seja uma produção original, inovadora...

Priscilla: Minuciosa...

Professor José Luís: Minuciosa, rigorosa. Isso não significa. E a universidade, pelo menos a UNESP onde eu trabalho, ela formada por feudos. Então tem sempre o cara que é dono do feudo. A Federal de São Carlos, por exemplo, eu vejo 2 feudos na Educação: o feudo da Metodologia e o feudo do Fundamentos. Quem manda no feudo do Fundamentos é o Paolo, quem manda na metodologia é a Misukami, se eu não estou enganado.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor José Luís: Se há formação de intelectuais, o que eu acho extremamente grave, porque não há nenhuma instituição que possa fazer isso melhor do que a universidade, só que a universidade não está formando intelectuais, ela está formando, como eu já disse, reprodutores. Um outro caminho para se formar intelectuais seria o partido, mas os partidos também não formam mais intelectuais, é só a gente ver a cúpula do PT. Na cúpula do PT o sujeito não articula “bom” com “dia”, como diz o Joãozinho, o João dos Reis. E PSDB e companhia. E o PSDB ainda tem a formação dos cepalinos, da CEPAL; José Serra e aquele pessoal mais antigo que foi formado pela CEPAL, mais os novatos, Arthur Virgílio. Arthur Virgílio tem cara de alcoólatra, acho que é alcoólatra mesmo. E o que ele é? É um gritão, um cara que fica gritando no microfone do senado, mas não fala coisa com coisa. PSDB já também não está formando mais ninguém. O PT nunca formou, aliás, o PT é avesso à formação intelectual, sempre foi. O PMDB nunca foi chegado a formar intelectuais. Enfim, o

partido não forma mais, a universidade também não forma. Então ninguém forma. Ou seja, esse é um risco muito grande, porque por enquanto nós estamos atirando no nosso pé, como essa formação que a gente está dando a gente atira no próprio pé, mas daqui há 20 anos quando essa geração chegar lá e não tiver nada para dizer, a sociedade vai atirar na própria cabeça. E a sociedade, ela mesma, vai decretar o fim desse modelo de universidade. Se a universidade não se repensar, ainda há chance dela se repensar e dizer *espera aí, esse modelo aqui não serve, está errado, vamos retomar, vamos refazer*. Mas os grandes críticos da própria universidade não estão mais na ativa, quer dizer, quem fazia a grande crítica da universidade era o Maurício, que já está morto. Já morreu. A Maria Nilde que fazia, já morreu. Evaldo, se aposentou. O Demerval, está bem, digamos, desarticulado.

A Chauí parece que ela vai dar um tiro de bazuca, quando você vê ela usa uma bala de festim de brinquedinho. A Chauí não faz a crítica da universidade, como deveria. Ela fica arranhando, ela fica na periferia das coisas. Se pegar um outro que já também já teve esse papel de relevância foi o Paolo Nosella, mas agora está preocupado com o Bobbio, aquelas questões *tempo livre, Domenico de Massi e Scanagata*; também já era em termos de crítica da universidade. Mas ele fez, teve um papel importante. Mas parece que essa questão não é mais importante, a autocrítica da universidade. Os próprios intelectuais que faziam penduraram as chuteiras e foram cuidar de outras coisas e não formaram outros intelectuais que fizessem esse trabalho. Então nós estamos sem crítica e sem autocrítica a universidade não faz a crítica sociedade que ela tinha que fazer e não tem autocrítica. Onde vai parar isso? Não sei. Eu acredito que esse modelo de universidade vai desaparecer. Haverá outro? Não sei. Talvez a instituição universidade já esteja na hora de ser superada pela história, talvez. Porque se a gente pega, por exemplo, o princípio da Universidade de Bologna quando ela foi fundada, não agora, qual era o princípio? O princípio era o universo.

Sim, universalizar o saber. E a minha grande luta como acadêmico é a luta pela universalização do saber. Eu escrevi um artigo com a professora Cleide de Almeida, que é minha colega no mestrado da UNINOVE, sobre a universidade como estado de espírito, em que nós defendemos o seguinte: a universidade não precisa ter prédios, ela não precisa ter laboratório, ela precisa ter um estado de espírito, ela precisa fazer as idéias circularem e as idéias serem debatidas. Se você não tem debate de idéias, se as idéias não circulam, “caramba”, que universidade é essa? O pior tipo de gente para você lidar na vida é o ‘doutor caipira’, ou se quiserem inverter, ‘caipira doutor’. O ‘caipira doutor’ acha que sabe tudo, ele é doutor e ninguém pode confrontá-lo, porque ele é doutor. Então, por exemplo, é muito comum nas universidades interioranas como a UNESP, a hora em que você vai contestar uma

idéia do cara você tem que brigar com o cara ou ele brigar com você. Então, não há debate acadêmico. No interior, sobretudo no interior não há debate acadêmico. Se eu discordar de um colega aqui, eu tenho que brigar com ele, porque ele não vai me olhar na cara, ele vai fazer fofoca por trás, só porque eu penso diferente dele.

Aqui, o lugar universidade, o espaço que não é um espaço geográfico, mas é um espaço intelectual da universidade é o lugar da discordância, mas a universidade está cada vez mais se tornando o lugar do amém, eu abaixo a cabeça e falo amém, aí eu entro. Se eu não fizer isso, eu estou fora. Exemplo, Carina que participava de um grupo de pesquisa e achou que devia buscar outros caminhos, ficou fora, não cabia mais lá. Eu como não tenho grupo, você quer buscar outros caminhos? Então vem trabalhar comigo. Se é para buscar outros caminhos, se é pra contestar o existente, tudo bem trabalhar comigo. Porque a universidade tem que contestar o existente. E ela própria se auto contestar. Eu não sei, esse modelo de universidade burocratizada norte-americana é boa para os Estados Unidos, eles são os dominantes, eles precisam disso, eles precisam reproduzir isso. Nós não, nós temos que ir ao contrário, nós temos que contestar isso. A sociedade norte americana e a sociedade européia vão muito bem obrigado com esse modelo de universidade, não sei até quando, mas enfim, estão aí. Agora, nós não. Nós somos América Latina.

Os dominados. Então a nossa universidade teria que ser diferente da universidade deles. Eu costumo dar o exemplo, quando a UNAM foi constituída, Universidade Nacional Autônoma do México, a UNAM foi constituída como um pólo organizador das idéias para unir o México. Existe uma outra universidade no México que é a Universidade de Chiapas que está fazendo toda a discussão do movimento Chiapas. Tem também a Universidade Cuernavaca que modificou o curso de medicina deles e incluiu as praticas populares no currículo de medicina. Então se tem um país latino-americano, que ninguém fala, de México ninguém fala só se fala de Estados Unidos e Canadá, mas o México tem dado exemplos muito interessantes em relação a isso, em relação a como a universidade deve se comportar em relação à sociedade. Por isso, eu acho que ainda não está perdido, mas nós temos que olhar mais para a América Latina e menos para os países desenvolvidos. Porque? Se você pegar, em termo de projeto de sociedade, em termo de projeto de vida, do mundo, em termos do que vai acontecer amanhã, a Europa e os Estados Unidos estão falidos. Eu nunca fui aos Estados Unidos nem irei, mas na Europa eu tenho ido. E eles sequer conseguem enxergar o que a gente enxerga daqui, porque está tudo “cristalizadinho”, está tudo certinho, tudo bonitinho, não precisa fazer mais nada, está tudo certo. Inclusive eu tenho um amigo que esses dias andou pela Europa, vários países, Romão. Ele chegou, me abraçou, estava chegando de viagem, aí ele olhou bem

no meu olho e falou assim: *É, Europa já era*. Não tem mais o que dizer para ninguém. Em que modelo nós nos espelhamos? No modelo europeu e norte-americano.

Posteriormente, norte-americano. Agora, vamos dar uma olhadinha no México, vamos ver o que está acontecendo lá. UNAM. Sabe quantos alunos tem a UNAM? 250 mil, só. Se pegar todas as públicas no Brasil acho que não dá isso. São 250 mil alunos na UNAM. *Mas a qualidade de ensino*: a qualidade de ensino só se consegue com a quantidade. Para você ter qualidade de ensino você precisa ter sala de aula pequena, isso é falso, isso não existe, não se comprova isso em termos teóricos. Um professor, se é um professor doutor ele é obrigado a dar aula para muitos alunos. Ele tem que ter esta capacidade, se ele não tiver ele não serve. Por exemplo, em Rio Preto eu dou aula para 35 alunos de manhã e 35 à noite. Eu sou um professor doutor. Olha a ociosidade disso, põe 70 nessa sala que eu dou aula do mesmo jeito. Pode por. Esse negócio de que em classe grande você não dá aula direito é uma falácia, é que o cara não sabe dar aula. E eu como professor didático te digo, isso é uma falácia, o sujeito não sabe dar aula. O cara que dá aula sentado, olhando para o chão parecendo que está recebendo espírito, olhando para o chão e sentado, isso não é dar aula. Eu já vi muito bam bam bam de pós-graduação fazer isso, sentar, olhar para o chão e ficar falando, isto não é dar aula. Uma das coisas muito comuns na pós-graduação hoje que é péssimo para a universidade: seminário, do jeito que os seminários são dados. Há casos em que o professor responsável pela disciplina sequer vai assistir ao seminário. Os alunos auto-organizam. Isso seria muito bom se a gente tivesse uma sociedade anarquista. Os alunos se auto-organizam, mas o professor teria que estar lá. Dar seminário é fazer ‘jogralzinho’, como a gente fazia no segundo grau, cada um pega uma parte e fala, isso aí para mim chama aula mal dada. Porque quem assume uma disciplina, seja na graduação, seja na pós, tem que se responsabilizar pela aula. Aula não é deixar o aluno falando abobrinha lá na frente. Se alguém tiver que falar abobrinha aqui, sou eu, vou lá e falo e assumo as minhas abobrinhas. Mas por exemplo, às vezes aqui, como eu sou extremamente honesto naquilo que eu falo eu causo certos mal estares, já aconteceu algumas vezes de eu causar certos mal estares: *O Zé falou que o fulano*. O Zé falou e se você quer falar contra vem aqui. O lugar é aqui, não é na cantina, no gabinete do diretor, é aqui. Quer vir na minha aula falar contra o que eu falei, está aberta a minha aula. Porque o cara não pode vir na minha aula falar: *Olha eu discordo do que você falou semana passada por isso, isso e isso*.

Agora eu te pergunto: Quem é que vem? Não vem porque não tem condições teóricas para vir, então prefere fazer fofoca: *O Zé falou que o Chalita é um filho da puta*. Eu falei e se o Chalita vier aqui eu digo: Você é um filho da puta. Porque um sujeito que escreve 35 livros sobre

auto-ajuda em Educação é filho da puta e não sabe absolutamente nada do que está falando. Nunca entrou em uma sala de aula para ver o que acontece lá dentro. Eu posso dizer para você que eu já entrei em muitas, tenho 25 (vinte e cinco) anos de magistério só na universidade, eu já entrei em muitas. E além dessas salas de aula eu entrei na Penitenciária do Estado e na FEBEM e fui educador de rua. Eu tenho legitimidade para falar o que eu falo, eu não fiquei só fazendo trabalhinho de universidade. É claro que todos os trabalhos que eu fiz tem bases teóricas, mas nem todos eles foram feitos dentro da universidade, porque a universidade não tem espaço para fazer esse tipo de trabalho.

É, você não teria que trazer, eu sou contra trazer isso para dentro da universidade, mas a universidade tem que debater essas questões. *A Febem não presta*. Sim. Mas em que bases acadêmicas você está falando que a Febem não presta? Ela teria que prestar? As pessoas acabam não fazendo o que deveriam fazer, que é trazer o debate da sociedade para dentro da universidade. Debates de temas que nos interessam, não que interessam Perrenoud, ao Donald Schön da Epistemologia da Prática ou que interessa ao Nóvoa. Um sujeito que me fala “Epistemologia da Prática” e defende isso, isso é uma piada. Vem para a universidade como se fosse uma grande novidade, mas a epistemologia não existe na prática, meu bem, a epistemologia é teórica. O sujeito escreve Epistemologia da Prática e os brasileiros *uau, a Epistemologia da Prática*. E que brasileiros? Celma Garrido, Lituânio, os bam bam bam, ou tidos como. Um sujeito que me fala de epistemologia da prática está brincando comigo. Um sujeito que fala o que é epistemologia da prática e outro que aceita que isso existe não sabem o que é epistemologia. Concorda? Ele não sabe, não conhece o fundamento. Se ele não conhece o fundamento, se ele não pratica nenhuma, o que é que ele está fazendo aqui? Então veja, esse tipo de gente não serve para a universidade que eu proponho, serve para essa que está aqui. Porque é o tipo de gente que fala só amém. *Mas quem falou foi o Schön*. Então, o Schön é idiota e daí?. E endeusaram o tal do Nóvoa a começar pela Federal de São Carlos. Aqui também endeusaram o tal do Nóvoa, mas o que o Nóvoa escreveu meu Deus do céu? Eu acabei de terminar um relatório de pesquisa agora pegando todos os textos do Nóvoa de 1978 até a presente data, o cara não fala coisa com coisa, não articula ‘bom’ com ‘dia’. Qual é base teórica dele? Ele não diz, em nenhum momento ele diz *minha base teórica é tal*. Você supõe que seja Daring, mas é suposição, porque falar ele não fala. O sujeito que não fala a base teórica dele, o que ele está fazendo? Está me enrolando. E aqui no Brasil o cara é endeusado. Você vai a Portugal, quem conhece o Nóvoa? Ninguém. Um cara que já foi da Universidade de Lisboa e agora é da Universidade do Porto e que está fazendo de tudo para ser reitor da Universidade do Porto. É um burocrata, é um cara que se dá bem nessa universidade por que?

Porque nessa universidade não precisa de gente que pensa, precisa de gente que reproduz. E os que se dão bem aqui também fazem a mesma coisa. Teve gente que já teve papel importante nessa universidade, mas que de uns tempos para cá entrou na onda de reprodução. Por exemplo, um Paolo Nosella, ele tinha muito mais para dizer do que Silvio Scanagata e Norberto Bobbio. Não diz por que? Está aposentado, está velhinho? Acho que não. Não diz, porque acho que entrou no critério da própria universidade, que é o regime de incompetência treinada, eu não preciso criar nada, é só reproduzir. Ninguém conhece o pensamento do Bobbio aqui, porque o Domenico de Massi demanda traduzir do italiano, ele sabe traduzir. Tem o tal do Sacanagata, que é novo. Agora se eu bem conheço o Paolo teria que contribuir muito mais. Ele pode até dizer assim: *eu já contribuí*. Sim, mas isso não te exige de continuar contribuindo. Por outro lado, o departamento de Fundamentos, o que faz lá em São Carlos? Reproduz o que e o Paolo já fez. A Ester saiu um pouco fora porque faz aquela questão da Arquitetura, que é um eixo novo. A Arquitetura tem a ver com o modelo de escola, bom, essa é a tese central, mas e depois? Você vai me dizer que a Ester não tem condições de fazer outras coisas. Claro que tem. Também se você fizer, além disso, você não vai ser aceito nos nichos, então as pessoas dizem “*então deixa eu ficar na minha*”. E não há grupos que fomentem outro tipo de discussão.

Então universidade tem jeito? Tem, mas esse jeito precisa ser rápido senão não vai sobreviver muito tempo. E eu acho que os exemplos que o México está dando são exemplos que a gente deve prestar atenção. Eu não diria de Cuba, porque Cuba é uma situação diferente. Não dá para se pensar em Cuba em termos de universidade porque lá o ensino universitário está praticamente universalizado.

O modelo de produção também é outro, mas na educação, por exemplo, o ensino cubano deixa a desejar. Se pensar em termo de um ensino socialista. Ele é socialista no sentido de todos estarem lá, mas no sentido pedagógico deixa muito a desejar. Circula muito o Dury, muita coisa da burguesia, a relação teoria-prática acaba não sendo práxis. Eu estava pensando em fazer um pós-doc lá e desisti. Fui lá ver e acabei desistindo, porque não dava.

É, o México acho que historicamente, até pela história do México que sempre foi um país rebelde, ele tem condições de dar respostas. Agora nós não temos condições de dar nenhuma resposta. Exceto copiar o que os Estados Unidos e a Europa fazem.

Entrevista com o professor Ricardo Ribeiro²²

Priscilla: O que significa ser um intelectual acadêmico nos dias atuais? Qual seu papel numa sociedade autodenominada sociedade do conhecimento ou da informação?

Professor Ricardo Ribeiro: Essas são perguntas que você fica pensando e que daria para escrever um artigo. Primeiro, que eu não consigo me ver como uma atividade profissional diferente de outra. Sim, eu tenho uma certa regalia, tenho uma condição de trabalho particular diferente dos demais, mas eu me vejo, enfim, como um trabalhador com compromissos políticos como qualquer outro. Portanto, não me vejo propriamente como um intelectual.

Na sociedade em que vivemos, nós sabemos que a tecnologia, não digo nem o conhecimento em si, mas a informação é muito rápida e valiosa, assumiu a importância que a indústria tinha, por exemplo, na época do capitalismo industrial. Hoje a gente sabe que a informação é que delimita esta noção de poder, não tanto o conhecimento, mas a informação em si. Então, como pensar o papel do professor universitário neste contexto? Porque quando se pensa em universidade, pensa-se normalmente em um lugar de produção de conhecimento e o professor universitário fazendo esta relação. O professor e o aluno trocando conhecimentos, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação.

Essa história da sociedade de conhecimento é uma coisa relativa, ao mesmo tempo em que existe a Microsoft, que é um típico exemplo disto, com o dono sendo a pessoa mais rica do mundo, ao mesmo tempo em que existe isso, existem também as grandes plantas industriais como, por exemplo, no Brasil, a Vale do Rio Doce se transformando em uma mega empresa que tem braços no mundo todo, plantas tradicionais, plantas industriais tradicionais, incorporando também conhecimento. Outro dia eu estava vendo que umas minas de um determinado produto, determinado minério, que foram desativadas há cerca de 20 anos atrás e de repente estão sendo retomadas porque aquele produto passa a ter novamente valor no mercado. Então, esta idéia de sociedade do conhecimento é uma idéia muito controversa. No caso concreto da área de humanas, o que eu vejo como nosso papel na área de humanas - e isso difere um pouco dessa área tecnológica que se está, de fato, produzindo conhecimentos, se está desenvolvendo novos produtos, vários materiais e com uma inserção muito clara no mercado, na geração de riqueza, de dinheiro, de enriquecimento de grupos - eu vejo que o trabalho na área de humanas e o meu trabalho principalmente, é o seguinte: eu formo

²² Entrevista realizada pessoalmente no Departamento de Ciências da Educação (UNESP – FCLAR) no dia 15/05/2006.

professores e o meu compromisso é de formar, na verdade, protagonistas, para que o professor que eu formo não seja aquele sujeito resignado a uma idéia de há uma conspiração contra ele, o estado perverso representando o demônio conspirando contra o bom trabalho. Eu acho que a ação do educador é uma ação política, essencialmente política, um embate permanente. A vida é um campo de lutas, isso aqui não é uma situação de acordo, de paz e de serenidade permanente. Tem estes momentos, mas fundamentalmente é um campo de lutas onde você tem que fazer prevalecer as suas idéias, onde você tem que ser protagonista neste processo, especialmente o educador. Ele tem que perceber qual a parte que cabe a ele nesse latifúndio, isto é, “*o que eu posso fazer*”. Você avalia se está certo, há uma dominação, há uma má distribuição da riqueza, tudo isso eu sei e concordo com isso. Mas o que eu posso fazer neste processo? Como é que eu enquanto, enfim, formador de professores, de alguma maneira posso contribuir para que estes profissionais, para que estes educadores se sintam protagonistas e assumam parte da responsabilidade que lhes cabe neste processo para inverter este quadro. É mais ou menos isso. Eu não tenho muita clareza a este respeito, isso não é o meu objeto específico de reflexão.

Priscilla: Como os professores universitários organizam seus espaços públicos de atuação, como estabelecem uma comunicação com seus pares e/ ou indivíduos ou grupos da sociedade civil?

Professor Ricardo Ribeiro: Esse é o tipo da pergunta que não comporta uma resposta. Há situações em que se vê uma situação absolutamente extraordinária de uma relação muito boa entre universidade, comunidade e formação de grupos acadêmicos muito consistentes e há situações em que isso não ocorre. Acho que eu tenderia a dizer que não há uma relação ideal, não há uma relação boa, nem entre a universidade e a sociedade de um modo geral e nem entre os pares. É um trabalho mais solitário. Eu acho que há, em algumas situações, algumas ilhas de conforto em que você constrói uma relação boa, camarada com alguns colegas e o trabalho começa a acontecer até de uma forma mais interessante. Mas de um modo geral eu não vejo assim a universidade. Agora eu reconheço que em alguns momentos, em algumas situações, em alguns lugares, alguns grupos conseguem tanto estabelecer uma relação entre si muito boa, como uma relação deste grupo com a sociedade, com o mundo lá fora, muito boa, muito interessante. Tem uma amiga aqui muito boa, a Sueli, mora em São Carlos, e ela é da Psicologia, ela consegue fazer um trabalho com a rede muito bom, íntimo mesmo. O ano passado, por exemplo, ela deu aula do curso dela de graduação em um colégio grande daqui. Mas isso é uma coisa muito pontual. Está certo que politicamente a gente sempre fala que tem

um papel importante e, de fato tem, atender a população, a faculdade de medicina. Certamente isso ocorre. Por exemplo, a faculdade de medicina da UNESP é um hospital que não é mais regional, não é mais estadual, ele já atende vários estados.

Principalmente na área de humanas essa parceria é muito pequena. O aporte da produção na área de Educação especificamente, o aporte na rede é muito pequeno para produção na universidade, é muito pequeno, pouco significativo. E a própria relação da universidade com a rede é uma relação difícil. A gente se sente meio possuidor da verdade absoluta, de todas as respostas. Por outro lado, este nosso comportamento faz com que a rede nos veja com uma certa resistência e com toda razão. Não é uma relação que se pode dizer que, de modo geral, boa.

Priscilla: Quais são suas opiniões referentes ao processo de modernização implantado nas universidades após a Reforma de 1968 e acirrado nos últimos anos?

Professor Ricardo Ribeiro: Eu não vou estabelecer uma relação com a Reforma Universitária nos anos 60, 69 especificamente, eu diria para você o seguinte, é que na verdade nos últimos anos as regras de mercado vêm se impondo para universidade e isso tem criado problemas. Elas vêm se impondo e de certa maneira nós da universidade reagimos de uma maneira muito tênue, muito frágil, a gente não consegue ser protagonista neste processo, a gente se coloca como vítima dele. A gente reclama que foi decidido, entretanto estas decisões, essa forma da universidade vem sendo dada por pares, por colegas nossos. Não são políticos, não são técnicos, não é aquela burocracia dos anos 70 do regime militar que estão fazendo isso, são colegas nossos. E a gente não tem conseguido ser protagonista deste processo. Então isso tem sido um problema, essa avaliação difícil que a gente vem fazendo do nosso próprio trabalho, a gente reclama dos modelos de avaliação dos órgãos CAPES, CNPQ, FAPESP, entretanto, a gente não consegue ter uma proposta, uma contraproposta consistente, forte, no máximo são resmungos, insatisfações e acusações a uma suposta conspiração neoliberal que de fato existe, está presente, mas o fato é que a gente nunca foi de avançar e ir além disto. Ter propostas concretas, respostas concretas, por exemplo, os programas de pós-graduação em geral correm atrás para atender as exigências dos escritórios dos órgãos de avaliação e não conseguem reagir e indicar a necessidade de mudanças de critérios ou de adoção de novos critérios que compõem as diferentes áreas na produção do conhecimento. Então esse é um problema grave que a gente vem vivendo.

Também por outro lado uma das questões fortes que a gente não consegue dar conta é a necessidade de ampliação das vagas nas universidades públicas. A gente não dá resposta a

isso, nós professores das universidades públicas, nós que de alguma forma poderíamos responder a isso. A resposta que a gente dá é muito pequena e no máximo a gente chega à velha discussão de que não pode ameaçar a qualidade. A questão da qualidade é uma coisa ambígua, porque quando a gente está no nosso movimento de greve, de reivindicação salarial a gente fala que a universidade pública está ‘sucateada’, dá exemplos que falta bisturi nas faculdades de medicina, falta isso, falta aquilo, no entanto, quando você está discutindo a necessidade de ampliação de vagas nas universidades públicas a gente fala que não pode senão vai diminuir a qualidade. Então ela existe quando a gente quer se defender da ampliação de vagas, mas ela não existe quando a gente está reivindicando ganho salarial. É legítimo o ganho salarial, mas é legítimo também que a gente assuma uma posição política de reconhecimento da necessidade da ampliação das vagas nas universidades públicas. Não estou dizendo que a gente vai fazer a ampliação com o sacrifício da qualidade, não, mas a qualidade também é um campo de luta, é uma luta permanente para manter. Eu sempre costumo dizer que talvez a gente consiga manter essa qualidade com mais força se tiver mais gente defendendo. Isto é o aumento do número de alunos. Qual a representação que a gente tem? É muito pequena, se não me falha a memória, no estado de São Paulo a gente tem 5 ou 6% só. Isso é nada. Essas universidades extremamente importantes como UNESP, UNICAMP, USP, Federal de São Carlos atendem certa de 6 ou 7% dos jovens só. Qual é a força que a gente tem para mostrar a relevância disso? Ela acaba sendo muito fraca. Então essa nossa fragilidade faz com que as coisas acabem sendo decididas a nossa revelia. Para mim, é uma situação bem típica. Faz anos que essa discussão vem sendo feita, como é que as universidades públicas deviam ampliar as vagas e as respostas são que não pode haver ampliação sem aumento de investimentos. O fato é que de repente sai uma lei que atende fundamentalmente as universidades privadas que ampliaram a sua possibilidade de ganho com isenção de impostos. Então este é um problema que a gente vive. Esta incorporação das regras de mercado e a falta de protagonismo, o nosso protagonismo para determinar e para participar deste jogo de maneira mais efetiva, tentando estabelecer as nossas regras e colocar outros valores, outras questões que hoje não estão sendo consideradas.

Priscilla: Quais são os maiores problemas presentes na universidade pública e como tais dificuldades poderiam ser amenizadas?

Professor Ricardo Ribeiro: Falta de recurso é sempre uma questão que é colocada. Entretanto, falta de recurso é também, como dizia Vicente Matheus, uma faca de 2 legumes. Porque faltam recursos, você reconhece, entretanto, se pensar que quase 10% do orçamento

do Estado de São Paulo foi destinado para essas 3 universidades, vê-se que em uma perspectiva relativa, na verdade, o recurso não é pequeno, é razoável, se for comparado com as outras áreas. Inclusive as outras áreas da Educação, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio público, também do estado e dos municípios. Mas uma questão que eu acho que pega é a burocracia administrativa que é muito dispendiosa, além dela ser dispendiosa ela é morosa. Determinadas situações prosaicas de viabilização de doação de equipamentos, de livros doados, são de uma dificuldade extraordinária, há um engessamento da área administrativa e da burocracia muito grande, isso atrapalha. Fundamentalmente isso atrapalha muito, falta agilidade. Em algumas situações em algumas faculdades vê-se uma situação bastante interessante e equacionável. Por exemplo, na UNESP eu observo que nas áreas biológicas essa coisa funciona muito mais facilmente, o professor tem mais facilidade do que nós da área de humanas, eles têm alguns tipos de apoio. Quando se fala que está sempre fazendo relatórios, eles têm uma certa facilidade que eu não sei bem como é que funciona, mas o fato é que eles não precisam ficar preocupados em atualizar o lattes deles. É atualizado, ele faz os eventos e alguém atualiza, há uma infra-estrutura administrativa que viabiliza isso. Na área de humanas isso não acontece com muita frequência não. Então isso atrapalha, esta burocracia atravanca um pouco. E esta falta de recurso, mas por outro lado, eu acho que a falta de recurso poderia ser resolvida não pela ampliação das verbas destinadas à universidade, mas, provavelmente, com uma melhor utilização da verba que a gente recebe. Eu não me debruço sobre isso para te dizer com mais consistência que *temos que tirar dessa área e colocar aqui um excesso de funcionários*, por exemplo, mas penso que certamente se o objeto fosse esse, se a atenção fosse dedicada a isso, talvez a gente encontrasse formas mais adequadas de organizar a universidade e aproveitar melhor os recursos que são destinados a ela. E aproveitar mais aqueles que poderiam ser destinados, mas que não são por conta desta burocracia morosa, lenta, que atravanca, que impede às vezes o estabelecimento de alguns convênios e de algumas parcerias que seriam interessantes.

Priscilla: Na sua opinião, o que se produz na universidade hoje? Como o tempo do trabalho intelectual e científico que tem sido diminuído, principalmente nos cursos de pós-graduação, tem influenciado nesta produção?

Pensando na qualidade do trabalho, o(a) professor(a) enquanto examinador(a) de Bancas, o que tem sido produzido nos últimos tempos com relação às teses, dissertações, tem sido um trabalho realmente intelectual, no sentido de crítico, reflexivo, minucioso?

Professor Ricardo Ribeiro: Eu diria para você o seguinte, eu não costumo me satisfazer muito com a primeira idéia de uma coisa; em um primeiro momento a gente fala: o encurtamento do tempo está fazendo com que saiam teses cada vez mais banais e é verdade. Mas isso não me satisfaz muito, porque na verdade você tem uma condição diferente. Nós temos nos últimos 20 anos uma mudança estúpida nos programas de pós-graduação. Nós tínhamos pouquíssimos programas há 20 anos atrás, há 25 anos atrás. Quase todos os que fizeram mestrado e doutorado há 25 anos atrás, fizeram em São Paulo (USP, UNICAMP, UNESP, PUC), quase todos. Eram poucos os programas de pós-graduação em várias áreas principais. Houve um crescimento espantoso destes programas. É um negócio impressionante. Quanto eu entrei na UNESP, se eu não me engano, ela não tinha nenhum programa de pós-graduação em Educação, hoje todas as unidades têm. Houve uma mudança no cenário muito grande. Então comparar aquela pós com esta pós é o mesmo que comparar aquela educação pública de 50 anos atrás com a que a gente tem agora. O cenário é outro, são outras pessoas, outra clientela, outra realidade. Então isso é um primeiro dado, isso mostra que a comparação simples de que mais ou menos tempo faria com que os trabalhos anteriores fossem melhores que os de agora, ela não dá conta de tudo, pode dar conta de alguma coisa, mas não dá conta de tudo. Certamente quando a gente fica, nos programas, preocupados com a avaliação da CAPES, a gente acaba deixando de considerar determinadas coisas que se poderiam considerar em outro cenário e isso certamente pode implicar que a redução do tempo pode comprometer a qualidade do trabalho. Certo, concordo com isso, mas isso não dá conta de tudo. Na verdade nós temos um cenário diferente, um cenário em que há uma incorporação de uma realidade que não é original nossa, mas que é mais ou menos como acontece no mundo; na Europa, nos Estados Unidos, mestrado é uma coisa que o sujeito faz com muita rapidez, o cara não leva anos. Quando eu fiz mestrado eu levei 5 anos para fazer meu mestrado e 5 para fazer o doutorado e isso fazia com que a gente tivesse um número de doutores pequeno e todos muito velhos, coisa que acontecia diferente na Inglaterra, na França ou nos Estados Unidos. Quando colegas iam para lá as pessoas ficavam espantadas com a qualidade do mestrado daqui, eu me lembro quando o Luiz Lemos, um professor da UNICAMP, foi para a Inglaterra fazer o mestrado dele, quando ele veio embora o cara disse “*não sei o que você veio fazer aqui, eu não tenho nada para te ensinar*”. Então essa é uma realidade, uma realidade em que existiam poucas pessoas, pouquíssimas pessoas, evidentemente que os trabalhos tinham outra qualidade, hoje se tem uma massa muito grande e proporcionalmente, relativamente esta suposta qualidade tem uma outra dimensão.

Mas o que talvez seja o maior problema nessa coisa do encurtamento do tempo não seja propriamente o encurtamento do tempo, mas a nossa falta de protagonismo e estabelecimento de critérios mais claros, porque a gente se submete a isso e a gente corre atrás para procurar atender. Porque eu também não acho que os 5 anos que eu levei para fazer o mestrado fosse uma coisa razoável, não tem necessidade, mas também a gente não pode correr atrás para cumprir em 24 meses, senão todo mundo se descabela, tira a calcinha pela cabeça, fica desesperado. A gente tem que chegar a uma negociação neste processo e como na verdade a gente não está conseguindo se organizar para contribuir de uma maneira pró-ativa nesta discussão a gente fica só reclamando que o encurtamento do tempo conspira contra a qualidade. Conspira, eu reconheço, mas o cenário mudou? Mudou. Houve há uma democratização dos programas de pós-graduação? Houve. Abriram muitos? Abriram. Isso é bom? Ruim? Não sei, eu acho isso legal. As pessoas querem poder fazer em Marília, poder fazer em Rio Claro, em Araraquara, em São Carlos. Isso é bom, não há nenhum problema nisso. É preciso uma avaliação permanente, um acompanhamento do estudante? É. Mas é preciso que nós, do programa, também consigamos responder com mais força, com mais presença esta questão. E a gente não consegue. Eu, em alguns momentos, digo “*preciso sentar e pensar sobre isso*”, mas eu não tenho tempo, também tenho as minhas propostas de trabalho. Mas sinto que a gente precisaria fazer isso, a gente não pode mais ficar só reclamando, só achando que estão implodindo os programas, que estão encurtando o tempo. De fato estão, mas e aí? Como é que a gente pode responder a isso? Como é que a gente pode, por exemplo, até mesmo ajudar a buscar caminhos de pesquisas mais interessantes, mais relevantes. Por exemplo, a gente carece aqui na área de Educação de pesquisa com bases empíricas, mas como é que pode ser isso? A gente não tem muito, basicamente se você pega os mestrados e doutorados eles são, na verdade, uma leitura sobre leitura, sobre leitura. Não se tem pesquisa, que Americano gosta de fazer muito, medir tudo, juntar tudo, pegar um monte de entrevistas. Por exemplo, a questão da progressão continuada, falta, quando se pega os trabalhos não se vê nenhum que fosse além da primeira reclamação do professor. E fora os trabalhos sobre a progressão continuada, pesquisas que tem alguma base empírica, mas fica com a primeira leitura do professor. Mas, o segundo passo qual é? Qual é a dificuldade do professor? É a dificuldade de avaliação? Essa é uma questão que a gente não tem. Então, na verdade, talvez se a gente conseguisse orientar os trabalhos neste sentido, descobrir possibilidades de investigação mais modernas, adequadas ao tempo, mas mais relevantes enquanto resultados, enquanto informações que dariam sobre determinados temas, talvez a gente resolvesse a questão do tempo e também da qualidade, respostas mais relevantes. Eu

gostaria que um trabalho sobre progressão continuada investigasse e encontrasse junto aos professores, efetivamente, onde é que o bicho pega. Não é só porque você não foi consultado – são 230 mil professores, a rede no estado de São Paulo é dirigida por professores, os órgãos centrais só tem professor lá, não tem político, pode ter os secretários, por exemplo. Então, só professores estão participando deste processo. A idéia da não consulta, é uma idéia que não... está bom, então como é que você imagina que deveria ser feita a consulta? Até onde eu tenho conhecimento durante cerca de 1 ano e meio que essa discussão foi feita. Foram feitas propostas de recuperação contínua paralela. A rede teria que fazer propostas, a rede não fez. Houve um processo de discussão intenso. Era preciso que se aprofundasse um pouco mais, que discutissem de fato o porquê da resistência à progressão continuada, o porquê da idéia de que você tem que reprovar para manter controle sobre o processo, sobre a disciplina de alguma maneira, o exercício de algum tipo de medo que se pode impor com a reprovação, com a expulsão, com Conselho Tutelar, o que pode resultar. Tem que discutir um pouco isso, o que isso significa na educação. Aí, talvez a gente consiga juntar as duas coisas, encurtar o tempo e ao mesmo tempo chegar a pesquisas mais relevantes. Mas a gente continua pensando em utilizar os recursos e as práticas daquele tempo, de outro cenário neste cenário novo. Então a gente não consegue sair dessa armadilha.

Priscilla: Como vê a avaliação da produção científica desenvolvida pelas agências de fomento à pesquisa e pelo Estado?

Professor Ricardo Ribeiro: Há alguns problemas. A gente estava discutindo outro dia aqui sobre o Qualis. Você tem que consultar a lista do Qualis para saber o que você vai fazer. Por exemplo, tem um seminário agora sobre os 10 anos da IBP, que a gente está organizando aqui. Deu um baita trabalho, só que isso não vale nada para o Qualis, isso não conta nada, absolutamente nada, não conta meio ponto. Então, a avaliação feita dessa maneira é sempre muito complicada. Para um evento desse valer tem que ser a terceira edição. Se você faz uma coisa e chama o internacional, mas uma coisa sem a mínima expressão vale o que não vale isso. Vai valer muito porque é internacional. Mesmo que você faça um seminário de alto nível não vai valer nada, mas aquele internacional, e você sabe que tem vários eventos que são internacionais só no nome, fazer um internacional é coisa muito fácil, chama um colega de Lisboa, um de Madri e pronto, faz uma comissão, faz um internacional de qualquer coisa e está resolvido, mas não resulta. A própria questão da edição também, é preciso ter um certo cuidado, porque algumas editoras são mais cotadas do que outras. Então essa é uma questão complicada. Essa questão da avaliação vem criando problemas. A questão da produção na

área de humanas é muito complicada, você produz mais facilmente na área – a gente fala isso às vezes com um certo pouco conhecimento, o pessoal de exatas e de biológicas não gosta muito: *você observa lá o dente e escreve um artigo*, eles não gostam muito, mas de fato você tem uma situação conjuntural que favorece mais essas áreas. Você tem um grande investimento da área de laboratórios na publicação de revistas. Nessas áreas se trabalha com relatos, observação e relatos – *o uso de determinado medicamento para pele, a pele fica vermelha, aí eu observo isso, relato como é que foi, mas ela é loira, na morena não* – pronto, virou um artigo, vai ser publicado na revista. Não que se não sejam importantes, são também, mas são de naturezas distintas. Por exemplo, a primeira pergunta que você me fez, como eu vou responder isso? Não sei, vou ter que pensar, numa situação normal eu teria que escrever, sentar, consultar. Porque isso demanda tempo, todas essas discussões que a gente está fazendo, talvez eu vendo isso escrito ia pensar que não era bem isso, não é isso. Porque você trabalha com situações de grande instabilidade. Então isso gera dificuldades. E a gente, justamente por conta disso, pela nossa dificuldade de chegar a respostas rápidas faz com que a gente não chegue a propostas de avaliação também rápidas. E a gente fica remoendo, resmungando, e não consegue falar rapidamente como é que dever ser. Porque por outro lado, também não há consenso.

Não há consenso. Na área de humanas a gente não tem consenso sobre nada, por isso que a gente não consegue, nas propostas de diretrizes curriculares para curso de pedagogia a gente só dá orientações gerais, linhas gerais, não consegue. Questões objetivas concretas, afinal de contas, a gente não chega porque não há consenso. A própria idéia de ampliação de vagas não há consenso, tem colegas que reclamam *que não pode ferir a qualidade, não pode ampliar*. Por exemplo, transferência, eu acho que nosso papel é formar professores, e se a gente puder formar professor aqui que passaram no vestibular na Uniara, mas pediu transferência e entrou porque a gente tem vagas, eu acho que a gente vai fazer isso. Há professores que acham que não, acham que isso é burlar o vestibular: *faz vestibular, passa na Uniara aí depois no segundo ano quer vir para Unesp? Não senhor*. Tem vaga? Tem. Vai ficar cadeira vazia? Vai. Não se trata de tirar lugar de ninguém, é questão de aproveitar o que existe. Eu posso dar aula para 40 pessoas sem problema nenhum, a sala comporta 40 tem 40 carteiras. Então, por que não? *Mas ele fez para a Uniara*, tudo bem, faz uma seleção, tem mais gente do que as vagas que a gente tem faz uma seleção. Eu acho que a gente tem que assumir esse compromisso. Eu acho que a universidade pública tem que ampliar as vagas no noturno, foi uma luta para a Unicamp ampliar. Mas a gente tem que fazer isso, é uma obrigação nossa. É uma responsabilidade política importante a gente fazer isso. Então como não há consenso sobre

isso, a dificuldade em você contribuir efetivamente para a avaliação pega. Você vai discutir como é que se avalia a produtividade de um professor, isso é uma coisa que enrola, enrola. Na verdade é uma preocupação com a quantidade, não é investimento, eu não diria isso. Na avaliação é uma preocupação com a quantidade, a quantidade de artigos, a quantidade de participação de eventos. Por exemplo, participação de eventos, há muito tempo por uma série de compromissos que eu tenho, que eu não consigo tempo para escrever um evento. Vou, às vezes pego a palestra, participo da mesa, mas a participar do evento não, mas eu tenho que ir, porque conta ponto. E isso conta ponto para os programas de pós-graduação. Então essas questões são complicadas, costumam criar um problema. Eu te confesso que eu não venho me dedicando a pensar sobre isso em uma perspectiva mais sistemática, por isso eu não sei te dar respostas muito claras, posso ficar falando a respeito. Mas isso vem criando problemas.

Priscilla: A partir de que parâmetros são estabelecidas as relações de poder no interior da academia?

Professor Ricardo Ribeiro: Quem pode mais? Acho que os 2 espaços de poder são estes, ou você pega na administração, que o poder vem daí, das relações que você maneja dentro da estrutura universitária, você consegue com mais facilidade uma coisa ou outra, ou da perspectiva acadêmica, que é a da produtividade, se você é um pesquisador, se você tem bolsa do CNPq, depende da sua situação. Eu acho que basicamente vem desses 2 espaços. Poder, de onde vem o poder aqui? A universidade é um espaço meio maluco, aqui o poder está tão diluído, eu acho que é uma questão mais pessoal, eu acho que você também pode se impor, não sei, não saberia te dizer. De onde vem poder, é isso? Quanto mais você consegue habilmente manejar as relações administrativas da universidade ou da sua inserção como referência em uma determinada área. Mas talvez eu diria para você que o poder está nesta capacidade de manejar as relações no sistema da política universitária. Se o cara tem uma produção também na área acadêmica e sabe fazer isso ele está no melhor dos mundos, vira reitor. Se só consegue ter uma produção acadêmica respeitável, mas não tem capacidade de manejar dentro da universidade, talvez tenha problemas. Talvez o maior poder venha da capacidade de manejar o administrativo, de negociar internamente, talvez venha daí.

Priscilla: Que tipo de formação as novas gerações de intelectuais estão recebendo?

Professor Ricardo Ribeiro: É preciso ser otimista. Dizem que ser otimista é para tolo, e pessimista é quem sabe das coisas. Eu sou otimista. Eu vejo, por exemplo, com todas as dificuldades, pessoas assim como você e outros tantos que fazem seus mestrados, seus

doutorados, que vem para a universidade, são pessoas que estão fazendo coisas muito interessantes. Eu sou otimista, acho que são pessoas boas, eu vejo ex-alunas minhas trabalhando nas redes públicas, fazendo trabalhos interessantes, tanto em escolas estaduais, quanto em escolas municipais. Reclamando, lutando, se debatendo, porque de fato é um campo de luta, ninguém disse que seriam férias em Paris, mas estão fazendo um bom trabalho. Eu acho que, considerando as universidades públicas, não posso dizer o mesmo das universidades particulares, por outro lado, hoje também quando se fala de universidades particulares precisa saber de que se está falando, porque se você falar em universidade particular não é a mesma coisa uma Marechal Rondon e uma UNIMEP. UNIMEP é particular, mas é diferente. A democratização dos processos é uma coisa interessante. Por que? Tem colegas meus aqui que fizeram graduação em faculdades particulares fraquinhas e são pessoas muito boas; na área de letras, por exemplo, fizeram bons mestrados, bons doutorados e hoje são pessoas muito boas. Então eu acho que essa democratização ela é boa, porque abre possibilidades, esta é uma coisa mais fácil, o acesso mais fácil. O resultado disto eu não sei, mas abre a possibilidade para você. Se vai resultar por outras questões, não sei, se você vai ter que superar outras tantas dificuldades: *agora tem vaga na universidade pública, mas e moradia? E dinheiro para o cara comer?* É legal ter a vaga, agora a gente pode discutir as outras coisas. Se não tiver vaga a gente nem vai discutir as outras coisas, porque ele não está aqui. Isso faz parte do processo. Então eu acho que eu sou otimista, não sou pessimista. Eu acho que mesmo a situação das escolas públicas, quando chegam essas avaliações que mostram que o menino na sétima série é analfabeto, eu fico me perguntando se a tragédia está aí. Não sei, isso não me assusta. Não vejo como uma tragédia, por outro lado, eu vejo que é uma preocupação, quando isso acontece todo mundo fica indignado, então está bom. Porque essa situação acontece em outros países, acontece nos Estados Unidos, acontece na Europa, tem jovens que com 5 ou 6 anos de escola saem analfabetos. Isso acontece. *O desempenho do Brasil nas Olimpíadas Internacionais*, eu acho tão esquisito, agora montaram não sei de onde aí um negocio de robótica, também ganharam. Essa é uma relação muito pouco significativa, quando a gente pega no geral, a gente não vê uma situação de caos, de falta de educação. As pontes não estão caindo, os prédios não estão desabando, os médicos não estão matando Há imperícias? Há, sem dúvidas, mas há também em outros lugares do mundo. Eu acho que é uma preocupação, isso a gente tem que ter permanentemente. Mas eu vejo com bons olhos esses futuros intelectuais, pessoas como vocês e outros que vão certamente continuar essa jornada e acho que não há nada assustador não.